1) A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

a) Informações Gerais

A Telefônica Brasil S.A. ("Companhia" ou "Telefônica Brasil"), é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhes foram outorgadas. A Companhia tem sua sede à Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 1376, na capital do Estado de São Paulo, Brasil e pertence ao Grupo Telefónica ("Grupo"), líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Telefónica S.A., empresa *holding* do Grupo e localizada na Espanha, possuía uma participação total direta e indireta no capital social da Companhia, incluindo as ações em tesouraria, de 73,81%, sendo 91,76% das ações ordinárias e 64,60% das ações preferenciais (nota 22).

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo ("BM&FBovespa"). É também registrada na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"*)*, dos Estados Unidos da América, sendo suas *American Depositary Shares* ("ADS's") classificadas no nível II, lastreadas apenas em ações preferenciais e negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE).

b) Operações

A Companhia atua na prestação de serviços de telefonia fixa e de serviços de dados no Estado de São Paulo, por intermédio da concessão para a exploração do Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") e autorização para a exploração do Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), respectivamente. Possui também autorizações para a prestação do STFC nas Regiões I e II do Plano Geral de Outorgas ("PGO"), bem como de outros serviços de telecomunicações, tais como o SCM (comunicação de dados, inclusive *internet* em banda larga), Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e Serviço de Acesso Condicionado ("SEAC"), especialmente por intermédio das tecnologias DTH e cabo.

As concessões e autorizações são outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"), órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, nos termos da Lei Geral das Telecomunicações ("LGT"), lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que foi alterada pelas Leis nº 9.986, de 18 de julho de 2000 e nº 12.485, de 12 de setembro de 2011. Sua atuação ocorre através da edição de regulamentos e planos complementares.

b.1) <u>Contrato de Concessão do STFC</u>

A Companhia é concessionária do STFC para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas no setor 31 da Região III, que compreende o Estado de São Paulo (exceto os municípios que compõem o setor 33), estabelecidos no PGO.

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia tem validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de revisões em 31 de dezembro de 2015 e 2020.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar ônus equivalente a 2% da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes (nota 21).

b.2) Contrato de Autorização do SMP

As autorizações de frequências concedidas pela ANATEL para prestação do SMP são renováveis, uma única vez, pelo prazo de 15 anos, mediante pagamento, a cada biênio após a primeira renovação, de ônus equivalentes a 2% de sua receita do ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais, relativa à aplicação dos Planos de Serviços Básicos e Alternativos (nota 21).

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia participou de leilões para aquisição de licenças do SMP, realizados pela ANATEL, com os seguintes resultados:

- No leilão para venda das faixas de frequência de 700 MHz nacionais, realizado pela ANATEL em 30 de setembro de 2014, em conformidade com o edital de licitação nº 2/2014-SOR/SPR/CD- ANATEL, a Companhia foi a vencedora no lote 3 dentre os demais lotes ofertados.

  Em 8 de dezembro de 2014, foi publicado no Diário Oficial da União ("DOU") o extrato do Termo de Autorização assinado junto à ANATEL. O valor total desta licença foi de R$2.770.320, sendo:

  - R$1.657.502 referente ao valor total da licença de 700 MHz, pago na data da assinatura do Termo de Autorização.
  - R$1.112.818 (transação sem efeito caixa, ajustado a valor presente), referente à parcela de responsabilidade da Companhia decorrente do contrato assinado junto à ANATEL, onde as operadoras vencedoras deste leilão, constituirão em até 90 dias, a Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV ("EAD"), a qual será responsável pela operacionalização de forma isonômica de todos os procedimentos de redistribuição de canais de TV e RTV e das soluções para os problemas de interferência prejudicial nos sistemas de radiocomunicação. Os recursos para estes procedimentos deverão ser repassados pelas operadoras em 4 parcelas anuais corrigidas pelo IGP-DI.

  Os montantes do Termo de Autorização descritos acima foram registrados: (i) em licenças no ativo intangível, sendo amortizados pelos prazos remanescentes da licença estipulados no Termo de Autorização (nota 13) e; (ii) em licenças de autorização no passivo circulante e não circulante, para o saldo remanescente a ser pago.

  Dessa maneira, a Companhia incrementará sua capacidade de prestação de serviço com tecnologia de quarta geração (4G) em todo o território nacional e passará a operar na faixa de frequência 700 MHz, com banda de 10+10 MHz, além da frequência de 2,5 GHz, com banda de 20+20Mhz adquirida na licitação de 2012.

- Em agosto de 2013 a Companhia celebrou com a ANATEL os termos de autorização para uso de blocos de radiofrequências, sem exclusividade, em caráter primário, em consequência do realinhamento da banda "L" nas subfaixas de 1.975 MHz a 1.980 MHz para transmissão das estações móveis e 2.165 MHz a 2.170 MHz para transmissão das estações nodais.

  Estes termos de autorização foram expedidos pelos prazos remanescentes estabelecidos nos termos do item 1.9 do edital nº 002/2007/SPV-Anatel, de 23 de outubro de 2007, a título oneroso, associados à autorização para a prestação do SMP, aditivo nº 01 ao termo de autorização nº 078/2012/PVCP/SPV-Anatel de 14 de agosto de 2013, publicado no DOU de 16 de agosto de 2013. A autorização possui vencimento em 29 de abril de 2023, prorrogável, uma única vez, por quinze anos, estando sua vigência condicionada à manutenção dos requisitos previstos nos termos.

  O montante total pago pela Companhia para os referidos termos de autorização foi de R$451.121, o qual foi registrado como licenças no ativo intangível, sendo amortizado pelo prazo remanescente da licença.

A Companhia explora o SMP, em conformidade com as autorizações que lhes foram outorgadas, como segue:

Área de Operação	Vencimentos das Autorizações							
	450 MHz	700 MHz	800 MHz	900 MHz	1800 MHz	1900 MHz	2100 MHz	2,5 GHz
Região 1								
Rio de Janeiro	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Nov/20 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Extensão 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Espírito Santo	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Nov/23 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Extensão 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Amazonas, Roraima, Amapá, Pará e Maranhão	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda B - Nov/28 (1)	Extensão 2 - Abr/23	Extensão 7, 9 e 10 - Abr/23	-	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Minas Gerais (exceto Triângulo Mineiro)	Out/27	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Abr/23 (1)	Extensão 2 - Abr/23	Extensão 11 a 14 - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Minas Gerais (Triângulo Mineiro)	Out/27	Blocos 6 e 7 - Dez/29	-	Banda E - Abr/20 (10)	Banda E - Abr/20 (10)	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23 (9)	Banda X - Out/27
Bahia	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Jun/23 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Extensão 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Sergipe	Out/27	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Dez/23 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Extensão 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte	Out/27	Blocos 6 e 7 - Dez/29	-	-	Banda E - Abr/23 Extensão 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Dez/22 (2)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Região 2								
Paraná (exceto Setor 20) e Santa Catarina	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda B - Abr/28 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Banda M - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Paraná Setor 20 (5)	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda B - Abr/28 (1)	-	Banda M - Abr/23 Extensão 10 - Abr/23	-	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Rio Grande do Sul (exceto setor 30)	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Dez/22 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Banda M - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Rio Grande do Sul (setor 30) (11)	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	-	-	Banda D e M - Abr/23	Banda L - Dez/22 (2)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Distrito Federal	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Jul/21 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Banda M - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Goiás e Tocantins	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Out/23 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Banda M - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Goiás (setor 25) (7)	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	-	-	Banda M - Abr/23 Extensão 7 a 10 - Abr/23	Banda L - Dez/22 (2)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Mato Grosso	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Mar/24 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Banda M - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Mato Grosso do Sul (exceto setor 22)	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Set/24 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Banda M - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Mato Grosso do Sul (setor 22) (6)	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	-	-	Banda M - Abr/23 Extensão 7, 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Dez/22 (2)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Rondônia	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Jul/24 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Banda M - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Acre	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Jul/24 (1)	Extensão 1 - Abr/23	Banda M - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
Região 3								
São Paulo	Out/27 (4)	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Ago/23 (1)	-	Extensão 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23 (9)	Banda X - Out/27
São Paulo (Ribeirão Preto, Guatapará e Bonfim Paulista)	Out/27 (4)	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Jan/24 (1)	-	Extensão 5, 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
São Paulo (área de Franca e região)	Out/27 (4)	Blocos 6 e 7 - Dez/29	Banda A - Ago/23 (1)	-	Extensão 5, 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Abr/23 (3)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27
São Paulo (setor 33) (8)	-	Blocos 6 e 7 - Dez/29	-	-	Extensão 9 e 10 - Abr/23	Banda L - Dez/22 (2)	Banda J - Abr/23	Banda X - Out/27

(1) Todos os termos de autorização das bandas A e B já foram renovados por mais 15 anos. Portanto, não cabe outra renovação (completado 30 anos de autorização).
(2) Os termos de autorização da banda L que estavam atrelados às bandas A ou B foram renovados no mesmo período dessas bandas.
(3) As bandas L que foram realinhadas à banda J passam a ter a mesma data para renovação dessa última (cálculo do preço de realinhamento contemplou esse ponto).
(4) Em São Paulo, somente nos municípios com CN de 13 a 19, a Companhia detém a licença de 450 MHz com vencimento em 18/10/27.
(5) Paraná - Setor 20 do PGO - municípios de Londrina e Tamarana.
(6) Mato Grosso do Sul - Setor 22 do PGO - município de Paranaíba.

(7) Goiás - Setor 25 do PGO - municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Inaciolândia, Itumbiara, Paranaiguara e São Simão.
(8) São Paulo - setor 33 do PGO – municípios de Altinópolis, Aramina, Batatais, Brodosqui, Buritizal, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Colômbia, Franca, Guaíra, Guará, Ipuã, Ituverava, Jardinópolis, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Ribeirão Corrente, Sales de Oliveira, Santa Cruz da Esperança, Santo Antônio da Alegria e São Joaquim da Barra.
(9) Extrato do TA nº 42/2008 (MG) e TA nº 21/2008 (SP), publicado no DOU de 29/4/08 e também em 30/4/08, apesar da ANATEL utilizar 30/4/08 para efeitos de controle, a Companhia utiliza a data mais conservadora de 29/4/08.
(10) Próximos Termos a serem renovados - banda E (MG - Setor 3 - CTBC).
(11) Rio Grande do Sul – setor 30 – municípios de Pelotas, Morro Redondo, Capão do Leão e Turuçu.

c) Reestruturação Societária

Visando a simplificação da estrutura organizacional da Companhia, a racionalização da prestação dos serviços desenvolvidos e a concentração da prestação desses serviços em apenas duas sociedades operacionais, sendo elas a Companhia e a sua subsidiária integral Telefônica Data S.A. ("TData" ou "Controlada"), a Companhia realizou uma reestruturação societária, aprovada pela ANATEL nos termos do Ato nº 3.043, de 27 de maio de 2013, publicado no DOU de 29 de maio de 2013, com as condicionantes nele previstas.

Em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 11 de junho de 2013, foram aprovados os termos e condições da reestruturação societária envolvendo subsidiárias integrais e sociedades controladas da Companhia.

Em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, realizada em 1º de julho de 2013, foi aprovada a referida reestruturação societária, sendo realizada por meio de cisões e incorporações das subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia, de modo que as atividades econômicas que não sejam serviços de telecomunicações, incluindo a prestação de serviços de valor adicionado conforme definido no art. nº 61 da LGT (tais atividades, conjuntamente e genericamente, designadas SVAs), prestadas pelas diversas subsidiárias (integrais ou controladas) foram concentradas na TData e os serviços de telecomunicação foram unificados na Companhia.

As cisões parciais ou totais, conforme o caso, e a incorporação dos acervos líquidos das sociedades envolvidas ocorreram todas na mesma data (1º de julho de 2013) e com a mesma data-base (30 de abril de 2013), sendo:

- acervo líquido cindido da TData, advindo de sua cisão parcial, correspondente às atividades relacionadas à prestação do SCM, representado por R$34.724, foi incorporado pela Companhia;

- acervo líquido cindido da Vivo S.A. ("Vivo"), advindo de sua cisão total, correspondente à exploração do SMP, do SCM e do STFC nas modalidades local, longa distância nacional e internacional nas regiões I e II do PGO, representado por R$10.228.352, foi incorporado pela Companhia e o acervo líquido cindido dos SVAs e outros serviços não considerados de telecomunicações, representado por R$680, foi incorporado pela TData, sendo a Vivo extinta;

- acervo líquido cindido da ATelecom S.A. ("ATelecom"), advindo de sua cisão total, correspondente às atividades relacionadas à prestação do SEAC (por meio da tecnologia DTH) e do SCM, representado por R$348.624, foi incorporado pela Companhia e o acervo líquido cindido dos SVAs e outros serviços não considerados de telecomunicações, representado por R$287.960, foi incorporado pela TData, sendo a ATelecom extinta;

- acervo líquido cindido da Telefônica Sistema de Televisão S.A. ("TST"), representado por R$226.106, que antes de sua incorporação pela Companhia, concentrou as atividades relacionadas à prestação do SEAC e do SCM, em decorrência da incorporação da Lemontree Participações S.A. ("Lemontree"), GTR-T Participações e Empreendimentos S.A. ("GTR-T"), Ajato Telecomunicações Ltda, Comercial Cabo TV São Paulo S.A. ("CaTV") e TVA Sul Paraná S.A. ("Sul Paraná"), sendo todas estas sociedades extintas.

As incorporações das sociedades e de acervos líquidos descritos acima, não resultaram em aumento de capital ou emissão de novas ações da Companhia, de modo que a reestruturação societária não acarretou qualquer alteração nas participações acionárias atuais dos acionistas da Companhia.

Não houve tampouco substituição de ações de acionistas não controladores das sociedades cindidas por ações da incorporadora, dado que a Companhia era no momento da incorporação dos acervos e/ou sociedades conforme o caso, a única acionista das sociedades cindidas ou incorporadas. Dessa forma, não foi produzido laudo de avaliação do patrimônio líquido a valor de mercado para cálculo da relação de substituição das ações de acionistas não controladores de que trata o art. 264 da Lei nº 6.404/76 e art. 2º, parágrafo 1º, inciso VI, da Instrução CVM nº 319/99, conforme recentes entendimentos da CVM que já foram demonstrados em consultas formuladas em reestruturações passadas e conforme mencionado na Deliberação CVM nº 559, de 18 de novembro de 2008.

As incorporações das sociedades e parcelas cindidas, conforme descritas anteriormente, foram efetuadas sem solução de continuidade em relação às operações e aos serviços de telecomunicações por ela prestados aos seus clientes, sendo tais serviços sucedidos integralmente pela Companhia.

A reestruturação descrita acima foi considerada como uma reorganização das entidades sob controle comum sem qualquer alteração no patrimônio líquido da Companhia, uma vez que todas as entidades envolvidas eram, imediatamente antes e imediatamente após a reestruturação, 100% controladas pela Companhia. Consequentemente, a reestruturação foi registrada conforme o valor de livros das entidades envolvidas. No entanto, como resultado da reestruturação, a Companhia reconheceu o benefício fiscal e correspondente tributo diferido ativo de R$319.996, o qual é relativo a créditos fiscais de algumas das sociedades incorporadas cuja realização era incerta antes da reestruturação.

d) Proposta de Aquisição da GVT Participações S.A.

Em 18 de setembro de 2014, a Companhia divulgou fato relevante, na forma e para os fins da Instrução CVM nº 358/02, informando que foi assinado, nesta mesma data, entre a Companhia ("Compradora") e a Vivendi S.A. ("Vivendi") e suas subsidiárias ("Vendedoras"), o Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças ("Contrato"), por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVT Participações S.A. (GVTPar), sociedade controladora da Global Village Telecom S.A. (GVT Operadora, sendo GVTPar, em conjunto com a GVT Operadora, denominadas "GVT") será adquirida pela Companhia. A assinatura do Contrato e documentos relacionados foram devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião do órgão realizada nesta mesma data.

A contraprestação pela aquisição das ações da GVT será efetuada da seguinte forma pela Companhia às Vendedoras:

- Uma parcela de €4.663.000.000,00 a ser paga à vista e em dinheiro, após os ajustes determinados nos termos do Contrato, na data de fechamento.

  A Companhia poderá financiar o pagamento desta parcela, com um aumento de seu capital social por meio de subscrição pública, cujos termos e condições serão oportunamente determinados pelo Conselho de Administração nos termos do Estatuto Social.

- Uma parcela em ações de emissão da Companhia equivalentes a 12% de ações ordinárias e 12% de ações preferenciais da Companhia após a incorporação de ações da GVTPar.

O pagamento desta parcela será efetuado por meio de incorporação das ações de emissão da GVTPar pela Companhia, com a correspondente entrega de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia para os acionistas da GVTPar em substituição às ações da GVTPar incorporadas, observado o número de ações decorrente da parcela em ações a ser conferido às Vendedoras, conforme negociado entre as partes e estabelecido no Contrato, deverá a Administração determinar e divulgar os demais termos e condições desta incorporação de ações oportunamente, após a aprovação da transação pela ANATEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

A Vivendi aceitou a oferta da Telefónica S.A. para permutar uma participação na Telecom Itália S.p.A., especificamente, a aquisição de 1.110 bilhão de ações ordinárias da Telecom Itália S.p.A. que atualmente representam uma participação de 8,3% no capital com direito a voto da Telecom Itália S.p.A. (equivalente a 5,7% de seu capital social), em troca de 4,5% do capital da Companhia que a Vivendi receberá, resultante da combinação da Companhia e GVT e que representam todas as ações ordinárias e parte das ações preferenciais (representativas de 0,7% de ações preferenciais).

Considerando que a aquisição das ações da GVT pela Companhia representa investimento relevante, nos termos do Art. nº 256 da Lei nº 6.404/76, a aquisição será submetida à análise e aprovação dos acionistas da Companhia, devendo oportunamente ser convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para esse fim, nos termos da lei.

As deliberações a respeito da transação descrita acima conferirão aos acionistas da Companhia delas dissidentes o direito de recesso. Neste sentido, os acionistas dissidentes, titulares de ações ordinárias e/ou preferenciais de emissão da Companhia nesta data, inclusive, farão jus ao direito de retirada mediante o recebimento do respectivo valor de patrimônio líquido por ação. O valor por ação a ser pago em virtude do exercício do direito de recesso deverá ser divulgado quando for estabelecida a data da Assembleia Geral que deverá deliberar acerca das matérias desta operação.

A implementação desta operação está sujeita à obtenção das autorizações societárias e regulatórias aplicáveis, incluindo o CADE e a ANATEL, além de outras condições que se classificam dentre as usualmente aplicáveis a esse tipo de operação.

Em reunião do Conselho Diretor da ANATEL, realizada em 22 de dezembro de 2014, foi concedida anuência prévia para a aquisição do controle integral da GVT pela Companhia com algumas condições, sendo: (i) apresentação de todas as certidões comprobatórias de regularidade fiscal exigida pela ANATEL; (ii) eliminação da sobreposição de outorgas do STFC existentes entre a Companhia e GVT; (iii) assunção pela Companhia das obrigações de manter coberturas geográficas de atendimento a usuários (contratos, planos e serviços); e (iv) apresentação de plano de expansão da cobertura. O acórdão da decisão contém maiores detalhes e pode ser consultado no DOU de 26 de dezembro de 2014 (Acórdão nº 430/2014-CD, de 24 de dezembro de 2014).

Nesta mesma reunião, foi definido que a operação subsequente de transferência de ações da Telecom Itália S.p.A. e da Companhia, será objeto de novo pedido de anuência a ser apreciado pela ANATEL. Em 30 de dezembro de 2014, a Companhia solicitou junto à ANATEL um pedido de anuência para o processo de transferência de ações da Telecom Itália S.p.A. e da Companhia, ainda em trâmite na ANATEL.

e) Acordo entre a Telefónica S.A. e a Telecom Itália, S.p.A.

A TELCO S.p.A. tem uma participação de 22,4% com direito a voto na Telecom Itália, S.p.A., sendo a maior acionista dessa companhia.

A Telefónica S.A. detém controle indireto da Telefônica Brasil e a Telecom Itália, S.p.A. detém participação indireta na TIM S.A. (TIM), empresa de telecomunicações no Brasil. Nem a Telefónica S.A., nem a Telefônica Brasil e nem qualquer outra sociedade coligada à Telefónica S.A. têm qualquer influência, envolvimento ou poder de decisão sobre as atividades da TIM no Brasil e está legalmente e contratualmente impedida de exercer qualquer poder político decorrente de sua participação acionária indireta em relação às operações da TIM no Brasil. A TIM (Brasil) e a Telefônica Brasil competem em todos os mercados que atuam no Brasil em permanente tensão competitiva e, nesse contexto, assim como em relação aos demais agentes econômicos da indústria de telecomunicações, mantêm relações contratuais usuais e costumeiras entre si (muitas delas regulamentadas e fiscalizadas pela ANATEL) e/ou, conforme aplicável, de conhecimento da ANATEL e do CADE, no contexto dos compromissos assumidos com esses órgãos para garantir a independência absoluta das suas operações.

Em 24 de setembro de 2013, a Telefónica S.A. realizou um Acordo com os demais acionistas da sociedade italiana TELCO, S.p.A., segundo o qual a Telefónica S.A. subscreveu e integralizou um aumento de capital na TELCO, S.p.A. mediante um aporte de 324 milhões de euros, recebendo como contraprestação ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A.. Como resultado deste aumento de capital, a participação da Telefónica S.A. no capital com direito a voto na TELCO, S.p.A. não foi alterada, embora sua participação econômica tenha passado a ser de 66%. Desse modo, se manteve inalterada a governança da TELCO, S.p.A. e, portanto, todas as obrigações da Telefónica S.A. de se abster de participar ou influenciar as decisões que afetam os mercados em que ambas as empresas estão presentes.

No mesmo documento, os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. outorgaram à Telefónica S.A. uma opção de compra sobre a totalidade das suas ações da TELCO S.p.A., cujo exercício foi condicionado à prévia obtenção das aprovações de defesa da concorrência e de telecomunicações que sejam necessárias (incluindo Brasil e Argentina), e poderá ser realizado a partir de 1º de janeiro de 2014, sempre que o Acordo de Acionistas continue em vigor, exceto (i) entre 1º e 30 de junho de 2014 e entre 15 de janeiro a 15 de fevereiro de 2015, e (ii) em determinados períodos se os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. solicitarem a cisão (cisão parcial) da sociedade.

Em 4 de dezembro de 2013, o CADE anunciou as seguintes decisões:

1) Aprovar, sujeito às restrições a seguir, a aquisição pela Telefónica S.A. da totalidade da participação que a Portugal Telecom, SGPS SA e PT Móveis – Serviços de Telecomunicações, SGPS, SA ("PT") tinham na Brasilcel NV, uma empresa que detinha o controle da empresa de telefonia móvel brasileira Vivo Participações S.A. ("Vivo Part."), sociedade incorporada pela Telefônica Brasil S.A..

   A transação já foi aprovada pela ANATEL e o encerramento (que não requeria aprovação prévia do CADE na época) foi realizado imediatamente após a aprovação pela ANATEL, em 27 de setembro de 2010.

   Essa decisão do CADE foi concedida sob a condição suspensiva de que:

   a) Um novo acionista da extinta Vivo Part. passe a compartilhar com a Telefónica S.A. o controle da extinta Vivo Part., em condições idênticas às que se aplicavam à PT, quando detinha a participação na Brasilcel NV, ou;

   b) Telefónica S.A. deixe de ter, direta ou indiretamente, uma participação acionária na TIM Participações S.A..

2) Impor à Telefónica S.A. uma multa de R$15 milhões, por violação do espírito e objetivo do acordo que a Telefónica S.A. assinou com o CADE, como condição para a aprovação da operação inicial da aquisição da Telecom Itália em 2007, em virtude da subscrição e integralização pela Telefónica S.A. de ações sem direito a voto na TELCO, S.p.A. em seu recente aumento de capital. Esta decisão também impõe à Telefónica S.A. a obrigação de alienar as ações sem direito a voto da TELCO, S.p.A..

O calendário para o cumprimento das condições e obrigações impostas pelo CADE em ambas as decisões foi classificado como confidencial por aquele órgão.

Em 13 de dezembro de 2013, a Telefónica S.A. divulgou fato relevante sobre as duas decisões adotadas pelo CADE em sua reunião de 4 de dezembro de 2013, afirmando que considerou que as medidas impostas não eram razoáveis e, em consequência, iniciou ações legais pertinentes em julho de 2014.

No mesmo sentido, e com o intuito de reforçar seu firme compromisso com as obrigações previamente assumidas pela Telefónica S.A. de manter-se afastada dos negócios da Telecom Itália no Brasil, a Telefónica S.A. enfatizou, em fato relevante, que o Sr. César Alierta Izuel e o Sr. Julio Linares López haviam decidido renunciar, com efeito imediato, ao posto de Conselheiros da Telecom Itália, S.p.A., e que o Sr. Julio Linares López decidiu renunciar, com efeito imediato, de sua posição na lista apresentada pela TELCO, S.p.A. para a potencial reeleição do Conselho de Administração da Telecom Itália, S.p.A..

Da mesma forma, a Telefónica S.A. informou em fato relevante que, sem prejuízo dos direitos reconhecidos no Acordo de Acionistas da TELCO, S.p.A., havia decidido não exercer, por enquanto, seu direito de nomear ou propor conselheiros da Telecom Itália, S.p.A..

Em 16 de junho de 2014, os acionistas italianos da TELCO, S.p.A. resolveram exercer o seu direito de requisição de cisão assegurado pelo Acordo de Acionistas da sociedade. A implementação da cisão foi aprovada em assembleia geral dos acionistas da TELCO, S.p.A. no dia 9 de julho de 2014 e está sujeita à autorização prévia das autoridades competentes, inclusive do CADE e da ANATEL no Brasil. A cisão, quando autorizada, será implementada por meio da cessão da totalidade da participação atual da TELCO, S.p.A. no capital da Telecom Itália, S.p.A., para 4 (quatro) novas companhias, cada qual inteiramente detida por um dos atuais acionistas da TELCO, S.p.A., e cada qual destinada a ser titular de ações no capital da Telecom Itália, S.p.A. em quantidade proporcional à participação econômica atual de seu respectivo futuro controlador no capital social da TELCO, S.p.A..

As aprovações regulatórias no Brasil relativas à cisão da TELCO, S.p.A., conforme acima referidas, foram requeridas aos órgãos competentes e estão sendo aguardadas para o primeiro trimestre de 2015. A cisão resultará na detenção pela Telefónica S.A., por meio da sociedade de propósito específico referida, de 14,77% de ações do capital com direito a voto da Telecom Itália, S.p.A., dos quais 8,3% das ações serão permutados com a Vivendi, na forma acima mencionada e 6,47% das ações que lastrearão debêntures emitidas pela Telefónica S.A. em julho de 2014, conversíveis no seu vencimento em ações da Telecom Itália, S.p.A., desde que a cisão da TELCO, S.p.A. ocorreu.

Em reunião do Conselho Diretor da ANATEL, realizada em 22 de dezembro de 2014, foi concedida anuência prévia para a cisão da TELCO, S.p.A., condicionada à suspensão de todos os direitos políticos da Telefónica S.A. na Telecom Itália, S.p.A. e suas controladas, que possam vir a caracterizar controle, nos termos do Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle de Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações.

Conforme o acórdão, a suspensão destes direitos políticos deverá ser incorporada ao Estatuto Social da Telecom Itália, S.p.A. ou de sua sucessora e prevalecerá enquanto a Telefónica S.A. for acionista da Telecom Itália, S.p.A., independente da quantidade de ações, ou até que se desfaçam as situações de controle. O acórdão da decisão contém maiores detalhes e pode ser consultado no DOU de 26 de dezembro de 2014 (acórdão nº 429/2014-CD, de 24 de dezembro de 2014).

2) BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As demonstrações financeiras consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as IFRS, emitidas pelo IASB, que não diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e dos CPCs.

A Diretoria, em reunião realizada em 12 de fevereiro de 2015, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras, ratificada pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2015.

2.2) Bases de Preparação e Apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são apresentadas em milhares de reais (exceto quando mencionado de outra forma) e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponíveis para venda.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Em decorrência dos acervos líquidos recebidos no processo de reestruturação societária descrita na nota 1c), as demonstrações financeiras individuais (Controladora) de 31 de dezembro de 2014 não são comparáveis às de 31 de dezembro de 2013.

Algumas rubricas da demonstração de resultado foram reclassificadas para permitir a comparabilidade entre as informações de 31 de dezembro de 2014 e 2013.

A Companhia declara que as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC vigentes em 31 de dezembro de 2014, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e pelo *IFRS Interpretations Committee* ("IFRIC") que entraram em vigor a partir de 2014:

- *IFRS 2 Share Based Payments* (Pagamento Baseado em Ações): As alterações desta norma mudaram as definições relativas às condições de aquisição e sua aplicação é efetiva a partir de 1º de julho de 2014. A aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- *IFRS 3 Business Combinations (*Combinação de Negócios): As alterações desta norma mudaram a contabilização de contraprestação contingente em combinação de negócios. Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9 Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros). Estas alterações são efetivas para novas combinações de negócios a partir de 1º julho de 2014. Não houve combinação de negócios em 2014, entretanto, a Companhia irá considerar a aplicação destas alterações para qualquer combinação de negócios que venha a ocorrer após 1º de julho de 2014.

- *IFRS 8 Operating Segments* (Operação por Segmento): As alterações desta norma estão relacionadas com a agregação de segmentos operacionais, que podem ser combinados/ agregados caso estejam de acordo com o princípio fundamental da norma, ou seja, se os segmentos têm características econômicas semelhantes e se forem semelhantes em outros aspectos qualitativos. Se eles são combinados, a entidade deve divulgar as características econômicas utilizadas para avaliar se os segmentos são semelhantes. Estas alterações entraram em vigor a partir de 1º julho de 2014. Considerando o fato de que a Companhia e sua Controlada operam em um único segmento operacional, a aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes em sua posição financeira.

- *IFRS 13 Fair Value Measurement (*Mensuração do Valor Justo): A alteração desta norma está relacionada com a aplicação da exceção do portfolio de ativos financeiros, passivos financeiros e outros contratos. Esta alteração entrou em vigor a partir de 1º julho de 2014. A aplicação da alteração desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- *IFRIC 21 Levies* (Impostos): A revisão desta norma entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014 e esclarece quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A aplicação da revisão desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- *IAS 16 Property, Plant and Equipament and IAS 38 Intangible Assets (*Ativo Imobilizado e Ativo Intangível*):* As alterações dos itens IAS 16.35 (a) e IAS 38.80 (a) esclarecem que a reavaliação pode ser feita da seguinte forma: (i) ajustar a quantia escriturada bruta do ativo ao valor de mercado ou (ii) determinar o valor de mercado e ajustar a quantia escriturada bruta proporcionalmente, de modo que a quantia escriturada resultante seja igual ao valor de mercado. O IASB também esclareceu que a depreciação/amortização acumulada é a diferença entre a quantia escriturada bruta e o valor contábil do ativo (ou seja, valor escriturado bruto - depreciação/amortização acumulada = valor contábil). A alteração ao IAS 16.35 (b) e IAS 38.80 (b) esclarece que a depreciação/amortização acumulada é eliminada de modo que a quantia escriturada bruta e valor contábil seja igual ao valor de mercado. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. Considerando que a reavaliação de ativo imobilizado ou intangível não é permitida no Brasil, a aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- *IAS 19 Defined Benefit Plans: Employee Contributions – Amendments to IAS 19* (Benefícios aos Empregados: Contribuições dos empregados - Revisões da IAS 19): Essas revisões exigem que uma entidade considere as contribuições dos empregados ou terceiros na contabilização dos planos de benefícios definidos. Essas alterações exigem que tais contribuições que estão ligadas ao serviço sejam atribuídas aos períodos de serviço como benefício negativo. As alterações esclarecem que, se o montante das contribuições é independente do número de anos de serviço, a entidade está autorizada a reconhecer tais contribuições, como redução do custo do serviço no período em que o serviço é prestado, em vez de alocar essas contribuições para os períodos de serviço. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação da revisão desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- *IAS 24 Related Party Disclosures (*Divulgações de Partes Relacionadas*):* A alteração desta norma esclarece que uma entidade de gestão de outra entidade que fornece profissional-chave para prestação de serviços de gestão é um tema relacionado às divulgações de partes relacionadas. Além disso, uma entidade que utiliza uma entidade de gestão deve divulgar as despesas incorridas por serviços de gestão. As alterações entraram em vigor a partir de 1º de julho de 2014 de forma retrospectiva. A aplicação das alterações desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- *IAS 32 Offsetting Financial Assets and Financial Liabilities* (Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros): A revisão desta norma entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014 e esclarecem o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A aplicação da revisão desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- *IAS 36 Recoverable Amount Disclosures for Non Financial Assets* (Redução ao Valor Recuperável de Ativos): A revisão desta norma entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014 e remove consequências não intencionais da *IFRS 13 – Fair Value Measurement* (Mensuração do Valor Justo) sobre as divulgações exigidas pelo IAS 36. Além disso, essa alteração exige a divulgação dos valores recuperáveis dos ativos ou unidades geradoras de caixa ("UGCs") para as quais tenha sido reconhecida uma perda por não recuperabilidade (*impairment*) durante o período. A aplicação da revisão desta norma não causa impactos nas divulgações da Companhia.

- *IAS 39 Novation of Derivatives and Continuation of Hedge Accounting* (Mudanças em Derivativos e Continuidade da Contabilidade de *Hedge*): A revisão desta norma entrou em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014 e ameniza a descontinuação da contabilidade de *hedge* quando a renovação de um derivativo designado como *hedge* atinge certos critérios. A aplicação da revisão desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

- *IAS 40 Investiment Property (*Propriedades de Investimento*):* A alteração desta norma esclarece a relação entre as definições da IFRS 3 e IAS 40 na classificação da propriedade como propriedade para investimento ou propriedades ocupadas pelo proprietário. A descrição de serviços auxiliares no IAS 40 que diferencia entre propriedades de investimento e proprietário do imóvel ocupado (IFRS 3) é usada para determinar se a operação é a compra de um ativo ou de uma combinação de negócios. Esta alteração passou a vigorar a partir de 1º de julho de 2014 de forma prospectiva. A aplicação da alteração desta norma não causa impactos relevantes na posição financeira da Companhia.

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, as seguintes alterações nas IFRS haviam sido publicadas, porém não eram de aplicação obrigatória:

- *IFRS 9 Financial Instruments* (Instrumentos Financeiros): Esta norma, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição do IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures*, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de *hedges* e perdas estimadas para recuperação de ativos financeiros. A adoção da primeira fase da IFRS 9 terá impactos na classificação e avaliação dos ativos financeiros da Companhia, mas não impactará na classificação e avaliação dos seus passivos financeiros. A Companhia quantificará os efeitos assim que a norma consolidada final for emitida.

- *IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (*Receita de Contratos com Clientes): O IASB divulgou o IFRS 15 - *Revenue from Contracts with Customers*, que exige que uma entidade deve reconhecer o montante da receita, refletindo a contraprestação que esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. Quando for adotada, esta norma substituirá a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente (normas IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15 e IFRIC 18). Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2017, podendo ser adotada de forma retrospectiva ou utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia está avaliando os efeitos decorrentes em suas demonstrações financeiras e divulgações e ainda não definiu o método de transição e nem determinou os efeitos potenciais em seus relatórios financeiros.

- *IAS 27 Equity Method in Separate Financial Statement – Amendments to IAS 27* (Método de equivalência em Demonstrações Financeiras Separadas – Revisões do IAS 27): Quando o IAS 27 e IAS 28 foram revistos em 2003, o método de equivalência patrimonial foi removido como uma opção para contabilizar os investimentos em controladas e coligadas nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade. Em algumas jurisdições, os regulamentos locais exigem que uma entidade utilize o método de equivalência patrimonial para o efeito, portanto, criando uma diferença entre demonstrações financeiras separadas preparadas de acordo com normas locais e as preparadas de acordo com o IFRS. O objetivo destas alterações é restaurar a opção de usar o método de equivalência patrimonial. Portanto, uma entidade deve contabilizar esses investimentos ao custo, em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou usando o método da equivalência patrimonial. A entidade deve aplicar a mesma contabilização para cada categoria de investimentos. Esta norma é aplicável a partir dos exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2016, devendo ser aplicada de forma retrospectiva.

A Companhia não adota antecipadamente qualquer pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, desde que não seja de aplicação obrigatória.

2.3) Bases de consolidação e principais variações no âmbito de consolidação

A seguir, descrevemos algumas informações sobre as empresas investidas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Telefônica Data S.A. (TData): Subsidiária integral da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a prestação e exploração de serviços de valor adicionado (SVAs); soluções empresariais integradas em telecomunicações e atividades relacionadas; gestão da prestação de serviços de assistência técnica e manutenção de equipamentos e redes de telecomunicações, consultoria em soluções de telecomunicações e relacionadas e elaboração, implantação e instalação de projetos relacionados a telecomunicações; comercialização e locação de equipamentos, produtos e serviços de telecomunicações, entre outros.

Aliança Atlântica Holding B.V. ("Aliança"): Empresa com controle em conjunto, com participação de 50% da Companhia, com sede em Amsterdã, Holanda, possui caixa decorrente da venda de ações da Portugal Telecom em junho de 2010.

Companhia AIX de Participações ("AIX"): Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à exploração, direta e indireta, de atividades relacionadas à execução, conclusão e exploração de redes subterrâneas de dutos para fibras ópticas.

Companhia ACT de Participações ("ACT"): Empresa com controle em conjunto, com participação 50% da Companhia, com sede no Brasil, tem como objeto a participação no Consórcio Refibra, bem como atividades relacionadas à prestação de serviço de assessoria técnica para a elaboração dos projetos de conclusão de redes, efetuando os estudos necessários para torná-la economicamente viável, bem como fiscalizar o andamento das atividades vinculadas ao Consórcio.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e Controlada foram eliminados.

3) RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e equivalentes de caixa

São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de liquidez imediata, sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Aplicações financeiras se qualificam como equivalente de caixa quando resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das contratações (nota 4).

b) Contas a receber, líquidas

Estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas, líquido das perdas estimadas para redução ao valor recuperável. Inclui os serviços prestados aos clientes que ainda não foram faturados até a data do balanço, bem como as contas a receber relacionadas às vendas de aparelhos celulares, *simcards* e acessórios. As perdas estimadas para redução ao valor recuperável são constituídas em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada (nota 5).

c) Estoques

São avaliados e demonstrados pelo custo médio de aquisição ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Incluem aparelhos celulares, *simcards*, cartões pré-pagos, acessórios, materiais de consumo e manutenção. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para a realização da venda (nota 6).

As perdas estimadas para redução ao valor realizável são constituídas para os materiais e aparelhos considerados obsoletos ou cujas quantidades são superiores àquelas usualmente comercializadas pela Companhia em um período razoável de tempo.

d) Despesas antecipadas

Estão demonstradas pelos valores efetivamente desembolsados relativos a serviços contratados e ainda não incorridos. As despesas antecipadas são apropriadas ao resultado à medida que os serviços relacionados são prestados e os benefícios econômicos são auferidos (nota 9).

e) Investimentos

As participações societárias em investidas (sociedades controladas ou de controle conjunto) estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento na controlada é eliminado integralmente e os investimentos em empreendimentos conjuntos são mantidos pela equivalência patrimonial sem serem eliminados.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das variações após a aquisição da participação societária.

A demonstração dos resultados reflete a parcela dos resultados das operações das investidas.

Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das investidas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e na demonstração dos resultados abrangentes.

As demonstrações financeiras das investidas são elaboradas para o mesmo período de divulgação da Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia nas investidas. A Companhia determina, em cada data do encerramento do exercício social, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das investidas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração dos resultados.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as investidas, a Companhia avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil das investidas no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e sua controlada foram eliminados, de acordo com a participação mantida na controlada.

As variações cambiais do patrimônio líquido da Aliança (controlada em conjunto) são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em outros resultados abrangentes ("Diferença de conversão de investimentos no exterior", nota 22f).

f) Imobilizado, líquido

É demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, líquido da depreciação e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicável. O referido custo inclui os custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos e está líquido de créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), os quais foram registrados como tributos a recuperar.

Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação. Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação e que não melhora a funcionalidade ou aumenta a vida útil do bem são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração dos resultados, quando incorridos.

O valor presente dos custos estimados a incorrer na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados é capitalizado no custo do correspondente ativo em contrapartida à provisão para desmantelamento de ativos (nota 19) e depreciados ao longo da vida útil dos equipamentos, a qual não é superior ao prazo de locação.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens baseada em estudos técnicos. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A vida útil está demonstrada na nota 12.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso, venda ou sinistro. Eventual ganho ou perda resultante de baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor residual do ativo) são reconhecidos no resultado do exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o ativo imobilizado, nota 12:

- Equipamentos de comutação: compreendem centrais de comutação e controle, *gateway*, plataformas e outros equipamentos de comutação.

- Equipamentos e meios de transmissão: compreendem estação rádio base, microcélulas, minicélulas, repetidores, antenas, rádios, redes de acesso, concentradoras, cabos, equipamentos de TV e outros equipamentos e meios de transmissão.

- Equipamentos terminais/modens: compreendem aparelhos celulares e modens (aluguel e comodato), centrais privadas de comutação telefônica, telefones públicos e outros equipamentos terminais.

- Infraestrutura: compreende construções prediais, elevadores, equipamentos de ar-condicionado central, torres, postes, container, equipamento de energia, canalização subterrânea, suportes e protetores, benfeitorias em propriedades de terceiros e outros.

- Outros ativos imobilizados: compreendem veículos, ferramentas e instrumentos de reparo e construção, equipamentos de telesupervisão, equipamentos de informática, equipamentos de testes e medidas, mobiliários e outros bens de uso geral.

g) Intangível, líquido

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição.

Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são demonstrados pelo custo de aquisição e/ou formação, líquido da amortização e da provisão para a redução ao valor recuperável acumulada, se aplicáveis. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração dos resultados no exercício em que for incorrido.

A vida útil de um ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida, sendo:

- Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo método linear e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indícios de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados anualmente.

  Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou no método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração dos resultados na categoria de custo/despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

- Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ágios gerados na aquisição de investimentos são tratados como intangíveis de vida útil indefinida.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração dos resultados no exercício em que o ativo for baixado.

Segue uma breve descrição dos principais itens que compõem o intangível com vida útil definida, nota 13:

- *Softwares*: compreendem licenças de programas utilizadas para as atividades operacionais, comerciais e administrativas.

- Carteira de clientes: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.

- Marcas e patentes: compreendem ativos intangíveis adquiridos por meio de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.

- Licenças: compreende licenças de concessão e autorização, adquiridas junto à ANATEL para a prestação dos serviços de telecomunicações. Incluem também, licenças decorrentes de combinação de negócios, registrados pelo valor justo na data da aquisição.

h) Arrendamento mercantil

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Arrendamento mercantil financeiro: são contratos de arrendamento em que a Companhia obtém basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado. Esses contratos são capitalizados (ativo imobilizado) no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos do arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e redução de passivo de arrendamento mercantil financeiro de forma a obter taxa de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os juros implícitos no passivo reconhecido são apropriados no resultado de acordo com a duração do contrato pelo método da taxa efetiva de juros.

São depreciados pelo prazo de vida útil estimada dos bens. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária.

- Como arrendadora: contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Soluciona TI), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida nas contas a receber.

- Como arrendatária: equipamentos e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia e contratos de aluguel de torres e *rooftops* (decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro), para os quais manteve inalterado o valor residual dos mencionados ativos no momento da venda, reconheceu um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato e registrou uma receita diferida no valor da diferença entre o preço de venda e o mencionado valor presente.

A diferença entre o valor nominal das parcelas e as contas a receber/pagar registradas é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Arrendamento mercantil operacional: são contratos de arrendamento em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

i) Análise de recuperabilidade dos ativos, não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGCs"), os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto com base na taxa do custo de capital "*The Capital Asset Pricing Model"* ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos) antes dos impostos, que reflete o custo médio ponderado de capital e os riscos específicos do ativo ou UGCs.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As perdas em operações continuadas, incluindo a desvalorização de estoques, são reconhecidas na demonstração dos resultados em contas de despesas compatíveis com a função dos ativos.

Para os ativos, excluindo o ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de encerramento de exercício para identificar se há alguma indicação de que as perdas do valor recuperável anteriormente reconhecidas podem já não existir ou possam ter diminuído.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida apenas se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida.

A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

i.1) Ágio: o teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é efetuado anualmente na data do encerramento do exercício ou antes disso quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando o valor recuperável é menor do que seu valor contábil, uma perda de valor recuperável é reconhecida. As perdas de valor recuperável relativas ao ágio não podem ser revertidas em exercícios futuros.

i.2) Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

i.3) Avaliação do valor em uso: As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

Receitas: As receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado frente ao PIB e a participação da Companhia neste mercado;

Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

Investimentos de capital: Os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas chave são baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, visto que o valor recuperável excede o seu valor líquido contábil na data de avaliação.

j) Combinações de negócios e ágios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida.

Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data da aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração dos resultados.

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou passivo deverão ser reconhecidas na demonstração dos resultados ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio líquido.

Contraprestação contingente na aquisição de um negócio que não é classificada como capital próprio é mensurada subsequentemente pelo valor justo por meio do resultado, sendo ou não enquadrada no âmbito da *IFRS 9*.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas de valor recuperável. Para fins de teste de valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às UGCs que se espera que seja beneficiada pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida ser atribuídos a essa unidade.

Quando um ágio fizer parte de UGCs e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada é incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação.

O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação às UGCs mantidas.

k) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

k.1) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Todos os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração dos resultados.

Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração dos resultados. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração dos resultados, se e quando aplicáveis.

Investimentos mantidos até o vencimento: os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou prêmio sobre a aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização dos juros efetivos é incluída em receitas financeiras, na demonstração dos resultados. As perdas originadas da redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira na demonstração dos resultados. A Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iii) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Títulos de dívida nessa categoria são aqueles que se pretendem manter por um período indefinido e que podem se vendidos para atender às necessidades de liquidez ou em resposta às mudanças nas condições de mercado.

Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas acumulados anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos na demonstração dos resultados.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Desreconhecimento (baixas):

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

k.2) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data do encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrida) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A Companhia inicialmente avalia individualmente se existem evidências claras de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão e o valor da perda é reconhecido na demonstração dos resultados. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração dos resultados.

Investimentos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia na data de encerramento do exercício se há alguma evidência objetiva de que o investimento não é recuperável.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significante e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada (mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida na demonstração dos resultados) é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado. Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

No caso de instrumentos de dívida classificados como disponíveis para venda, a perda por redução ao valor recuperável é avaliada com base nos mesmos critérios utilizados para ativos financeiros contabilizados ao custo amortizado. Contudo, o valor registrado por perda por redução ao valor recuperável é a perda cumulativa mensurada pela diferença entre o custo amortizado e o valor justo corrente, deduzido de qualquer perda por redução ao valor recuperável no investimento previamente reconhecido na demonstração dos resultados.

Juros continuam a ser computados pela taxa de juros efetiva utilizada para descontar o fluxo de caixa futuro para a perda por redução ao valor recuperável do ativo. A receita de juros é contabilizada como receita financeira. Quando, em um exercício subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida aumentar e esse aumento puder objetivamente ser relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável da demonstração dos resultados, a perda por redução ao valor recuperável é mantida na demonstração dos resultados.

k.3) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia determina a classificação de seus passivos financeiros dentre as seguintes possibilidades: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme os aspectos da transação.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.
Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração dos resultados no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.
Desreconhecimento (baixas)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo montante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração dos resultados.

k.4) Instrumentos financeiros – Apresentação Líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k.5) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

l) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda e taxa de juros e contratos a termo de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração dos resultados, com exceção da parcela eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e posteriormente reclassificada para o resultado quando o item de *hedge* afetar o resultado.

Para fins de contabilidade de *hedge*, existem duas classificações: *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* a valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge,* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto ao *hedge* de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista e objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos para a transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficazes ao longo de todos os períodos base para os quais foram destinados.

Os contratos da Companhia foram classificados como *hedges* de fluxo de caixa, quando fornecem proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um passivo reconhecido que possa afetar o resultado, e de valor justo quando fornecem proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

Hedges de fluxo de caixa

Hedges de fluxo de caixa que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) a porção do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que é determinada como um *hedge* eficaz deve ser reconhecido diretamente no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes); e (ii) a porção ineficaz do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* deve ser reconhecida na demonstração dos resultados.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda, ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração dos resultados quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado; por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de *hedging*), ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de *hedge*, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

Hedges de valor justo

Hedges de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma: (i) o ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado como custo financeiro; e (ii) o ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido na demonstração dos resultados, como custo financeiro.

Para *hedges* a valor justo relacionados com itens contabilizados a custo amortizado, eventuais ajustes a valor contábil são amortizados por meio do resultado ao longo do prazo restante do *hedge* utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ter início tão logo se faça um ajuste e durará, no máximo, até a data em que o item objeto de *hedge* deixa de ser ajustado para refletir mudanças no valor justo atribuível ao risco que está sendo objeto de *hedge*.

Se o item objeto de *hedge* for baixado, o valor justo não amortizado deverá ser reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido for designado como item objeto de *hedge*, a variação acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco objeto de *hedge* será reconhecida como ativo ou passivo, com reconhecimento do correspondente ganho ou perda no resultado.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos derivativos são classificados como circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou segregado em parcela circulante e não circulante), consistentemente com a classificação do item correspondente.

- Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de circulante e não circulante apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

m) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; ou
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível à Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade de um participante do mercado gerar benefícios econômicos por meio da utilização ideal do ativo ou vendendo-o a outro participante do mercado que também utilizaria o ativo de forma ideal.

A Companhia utiliza técnicas de avaliação adequadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes para mensuração do valor justo, maximizando o uso de informações disponíveis pertinentes e minimizando o uso de informações não disponíveis.

Para todos os ativos e passivos que o valor justo deva ser mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras o seu valor justo é categorizado dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

Nível 1: preços de mercado cotados (não ajustados) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativo para mensuração do valor justo como um todo) ao final de cada período de divulgação.

Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2. A Companhia não possui instrumentos financeiros com avaliação de valor justo nível 3 (nota 33).

n) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um período de tempo superior a 18 meses para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

o) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Juros sobre o capital próprio

Pela legislação brasileira é permitido às sociedades pagarem juros sobre o capital próprio, os quais são similares ao pagamento de dividendos porém são dedutíveis para fins de apuração dos tributos sobre a renda. A Companhia, para fins de atendimento à legislação tributária brasileira provisiona nos seus livros contábeis o montante devido em contrapartida à conta de despesa financeira no resultado do exercício e, para fins de apresentações destas demonstrações financeiras reverte a referida despesa em contrapartida a um débito direto no patrimônio líquido, resultando no mesmo tratamento contábil dos dividendos. A distribuição dos juros sobre o capital próprio aos acionistas está sujeita a retenção de imposto de renda à alíquota de 15%.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

p) Provisões

Geral

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, que é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do montante dessa obrigação possa ser efetuada. As provisões são atualizadas até a data do encerramento do exercício pelo montante provável da perda, observada a natureza de cada contingência.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

Provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, tributárias e regulatórias

A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de natureza trabalhista, tributária, cível e regulatória, tendo sido constituída provisão contábil em relação às demandas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para desmantelamento de ativos

Referem-se aos custos a serem incorridos pela necessidade de ter que devolver os *sites* (localidades destinadas a instalações de torres e equipamentos em imóveis alugados) aos proprietários nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

Estes custos são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação utilizando fluxos de caixa estimados, sendo reconhecidos como parte do custo do correspondente ativo. Os fluxos de caixa são descontados a uma taxa antes de imposto corrente que reflete os riscos específicos inerentes à obrigação por desativação de ativos. O efeito financeiro do desconto é contabilizado em despesa conforme incorrido e reconhecido na demonstração dos resultados como um custo financeiro. Os custos futuros estimados de desativação de ativos são revisados anualmente e ajustados, conforme o caso. Mudanças nos custos futuros estimados ou na taxa de desconto aplicada são adicionadas ou deduzidas do custo do ativo.

Passivos contingentes reconhecidos em uma combinação de negócios

Um passivo contingente reconhecido em uma combinação de negócios é inicialmente mensurado ao valor justo.

q) Tributos

Tributos correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de exercícios anteriores são mensurados ao valor que se espera recuperar ou pagar às autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do encerramento do exercício. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Tributos diferidos

O valor dos tributos diferidos é gerado por diferenças temporárias na data do encerramento do exercício, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados, exceto: (i) quando o tributo diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do encerramento do exercício e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data de encerramento do exercício e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: (i) quando o tributo diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e (ii) sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota de tributo que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária e que foram promulgadas na data do encerramento do exercício.

Os ativos e passivos fiscais diferidos não são descontados a valor presente e são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização.

Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido. Itens de tributo diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As receitas de prestação de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação ("ICMS") ou Imposto sobre Serviço Prestado ("ISS") às alíquotas vigentes em cada região e à tributação pelo Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") na modalidade cumulativa para as receitas auferidas com serviços de telecomunicações, às alíquotas de 0,65% e 3,00%, respectivamente. As demais receitas auferidas pela Companhia, incluindo as receitas relacionadas à revenda de mercadorias, na modalidade não cumulativa, são tributadas às alíquotas de 1,65% e 7,60% para o PIS e a COFINS, respectivamente, e pelo ICMS às alíquotas vigentes em cada Estado.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Lei nº 12.973/14

Em 13 de maio de 2014, foi publicada a lei nº 12.973/14, resultante da conversão da Medida Provisória nº 627/13. Esta lei regulamenta os efeitos fiscais decorrentes da adequação das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional definido pelo IFRS e encerra o Regime Transitório de Tributação ("RTT"), instituído pela lei nº 11.941/09.

A Instrução Normativa nº 1499, de 15 de outubro de 2014, publicada no DOU em 16 de outubro de 2014, determinou que a Declaração de Créditos e Débitos Tributários Federais ("DCTF") de dezembro de 2014 será a base para a manifestação da opção da aplicação para o ano-calendário de 2014 das regras previstas nos artigos 1º,2º e 4º a 70 ou pelas regras previstas nos artigos 76 a 92 da Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

A opção da Companhia para a adoção da aplicação das regras previstas nos artigos 1º,2º e 4º a 70 da referida Lei, foi declarada à Receita Federal do Brasil (RFB) através da DCTF de agosto de 2014, entregue em outubro do mesmo ano e poderá ser ratificada ou retificada na DCTF relativa a competência de dezembro de 2014, nota 27.

r) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- espera-se realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;

- espera-se realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quando à sua troca ou seja utilizado para liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- espera-se liquidá-lo no ciclo operacional normal;
- for mantido principalmente para negociação;
- espera-se liquidá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou
- não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação.

Todos os demais passivos são classificados como não circulantes.

s) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes e não circulantes são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, as despesas e os custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras na demonstração dos resultados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

t) Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

Quando a Companhia receber benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração dos resultados ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subsequentemente mensurado de acordo com a política contábil.

Caso os empréstimos ou assistência similares sejam disponibilizados pelos governos ou instituições relacionadas com uma taxa de juros inferior à taxa de mercado atual aplicável, o efeito favorável desses juros é considerado como subsídio adicional do governo.

Para as linhas de financiamento junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), cujas taxas de juros são inferiores às taxas praticadas no mercado, enquadram-se no escopo do IAS 20/CPC 7, as mesmas estão registradas a valor justo com base nas taxas de mercado, sendo o ajuste decorrente da comparação do valor mensurado com base na taxa contratada, contabilizado como receita diferida (nota 20).

u) Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações e de vendas de mercadorias, e estão sendo apresentadas líquidas dos tributos, descontos e devoluções (no caso de venda de mercadorias), incidentes sobre as mesmas. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita é reconhecida na extensão que o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável e que seja provável que benefícios econômicos sejam transferidos à Companhia, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia.

A Companhia avaliou as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e a Companhia concluiu que atua como principal em todos os contratos de receita.

As receitas consolidadas da Companhia compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados, TV e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes, remuneração pelo uso da rede e vendas de mercadorias.

Reconhecimento das receitas de serviços de telecomunicações

As receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência com base nos valores contratados. As ligações locais e de longa distância são tarifadas pelo processo de medição conforme legislação em vigor. Os serviços cobrados em valores fixos mensais são calculados e contabilizados em bases lineares. As receitas não faturadas entre a data do último faturamento até a data do balanço são apuradas e reconhecidas no mês em que o serviço é prestado.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos e aos créditos de recarga de celulares pré pagos, bem como os respectivos tributos devidos são diferidos e reconhecidos no resultado à medida que os serviços são efetivamente prestados.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. As receitas são reconhecidas pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: ICMS ou ISS (conforme o caso), PIS e COFINS.

Reconhecimento das receitas e custos de vendas de mercadorias

As receitas e os custos de vendas de mercadorias (aparelhos celulares, *simcards* e acessórios) são registrados quando os riscos e benefícios das mercadorias são transferidos aos compradores.

Vendas efetuadas em lojas próprias são reconhecidas no momento da venda ao consumidor final. As receitas e os custos de vendas de mercadorias, realizadas através de agentes credenciados (*dealers)* são reconhecidas no resultado quando da ativação do aparelho, limitado a 90 dias da data da venda.

Programa de fidelização

A Companhia mantém um programa de pontos por fidelidade dos clientes que lhes permitem acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. Os pontos acumulados podem ser trocados por aparelhos ou serviços, condicionada à obtenção de um saldo mínimo de pontos por parte do cliente. A contraprestação recebida é alocada ao custo dos aparelhos ou serviços resgatados pelo seu valor justo. O valor justo dos pontos é determinado através da divisão do valor do desconto concedido pela quantidade de pontos necessários para efetuar o resgate em função do programa de pontos. A parcela da receita referente ao valor justo do saldo acumulado de pontos gerados é diferida e reconhecida na demonstração dos resultados no momento do resgate dos pontos.

Para a definição da quantidade de pontos a serem contabilizados, são aplicadas técnicas estatísticas que consideram premissas e históricos sobre taxas de resgate esperadas, percentuais de expiração e cancelamentos de pontos entre outros. Essas estimativas estão sujeitas a variações e incertezas em função de mudanças no comportamento de resgates dos clientes (nota 20).

Taxa de adesão e campanhas promocionais

As taxas de habilitação pagas pelos clientes da Companhia para possibilitá-los a participar das campanhas promocionais são diferidas e lançadas no resultado ao longo do período de duração da referida campanha**.**

Acordos que combinam mais de um elemento

As ofertas de pacotes comerciais que combinam diferentes elementos são analisadas para determinar se é necessário separar os distintos elementos identificados, aplicando em cada caso o critério de reconhecimento de receitas apropriado. A receita total gerada pela venda do pacote é distribuída entre seus elementos baseados nos respectivos valores justos.

A determinação dos valores justos de cada um dos elementos identificados implica na necessidade de realizar estimativas complexas devido à própria natureza do negócio. A ocorrência de uma mudança nas estimativas dos valores justos relativos poderia afetar a distribuição das receitas entre os componentes e, consequentemente as receitas diferidas.

v) Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, operações com derivativos, empréstimos, financiamentos, debêntures, ajustes ao valor presente de transações que geram ativos e passivos monetários e outras operações financeiras. São reconhecidas pelo regime de competência quando ganhas ou incorridas pela Companhia.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

w) Planos de benefícios pós emprego

A Companhia patrocina individualmente fundos de pensão de benefícios pós emprego para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de complementação de aposentadoria e assistência médica para ex empregados. As contribuições são determinadas em bases atuariais e são registradas pelo regime de competência. Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, a fim de verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para formar a reserva necessária para ambos os compromissos atuais e futuros.

Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal – NTNs), deduzido do valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente à Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

Os custos atuariais reconhecidos na demonstração dos resultados são limitados ao custo do serviço e custo de juros sobre a obrigação do plano de benefício definido. Qualquer mudança na mensuração nos ativos e obrigações dos planos são inicialmente reconhecidos em outros resultados abrangentes e imediatamente reclassificado permanentemente para o resultado.

x) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do encerramento do exercício, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos, são descritas a seguir:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

A Companhia analisa periodicamente o desempenho da unidade geradora de caixa definida a fim de identificar uma possível desvalorização nos ágios. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que são atribuídos os ágios inclui também o uso de hipóteses e estimativas e requer um grau significativo de julgamento e critério.

Planos de benefícios pós emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

Ativo imobilizado e intangível de vida útil definida

O tratamento contábil do investimento em ativo imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e o valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A determinação das vidas úteis requer estimativas em relação à evolução tecnológica esperada e ao uso alternativo dos ativos. As hipóteses relacionadas ao aspecto tecnológico e seu desenvolvimento futuro implicam em um grau significativo de análise, na medida em que o momento e a natureza das futuras mudanças tecnológicas são de difícil previsão.

Quando uma desvalorização é identificada no valor dos ativos tangíveis e intangíveis, é registrado um ajuste do valor na demonstração dos resultados do período. A determinação da necessidade de registrar uma perda por desvalorização implica na realização de estimativas que incluem, entre outras, a análise das causas da possível desvalorização, bem como o montante esperado da mesma. São também considerados fatores como a obsolescência tecnológica, a suspensão de determinados serviços e outras mudanças nas circunstâncias que demonstram a necessidade de registrar uma possível desvalorização.

Reconhecimento de receita – Programa de Fidelização de Cliente

A Companhia estima o valor justo dos pontos atribuídos no âmbito do programa de fidelização de clientes através da aplicação de técnicas estatísticas. As entradas para o modelo incluem fazer suposições sobre as taxas de resgate esperados, o *mix* de produtos que estarão disponíveis para resgate no futuro e preferências dos clientes quanto a utilização dos pontos. Como os pontos emitidos não expiram, essas estimativas estão sujeitas a incertezas significativas.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A Companhia avalia a recuperabilidade do ativo fiscal diferido com base nas estimativas de resultados futuros. Essa recuperabilidade depende, em última instância, da capacidade da Companhia de gerar lucros tributáveis ao longo do período em que o ativo fiscal diferido é dedutível. Na análise é considerado o calendário previsto de reversão de passivo fiscal diferido, bem como as estimativas de lucros tributáveis, com base em projeções internas atualizadas de modo a refletir as tendências mais recentes.

A determinação da classificação adequada dos itens fiscais depende de vários fatores, incluindo a estimativa do momento e a realização do ativo fiscal diferido e do momento esperado dos pagamentos desses impostos. O fluxo real de entradas e saídas do imposto de renda pode divergir das estimativas realizadas pela Companhia, como consequência de mudanças na legislação fiscal, ou de transações futuras não previstas que possam afetar os saldos fiscais.

Provisões para demandas judiciais tributárias, trabalhistas, cíveis e regulatórias

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado, cuja liquidação requer uma saída de recursos que é considerada provável e que pode ser estimada com confiabilidade. Essa obrigação pode ser legal ou tácita, derivada de, entre outros fatores, regulamentações, contratos, práticas habituais ou compromissos públicos que criam perante terceiros uma expectativa válida de que a Companhia assumirá determinadas responsabilidades. A determinação do montante da provisão está baseada na melhor estimativa do desembolso que será necessário para liquidar a obrigação correspondente, tomando em consideração toda a informação disponível na data de encerramento, incluída a opinião de peritos independentes, como consultores jurídicos.

y) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira. Os ganhos e perdas na conversão de investimentos no exterior são reconhecidos na demonstração dos resultados abrangentes.

z) Conversão de transações denominadas em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio ("Ptax") na data da transação e convertidos subsequentemente usando a Ptax na data das demonstrações financeiras que, em 31 de dezembro de 2014, eram: US$1,00 = R$2,6562, €1,00 = R$3,224892, e em 31 de dezembro de 2013, eram: US$1,00 = R$2,3426, €1,00 = R$3,23068. Os ganhos e perdas resultantes da conversão desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos na demonstração dos resultados.

aa) Participação dos empregados nos resultados

A Companhia possui obrigações decorrentes dos contratos de trabalho com seus empregados, reconhecendo estas provisões durante o exercício. São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas em contas específicas de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas.

ab) Transações envolvendo pagamento em ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações emitidas pela controladora, Telefónica S.A., para seus dirigentes e empregados baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data de sua outorga, utilizando modelo binomial de valorização. Esse valor justo é debitado na demonstração dos resultados ao longo do período até a aquisição.

ac) Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração dos resultados na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

ad) Informações por segmentos

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que: (i) todas as decisões dos administradores e gestores são tomadas com base em relatórios consolidados; (ii) a missão da Companhia e Controlada é prover seus clientes de serviços de telecomunicações com qualidade; e (iii) todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas, a conclusão da Administração é de que a Companhia e Controlada operam em um único segmento operacional de prestação de serviços de telecomunicações.

ae) <u>Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado</u>

A Demonstração dos Fluxos de Caixa ("DFC") foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

Em relação à aquisição das licenças de 700MHz em 8 de dezembro de 2014, no valor total de R$2.770.320 (nota 1b.2), o montante de R$1.112.818 não teve impacto no caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, considerando que ele será pago em parcelas.

A Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC09 – Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Caixa e contas bancárias	63.136	101.094	64.010	101.921
Aplicações financeiras	3.772.168	6.210.205	4.628.679	6.442.015
Total	**3.835.304**	**6.311.299**	**4.692.689**	**6.543.936**

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs"), baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários ("CDI") com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

5) CONTAS A RECEBER, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Valores faturados	4.957.574	3.982.200	5.538.184	4.487.412
Valores a faturar	1.868.376	1.751.226	1.997.798	1.885.908
Valores de interconexão	991.752	872.678	991.752	859.894
Valores com partes relacionadas (nota 29)	157.306	129.062	115.048	98.353
Contas a receber bruto	**7.975.008**	**6.735.166**	**8.642.782**	**7.331.567**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(1.313.956)	(1.033.665)	(1.619.316)	(1.271.622)
Total	**6.661.052**	**5.701.501**	**7.023.466**	**6.059.945**
Circulante	6.470.764	5.541.023	6.724.061	5.802.859
Não circulante	190.288	160.478	299.405	257.086

Os saldos consolidados das contas a receber não circulante incluíam:

- Em 31 de dezembro de 2014, R$190.288 (R$160.478 em 31 de dezembro de 2013), referente ao modelo de negócios de revenda de mercadorias para pessoa jurídica, com prazo de recebimento até 24 meses. Em 31 de dezembro de 2014, o impacto do ajuste a valor presente era de R$29.872 (R$18.174 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 31 de dezembro de 2014, R$109.117 (R$96.608 em 31 de dezembro de 2013), referente ao produto "Soluciona TI", comercializado pela controlada TData, que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, esse produto foi classificado como arrendamento mercantil financeiro.

A seguir, apresentamos os valores a receber, líquidos das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, por idade de vencimento (*aging list*):

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
A vencer	4.853.376	4.131.549	5.107.714	4.398.791
Vencidas – 1 a 30 dias	914.709	756.787	970.086	795.389
Vencidas – 31 a 60 dias	318.552	266.192	328.367	289.783
Vencidas – 61 a 90 dias	207.542	162.436	243.981	166.105
Vencidas – 91 a 120 dias	75.895	59.244	73.962	62.122
Vencidas – mais de 120 dias	290.978	325.293	299.356	347.755
Total	**6.661.052**	**5.701.501**	**7.023.466**	**6.059.945**

Não havia cliente que representasse mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

A seguir, demonstramos as movimentações das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	**(614.566)**	**(1.163.047)**
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(480.373)	(741.274)
Baixa pela utilização	465.404	632.699
Incorporação/cisão em 01.07.13	(404.130)	-
Saldo em 31.12.13	**(1.033.665)**	**(1.271.622)**
Complemento líquido das perdas estimadas (nota 24)	(832.184)	(896.336)
Baixa pela utilização	551.893	548.642
Saldo em 31.12.14	**(1.313.956)**	**(1.619.316)**

Os saldos das contas a receber, circulante e não circulante, referente ao arrendamento mercantil financeiro do produto “Soluciona TI”, contemplam os seguintes efeitos:

	Consolidado	
	31.12.14	31.12.13
Valor presente a receber	497.523	428.371
Receita financeira não realizada	7.522	7.058
Valor nominal a receber	**505.045**	**435.429**
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(240.191)	(192.786)
Valor líquido a receber	**264.854**	**242.643**
Circulante	155.737	146.035
Não circulante	109.117	96.608

O cronograma de vencimentos das contas a receber brutas do produto “Soluciona TI” em 31 de dezembro de 2014 era:

	Consolidado	
	Valor nominal a receber	Valor presente a receber
A vencer até um ano	271.401	271.401
A vencer até cinco anos	233.644	226.122
Total	**505.045**	**497.523**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

6) ESTOQUES, LÍQUIDOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Materiais para consumo	54.847	55.431	55.820	58.492
Materiais para revenda (a)	441.793	459.949	464.718	498.803
Outros estoques	7.749	6.481	7.749	6.481
Total bruto	**504.389**	**521.861**	**528.287**	**563.776**
Perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência	(45.901)	(52.275)	(48.486)	(58.161)
Total	**458.488**	**469.586**	**479.801**	**505.615**

(a) Contempla, entre outros, estoque de aparelhos celulares, *simcards* e equipamentos de informática.

A seguir, demonstramos a movimentação das perdas estimadas para redução ao valor realizável e para obsolescência dos estoques:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	**(24.908)**	**(55.776)**
Complemento das perdas estimadas	(14.475)	(29.247)
Reversão das perdas estimadas	21.785	26.862
Incorporação/cisão em 01.07.13	(34.677)	-
Saldo em 31.12.13	**(52.275)**	**(58.161)**
Complemento das perdas estimadas	(27.152)	(31.012)
Reversão das perdas estimadas	33.526	40.687
Saldo em 31.12.14	**(45.901)**	**(48.486)**

Os valores das adições/reversões das perdas estimadas para redução ao valor realizável e obsolescência dos estoques estão incluídos nos custos das mercadorias vendidas (nota 24).

7) TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR

7.1) Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
ICMS (a)	1.686.062	1.908.754	1.696.578	1.911.703
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (b)	597.718	374.096	601.515	377.704
Impostos e contribuições retidos na fonte (c)	115.445	174.015	134.795	188.659
PIS e COFINS	85.662	62.449	86.447	63.816
Outros	18.722	17.871	23.532	18.468
Total	**2.503.609**	**2.537.185**	**2.542.867**	**2.560.350**
Circulante	2.163.404	2.168.797	2.202.662	2.191.962
Não circulante	340.205	368.388	340.205	368.388

(a) Referem-se aos créditos gerados na aquisição de bens do ativo imobilizado (cuja compensação ocorre em 48 meses); em pedidos de ressarcimento do ICMS pago para faturas que foram posteriormente canceladas; pela prestação de serviços; por substituição tributária; por diferencial de alíquota, entre outros.

(b) Refere-se aos créditos por antecipações de imposto de renda e contribuição social, as quais serão compensadas com tributos federais a serem apurados futuramente.

(c) Refere-se a créditos de imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, juros sobre o capital próprio e outros, que são utilizados como dedução nas operações do período e contribuição social retida na fonte sobre serviços prestados a órgãos públicos.

7.2) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são constituídos, considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

Os tributos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura como segue:

(a) Imposto de renda sobre prejuízos fiscais e contribuição social sobre base negativa: representado pelo montante registrado, que conforme a legislação tributária brasileira poderá ser compensado no limite de 30% das bases apuradas nos próximos exercícios sem prazo de prescrição.

(b) Crédito fiscal incorporado: representado pelos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

(c) Imposto de renda (IR) e Contribuição social (CS) sobre diferenças temporárias: a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões, da efetiva perda estimada para redução ao valor recuperável das contas a receber ou da realização dos estoques, bem como pela reversão de outras provisões.

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Controladora							
	Saldos em 31.12.12	Demonstração dos resultados	Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Incorporação / Cisão em 01/07/13	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Saldos em 31.12.14
Ativo diferido								
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	21.290	101.031	-	-	122.321	(52.157)	-	70.164
Crédito fiscal incorporado (b)	9.461	(9.461)	-	-	-	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)								
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	805.557	162.661	-	354.026	1.322.244	132.105	-	1.454.349
Planos de benefícios pós emprego	126.605	9.854	-	7.078	143.537	12.689	-	156.226
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	93.442	24.908	-	122.853	241.203	62.729	-	303.932
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	7.467	(6.152)	-	163.203	164.518	3.175	-	167.693
Participação nos resultados	34.888	11.784	-	24.615	71.287	73.772	-	145.059
Depreciação acelerada contábil	128.070	(74.296)	-	100.407	154.181	(138.806)	-	15.375
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	8.469	(2.070)	-	4.485	10.884	(870)	-	10.014
Provisão para programa de fidelização	-	729	-	30.470	31.199	309	-	31.508
Carteira de clientes e marcas (nota 27)	-	-	-	-	-	311.141	-	311.141
Fornecedores e outras provisões	62.314	79.216	-	196.928	338.458	98.341	-	436.799
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	108.448	(61.068)	(36)	110.644	157.988	(23.580)	-	134.408
Total do ativo diferido	**1.406.011**	**237.136**	**(36)**	**1.114.709**	**2.757.820**	**478.848**	**-**	**3.236.668**
Passivo diferido								
Crédito fiscal incorporado (b)	(269.514)	(68.021)	-	-	(337.535)	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)								
Lei da Inovação tecnológica	(209.185)	115.109	-	(214.414)	(308.490)	52.036	-	(256.454)
Variação cambial	(3.383)	3.383	-	-	-	-	-	-
Carteira de clientes (nota 27)	(546.383)	84.513	-	-	(461.870)	461.870	-	-
Marcas e patentes (nota 27)	(508.178)	28.630	-	-	(479.548)	479.548	-	-
Licença	(399.878)	(319.902)	-	-	(719.780)	(268.116)	-	(987.896)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(344.927)	(223.411)	-	-	(568.338)	(147.200)	-	(715.538)
Ágios da Vivo Part.	(266.870)	(213.496)	-	-	(480.366)	(208.711)	-	(689.077)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(74.344)	26.052	-	(76.235)	(124.527)	7.605	(92.542)	(209.464)
Total do passivo diferido	**(2.622.662)**	**(567.143)**	**-**	**(290.649)**	**(3.480.454)**	**377.032**	**(92.542)**	**(3.195.964)**
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	**(1.216.651)**	**(330.007)**	**(36)**	**824.060**	**(722.634)**	**855.880**	**(92.542)**	**40.704**
Representado no balanço patrimonial da seguinte								
Ativo diferido líquido, não circulante	-				-			**40.704**
Passivo diferido líquido, não circulante	**(1.216.651)**				**(722.634)**			-

	Consolidado						
	Saldos em 31.12.12	Demonstração dos resultados	Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Saldos em 31.12.13	Demonstração dos resultados	Patrimônio Líquido (Resultados Abrangentes)	Saldos em 31.12.14
Ativo diferido							
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (a)	21.290	241.625	-	262.915	(169.369)	-	93.546
Crédito fiscal incorporado (b)	9.461	(9.461)	-	-	-	-	-
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)							
Provisões para demandas judiciais trabalhistas, tributárias, cíveis e regulatórias	1.104.065	223.223	-	1.327.288	132.550	-	1.459.838
Planos de benefícios pós emprego	133.371	10.166	-	143.537	12.688	-	156.225
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	169.434	76.122	-	245.556	69.516	-	315.072
Perdas estimadas de modens e outros ativos imobilizados	210.107	(43.933)	-	166.174	3.532	-	169.706
Participação nos resultados	62.218	9.730	-	71.948	73.881	-	145.829
Depreciação acelerada contábil	421.768	(267.587)	-	154.181	(138.806)	-	15.375
Perdas estimadas para redução ao valor realizável dos estoques	13.951	(1.066)	-	12.885	(1.992)	-	10.893
Provisão para programa de fidelização	28.168	3.031	-	31.199	308	-	31.507
Carteira de clientes e marcas (nota 27)	-	-	-	-	311.141	-	311.141
Fornecedores e outras provisões	290.199	108.757	-	398.956	103.001	-	501.957
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	177.382	(19.143)	(926)	157.313	(23.214)	-	134.099
Total do ativo diferido	**2.641.414**	**331.464**	**(926)**	**2.971.952**	**373.236**	**-**	**3.345.188**
Passivo diferido							
Crédito fiscal incorporado (b)	(269.514)	(68.021)	-	(337.535)	-	-	(337.535)
IR e CS sobre diferenças temporárias (c)							
Lei da Inovação tecnológica	(416.700)	108.210	-	(308.490)	52.036	-	(256.454)
Variação cambial	(3.383)	3.383	-	-	-	-	-
Carteira de clientes (nota 27)	(546.383)	84.513	-	(461.870)	461.870	-	-
Marcas e patentes (nota 27)	(508.178)	28.630	-	(479.548)	479.548	-	-
Licença	(399.878)	(319.902)	-	(719.780)	(268.116)	-	(987.896)
Efeitos dos ágios gerados na incorporação da Vivo Part.	(344.927)	(223.411)	-	(568.338)	(147.200)	-	(715.538)
Ágios da Vivo Part.	(266.870)	(213.496)	-	(480.366)	(208.711)	-	(689.077)
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	(74.344)	(54.021)	-	(128.365)	7.036	(92.542)	(213.871)
Total do passivo diferido	**(2.830.177)**	**(654.115)**	**-**	**(3.484.292)**	**376.463**	**(92.542)**	**(3.200.371)**
Total do ativo (passivo) líquido, não circulante	**(188.763)**	**(322.651)**	**(926)**	**(512.340)**	**749.699**	**(92.542)**	**144.817**
Representado no balanço patrimonial da seguinte							
Ativo diferido líquido, não circulante	**1.027.888**			**210.294**			**144.817**
Passivo diferido líquido, não circulante	**(1.216.651)**			**(722.634)**			**-**

O quadro a seguir apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente no patrimônio líquido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Perdas não realizadas em investimentos disponíveis para venda	2.599	4.578	2.599	4.578
Perdas atuariais e efeito da limitação de ativos dos planos *superávitarios*	18.817	(6.458)	18.817	(7.348)
Ganhos (perdas) com operações de derivativos	(113.958)	1.844	(113.958)	1.844
Total	**(92.542)**	**(36)**	**(92.542)**	**(926)**

A seguir, apresentamos os prazos de expectativa de realizações dos tributos diferidos líquidos. Os valores estão baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	**Total**
Controladora	309.820	283.523	164.059	158.244	173.492	(1.048.434)	**40.704**
Consolidado	403.481	288.402	164.438	158.623	174.326	(1.044.453)	**144.817**

8) DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi analisada pela Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos como provável, possível ou remota.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Depósitos judiciais				
Trabalhista	1.008.745	1.011.346	1.016.019	1.016.832
Tributário	2.647.635	2.348.179	2.665.757	2.364.913
Cível e regulatório (a)	935.842	834.857	936.782	835.966
Total	**4.592.222**	**4.194.382**	**4.618.558**	**4.217.711**
Bloqueios judiciais	124.730	96.130	126.667	97.572
Total	**4.716.952**	**4.290.512**	**4.745.225**	**4.315.283**
Circulante	202.169	166.928	202.169	166.928
Não Circulante	4.514.783	4.123.584	4.543.056	4.148.355

(a) A Companhia reclassificou o montante de R$37.237 de 31 de dezembro de 2013, entre os grupos de "Depósitos e Bloqueios Judiciais" e "Licenças de Autorização", no ativo e passivo circulante, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha diversos depósitos judiciais tributários, perfazendo o montante consolidado de R$2.665.757 (R$2.364.913 em 31 de dezembro de 2013). Na nota 19, apresentamos maiores detalhes sobre os assuntos que originaram os principais depósitos judiciais.

A seguir, apresentamos uma breve descrição dos principais depósitos judiciais tributários:

- Programa de Integração Social ("PIS") e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS")

  A Companhia e Controlada estão envolvidas em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ação realizada com créditos decorrentes de pagamentos a maior, não reconhecidos pelo fisco; (ii) débito fiscal em face do recolhimento a menor, em virtude de divergências nas declarações acessórias (DCTF); e (iii) discussões referentes às alterações de alíquotas e aumento das bases de cálculo promovidas pela Lei nº 9.718/98.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$33.040 (R$31.162 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico ("CIDE")

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais cujo objeto visa afastar a incidência da CIDE sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e *softwares* etc.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$153.759 (R$144.684 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

  A ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação ("TFI") sobre a prorrogação das licenças concedidas e sobre as estações rádio base, estações móveis e radioenlaces, por entender que a prorrogação seria fato gerador da TFI e que as estações móveis, ainda que da titularidade de terceiros, também estão sujeitas a TFI. A Companhia e Controlada questionam em âmbito judicial a referida taxa.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$929.880 (R$864.487 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto de Renda Retido na Fonte (“IRRF”)

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) não retenção de IRRF sobre remessas ao exterior a título de tráfego sainte; (ii) não retenção de IRRF sobre recebimento de juros sobre o capital próprio; e (iii) IRRF incidente sobre rendimento com aluguéis e *royalties*, trabalho assalariado e aplicações financeiras de renda fixa.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$63.295 (R$59.343 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”)

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) débitos referentes a compensações de pagamento a maior de IRPJ não homologadas pela Receita Federal do Brasil; (ii) exigência de estimativas de IRPJ e ausência de recolhimento de débitos no Sistema Integrado de Informações Econômico-Fiscais (“SIEF”); e (iii) recolhimento a menor do IRPJ.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$30.325 (R$28.456 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição à Empresa Brasil de Comunicação (“EBC”)

  O Sindicato das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (Sinditelebrasil) discute judicialmente, em nome das associadas, a Contribuição ao Fomento da Radiodifusão Pública à EBC, criada pela Lei nº 11.652/08. A Companhia e Controlada, como associadas ao sindicato, efetuaram depósitos judiciais dos valores relativos à referida contribuição.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$672.593 (R$514.127 em 31 de dezembro de 2013).

- Contribuição Previdenciária, Seguro Acidente de Trabalho (“SAT”) e Verbas para Terceiros (“INSS”)

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) SAT e verbas destinadas a terceiros (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE); (ii) responsabilidade solidária por cessão de mão de obra; (iii) diferencial de alíquota de SAT (alíquotas de 1% para 3%); e (iv) premiações.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$102.820 (R$96.736 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”)

  A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto visa a declaração do não recolhimento dos adicionais de 0,5% e 10% de FGTS instituídos pela Lei Complementar nº 110/2001 incidentes sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados).

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$76.459 (R$70.697 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto sobre o Lucro Líquido (“ILL”)

  A Companhia está envolvida em discussão judicial cujo objeto é a declaração de compensação dos valores indevidamente recolhidos a título de ILL, com parcelas vincendas de IRPJ.

  Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia liquidou o débito objeto da discussão via inclusão no Programa de Anistia Federal (“REFIS”), com a utilização do depósito judicial ora vinculado. Atualmente, aguarda-se conversão em renda pela União Federal.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$54.723 (R$51.648 em 31 de dezembro de 2013).

- Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (“FUST”)

  A Companhia e Controlada ingressaram com mandados de segurança com o objetivo de ter declarado seu direito de não inclusão das despesas de interconexão e de exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6° da Lei n.° 9.998, de 17 de agosto de 2000.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$394.489 (R$371.373 em 31 de dezembro de 2013).

- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (“ICMS”)

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) ICMS declarado e não pago; (ii) não incidência do ICMS sobre comunicação inadimplida; (iii) exigência de multa por atraso no recolhimento do imposto, pago espontaneamente; (iv) ICMS supostamente incidente sobre acesso, adesão, habilitação, disponibilidade e utilização de serviços, bem como aqueles relativos a serviços suplementares e facilidades adicionais; (v) direito ao crédito de aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado e também de energia elétrica; (vi) cartões de ativação para o serviço pré-pago; e (vii) glosa de crédito de ICMS referente ao convênio 39.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$97.278 (R$38.259 em 31 de dezembro de 2013).

- Outros impostos, taxas e contribuições

  A Companhia está envolvida em discussões judiciais que envolvem os seguintes objetos: (i) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) sobre serviços meios; (ii) Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”) não abarcado por isenção; (iii) taxas municipais de fiscalização, funcionamento e publicidade; (iv) taxa de uso do solo; (v) contribuições previdenciárias referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de várias notas fiscais, faturas e recibos de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; e (vi) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (“PPNUM”) pela ANATEL.

  Em 31 de dezembro de 2014, o saldo consolidado dos depósitos judiciais totalizava R$57.096 (R$93.941 em 31 de dezembro de 2013).

9) DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Propaganda e publicidade	198.758	167.873	198.758	167.873
Alugueis	45.318	35.168	45.318	35.168
Seguros	33.594	29.212	35.574	29.733
Encargos financeiros	8.426	11.568	8.426	11.568
Manutenção de *software*, tributos e outras	38.817	35.801	41.698	38.308
Total	**324.913**	**279.622**	**329.774**	**282.650**
Circulante	300.567	254.743	303.551	257.286
Não Circulante	24.346	24.879	26.223	25.364

10) OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Crédito com fornecedores	114.422	139.563	121.615	139.563
Créditos com partes relacionadas (nota 29)	318.041	297.198	73.042	97.748
Adiantamentos a empregados e fornecedores	49.827	64.101	50.981	64.991
Subsídio na venda de aparelhos celulares	45.850	55.716	45.850	55.716
Superávit de planos de benefícios pós emprego (nota 32)	14.515	17.769	14.653	17.909
Outros valores a realizar	87.068	86.492	87.280	92.037
Total	**629.723**	**660.839**	**393.421**	**467.964**
Circulante	535.020	533.272	298.496	340.171
Não Circulante	94.703	127.567	94.925	127.793

11) INVESTIMENTOS

A seguir, demonstramos um sumário dos dados financeiros relevantes das investidas nas quais a Companhia possui participação.

a) Informações das Investidas

O quadro a seguir demonstra as informações das investidas, considerando as participações societárias detidas pela Companhia.

	Em 31 de dezembro de 2014				Em 31 de dezembro de 2013			
	Subsidiária integral	Controladas em Conjunto			Subsidiária integral	Controladas em Conjunto		
	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	TData	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica
Participação no patrimônio líquido	**100,00%**	**50,00%**	**50,00%**	**50,00%**	**100,00%**	**50,00%**	**50,00%**	**50,00%**
Resumo do Balanço Patrimonial:								
Ativo circulante	1.749.933	11	12.728	136.350	1.090.339	11	10.515	139.414
Ativo não circulante	335.735	-	12.134	-	420.253	-	12.441	-
Total do ativo	**2.085.668**	**11**	**24.862**	**136.350**	**1.510.592**	**11**	**22.956**	**139.414**
Passivo circulante	883.906	1	3.232	92	688.480	1	2.950	2.200
Passivo não circulante	48.611	-	4.546	-	43.823	-	6.076	-
Patrimônio líquido	1.153.151	10	17.084	136.258	778.289	10	13.930	137.214
Total do passivo e patrimônio líquido	**2.085.668**	**11**	**24.862**	**136.350**	**1.510.592**	**11**	**22.956**	**139.414**
Valor contábil do investimento	**1.153.151**	**5**	**8.542**	**68.129**	**778.289**	**5**	**6.965**	**68.607**
Resumo da Demonstração de Resultados:								
Receita operacional líquida	2.184.241	62	51.077	-	1.253.031	61	32.843	-
Custo dos serviços prestados	(1.066.114)	-	(31.530)	-	(965.787)	-	(29.013)	-
Despesas com comercialização	(111.780)	-	-	-	(100.585)	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	(30.253)	(61)	(5.782)	(129)	(43.173)	(60)	(5.925)	(222)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29.410	(1)	1.569	-	(13.944)	(1)	(105.812)	-
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	110.104	-	1.285	275	21.350	-	891	358
Lucro (prejuízo) antes dos tributos	**1.115.608**	-	**16.619**	**146**	**150.892**	-	**(107.016)**	**136**
Imposto de renda e contribuição social	(379.920)	-	(2.885)	-	107.871	-	(3.420)	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**735.688**	-	**13.734**	**146**	**258.763**	-	**(110.436)**	**136**
Valor contábil do lucro líquido (prejuízo) do exercício, reconhecido como equivalência patrimonial	**735.688**	-	**6.867**	**73**	**258.763**	-	**(55.218)**	**68**

b) Movimentação dos Investimentos

	Saldos em 31.12.13	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Saldos em 31.12.14
Participações	**853.866**	**742.628**	**(366.116)**	**(551)**	**1.229.827**
Subsidiária integral	**778.289**	**735.688**	**(360.826)**	**-**	**1.153.151**
TData	778.289	735.688	(360.826)	-	1.153.151
Entidades controladas em conjunto	**75.577**	**6.940**	**(5.290)**	**(551)**	**76.676**
Aliança	68.607	73	-	(551)	68.129
AIX	6.965	6.867	(5.290)	-	8.542
ACT	5	-	-	-	5
Ágios (a)	**212.058**	-	-	-	**212.058**
Outras participações	**10.772**	-	-	**(7.643)**	**3.129**
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(7.643)	3.129
Total de investimentos na controladora	**1.076.696**	**742.628**	**(366.116)**	**(8.194)**	**1.445.014**
Aliança	68.607	73	-	(551)	68.129
AIX	6.965	6.867	(5.290)	-	8.542
ACT	5	-	-	-	5
Outros investimentos (b)	10.772	-	-	(7.643)	3.129
Total de investimentos no consolidado	**86.349**	**6.940**	**(5.290)**	**(8.194)**	**79.805**

	Saldos em 31.12.12	Adições	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e aprovados	Outros resultados abrangentes	Incorporação / Cisão em 01.07.13	Saldos em 31.12.13
Participações	**11.328.398**	**91.050**	**1.913.508**	**(2.120.289)**	**8.743**	**(10.367.544)**	**853.866**
Subsidiárias integrais	**11.209.200**	**91.050**	**1.968.658**	**(2.120.289)**	**(2.786)**	**(10.367.544)**	**778.289**
A. Telecom	640.768	-	50.927	-	(36)	(691.659)	-
TData	305.335	20.000	258.763	(61.456)	1.731	253.916	778.289
TST	163.128	-	(52.915)	-	-	(110.213)	-
Vivo	10.040.496	-	1.740.186	(2.058.833)	(1.048)	(9.720.801)	-
GTR-T	1.861	-	1.129	-	-	(2.990)	-
Lemontree	11.404	50	(2.957)	-	-	(8.497)	-
CaTV	42.097	68.000	(31.383)	-	(3.078)	(75.636)	-
Sul Paraná	4.111	3.000	4.908	-	(355)	(11.664)	-
Entidades controladas em conjunto	**119.198**	**-**	**(55.150)**	**-**	**11.529**	**-**	**75.577**
Aliança	57.010	-	68	-	11.529	-	68.607
AIX	62.183	-	(55.218)	-	-	-	6.965
ACT	5	-	-	-	-	-	5
Ágios (a)	**212.058**	-	-	-	-	-	**212.058**
Outras participações	**23.683**	**(148)**	**-**	**-**	**(13.465)**	**702**	**10.772**
Outros investimentos (b)	23.683	(148)	-	-	(13.465)	702	10.772
Total de investimentos na controladora	**11.564.139**	**90.902**	**1.913.508**	**(2.120.289)**	**(4.722)**	**(10.366.842)**	**1.076.696**
Aliança	57.010	-	68	-	11.529	-	68.607
AIX	62.183	-	(55.218)	-	-	-	6.965
ACT	5	-	-	-	-	-	5
Outros investimentos (b)	23.683	(148)	-	-	(13.465)	702	10.772
Total de investimentos no consolidado	**142.881**	**(148)**	**(55.150)**	**-**	**(1.936)**	**702**	**86.349**

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(b) Os valores de outros investimentos (incentivos fiscais e participações acionárias) estão avaliados pelo valor justo.

12) IMOBILIZADO LÍQUIDO

12.a) Composição

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	17.140.731	(14.599.055)	2.541.676	17.147.961	(14.606.044)	2.541.917
Equipamentos e meios de transmissão	37.199.508	(26.990.931)	10.208.577	37.200.161	(26.991.399)	10.208.762
Equipamentos terminais/modens	10.838.174	(9.227.487)	1.610.687	10.882.788	(9.254.451)	1.628.337
Infraestrutura	13.486.180	(10.000.989)	3.485.191	13.497.058	(10.010.123)	3.486.935
Terrenos	314.350	-	314.350	314.350	-	314.350
Outros ativos imobilizados	3.394.231	(2.722.927)	671.304	3.549.258	(2.833.705)	715.553
Provisões para perda	(156.592)	-	(156.592)	(156.728)	-	(156.728)
Bens e instalações em andamento	1.706.538	-	1.706.538	1.714.738	-	1.714.738
Total	**83.923.120**	**(63.541.389)**	**20.381.731**	**84.149.586**	**(63.695.722)**	**20.453.864**

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	16.544.122	(14.179.182)	2.364.940	16.551.351	(14.186.061)	2.365.290
Equipamentos e meios de transmissão	34.246.583	(25.814.277)	8.432.306	34.247.236	(25.814.693)	8.432.543
Equipamentos terminais/modens	10.732.328	(9.276.479)	1.455.849	10.763.473	(9.295.416)	1.468.057
Infraestrutura	12.949.046	(9.482.838)	3.466.208	12.959.925	(9.491.430)	3.468.495
Terrenos	314.558	-	314.558	314.558	-	314.558
Outros ativos imobilizados	3.181.239	(2.582.931)	598.308	3.277.142	(2.682.185)	594.957
Provisões para perda	(168.124)	-	(168.124)	(169.979)	-	(169.979)
Bens e instalações em andamento	1.913.860	-	1.913.860	1.967.726	-	1.967.726
Total	**79.713.612**	**(61.335.707)**	**18.377.905**	**79.911.432**	**(61.469.785)**	**18.441.647**

12.b) Movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.13	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Depreciação (b)	Saldo em 31.12.14
Equipamentos de comutação	2.364.940	12.042	(770)	606.830	(441.366)	2.541.676
Equipamentos e meios de transmissão	8.432.306	103.890	(34.434)	3.041.968	(1.335.153)	10.208.577
Equipamentos terminais/modens	1.455.849	150.116	(2.787)	918.297	(910.788)	1.610.687
Infraestrutura	3.466.208	47.246	(1.286)	513.005	(539.982)	3.485.191
Terrenos	314.558	-	(208)	-	-	314.350
Outros ativos imobilizados	598.308	161.300	(2.217)	124.376	(210.463)	671.304
Provisões para perda (a)	(168.124)	-	12.016	(484)	-	(156.592)
Bens e instalações em andamento	1.913.860	5.105.560	(18.846)	(5.294.036)	-	1.706.538
Total	**18.377.905**	**5.580.154**	**(48.532)**	**(90.044)**	**(3.437.752)**	**20.381.731**

	Controladora						
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Depreciação (b)	Incorporação / Cisão em 01.07.13	Saldo em 31.12.13
Equipamentos de comutação	1.229.082	30.595	(67)	355.370	(410.758)	1.160.718	2.364.940
Equipamentos e meios de transmissão	4.349.192	434.769	(13.840)	1.532.734	(972.295)	3.101.746	8.432.306
Equipamentos terminais/modens	1.074.915	441.337	-	303.838	(733.329)	369.088	1.455.849
Infraestrutura	2.279.061	44.490	(17.720)	309.568	(450.353)	1.301.162	3.466.208
Terrenos	217.526	-	(1.784)	-	-	98.816	314.558
Outros ativos imobilizados	174.892	107.222	(2.531)	24.375	(126.427)	420.777	598.308
Provisões para perda (a)	(14.262)	(5.475)	6.282	-	-	(154.669)	(168.124)
Bens e instalações em andamento	709.857	3.027.093	(8.314)	(2.580.684)	-	765.908	1.913.860
Total	**10.020.263**	**4.080.031**	**(37.974)**	**(54.799)**	**(2.693.162)**	**7.063.546**	**18.377.905**

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.13	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Depreciação (b)	Saldo em 31.12.14
Equipamentos de comutação	2.365.290	12.042	(770)	606.830	(441.475)	2.541.917
Equipamentos e meios de transmissão	8.432.543	103.890	(34.434)	3.041.968	(1.335.205)	10.208.762
Equipamentos terminais/modens	1.468.057	163.428	(2.787)	918.454	(918.815)	1.628.337
Infraestrutura	3.468.495	47.246	(1.286)	513.005	(540.525)	3.486.935
Terrenos	314.558	-	(208)	-	-	314.350
Outros ativos imobilizados	594.957	172.816	(2.217)	172.075	(222.078)	715.553
Provisões para perda (a)	(169.979)	-	13.735	(484)	-	(156.728)
Bens e instalações em andamento	1.967.726	5.105.560	(20.109)	(5.338.439)	-	1.714.738
Total	**18.441.647**	**5.604.982**	**(48.076)**	**(86.591)**	**(3.458.098)**	**20.453.864**

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Depreciação (b)	Saldo em 31.12.13
Equipamentos de comutação	2.245.247	30.948	(101)	639.577	(550.381)	2.365.290
Equipamentos e meios de transmissão	7.281.195	514.314	(18.438)	2.100.099	(1.444.627)	8.432.543
Equipamentos terminais/modens	1.549.342	524.785	(920)	346.474	(951.624)	1.468.057
Infraestrutura	3.844.278	96.103	(24.883)	261.168	(708.171)	3.468.495
Terrenos	316.673	-	(2.115)	-	-	314.558
Outros ativos imobilizados	931.325	70.673	(2.531)	(244.040)	(160.470)	594.957
Provisões para perda (a)	(40.286)	(5.492)	9.560	(133.761)	-	(169.979)
Bens e instalações em andamento	1.476.370	3.600.201	(10.025)	(3.098.820)	-	1.967.726
Total	**17.604.144**	**4.831.532**	**(49.453)**	**(129.303)**	**(3.815.273)**	**18.441.647**

(a) A Companhia e Controlada reconheceram perdas estimadas para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.
(b) As adições dos custos e despesas de depreciação estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" na nota 24.

12.c) Taxas de depreciação

Em conformidade com o IAS 16/CPC 27, a Companhia realizou em conjunto com uma empresa especializada, avaliações das vidas úteis aplicadas em seus ativos imobilizados por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e taxas anuais de depreciação de alguns itens das seguintes classes de ativos:

	Taxas anuais de depreciação (%)	
Descrição	Anterior	Revisada
Equipamentos de comutação	12,50 / 14,29	10,00 / 10,00
Equipamentos e meios de transmissão	10,00 / 12,50 / 12,50 / 14,29	5,00 / 5,00 / 10,00 / 10,00
Equipamentos terminais/*modens*	10,00 / 12,50 / 25,00 / 25,00	25,00 / 10,00 / 12,50 / 33,33
Infraestrutura	2,86 / 4,00 / 4,00 / 5,00 / 6,67 / 10,00 / 14,29 / 33,33	2,50 / 2,50 / 5,00 / 4,00 / 5,00 / 6,67 / 10,00 / 20,00
Outros ativos imobilizados	14,29 / 20,00	10,00 / 25,00

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessas mudanças foram registrados de forma prospectiva a partir de maio de 2014. Conforme demonstrado no quadro anterior, essas mudanças representaram tanto um alargamento quanto uma diminuição, dependendo do caso, nos prazos de vida útil em relação aos praticados anteriormente, gerando uma redução na despesa de depreciação de R$528.397 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A seguir, apresentamos as taxas de depreciação dos ativos imobilizados da Companhia e Controlada, que são depreciados de forma linear à taxa anual, como segue:

	Taxas anuais de depreciação (%)	
Descrição	Anterior	Revisada
Equipamentos de comutação	10,00 a 33,33	10,00 a 20,00
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 20,00	5,00 a 20,00
Equipamentos terminais/*modens*	10,00 a 66,67	10,00 a 66,67
Infraestrutura	2,86 a 66,67	2,50 a 66,67
Outros ativos imobilizados	10,00 a 20,00	10,00 a 25,00

A taxa anual média de depreciação foi de 11,58% em 2014 (14,70% em 2013).

12.d) Bens do imobilizado em garantia

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía montantes consolidados de bens do ativo imobilizado dados em garantia em processos judiciais de R$130.000 (R$187.025 em 31 de dezembro de 2013).

12.e) Capitalização de custos de empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não capitalizou custos de empréstimos em função de não haver ativos qualificáveis.

12.f) Bens reversíveis

O contrato de concessão do STFC prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo residual dos bens reversíveis era estimado em R$7.639.587 (R$6.988.202 em 31 de dezembro de 2013), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

12.g) Arrendamento Financeiro

Nas classes de equipamentos de comutação e equipamentos e meios de transmissão estão incluídos valores relacionados a arrendamentos financeiros nos quais a Companhia atua como arrendatária, conforme saldos a seguir:

		Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
	Taxas anuais de depreciação (%)	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos e meios de transmissão	5%	209.935	(12.062)	197.873	201.666	(1.979)	199.687
Infraestrutura	5%	5.279	(2.032)	3.247	3.155	(210)	2.945
Outros ativos	20%	78.295	(78.295)	-	78.295	(78.295)	-
Total		**293.509**	**(92.389)**	**201.120**	**283.116**	**(80.484)**	**202.632**

13) INTANGÍVEL LÍQUIDO

13.a) Composição

Em 31 de dezembro de 2014

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Vida útil indefinida						
Ágio	10.013.222	-	10.013.222	10.225.280	-	10.225.280
Vida útil definida						
Softwares	11.242.808	(9.232.751)	2.010.057	11.279.547	(9.266.911)	2.012.636
Carteira de clientes	1.990.278	(880.402)	1.109.876	1.990.278	(880.402)	1.109.876
Marcas e Patentes	1.601.433	(275.187)	1.326.246	1.601.433	(275.187)	1.326.246
Licença	20.052.007	(3.505.409)	16.546.598	20.052.007	(3.505.409)	16.546.598
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.913)	113	152.026	(151.913)	113
Softwares em andamento	66.675	-	66.675	66.675	-	66.675
Total	**45.118.449**	**(14.045.662)**	**31.072.787**	**45.367.246**	**(14.079.822)**	**31.287.424**

Em 31 de dezembro de 2013

	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Vida útil indefinida						
Ágio	10.013.222	-	10.013.222	10.225.280	-	10.225.280
Vida útil definida						
Softwares	10.458.207	(8.474.583)	1.983.624	10.494.388	(8.506.754)	1.987.634
Carteira de clientes	1.990.278	(631.836)	1.358.442	1.990.278	(631.836)	1.358.442
Marcas e Patentes	1.601.433	(190.980)	1.410.453	1.601.433	(190.980)	1.410.453
Licença	17.238.795	(2.764.229)	14.474.566	17.238.795	(2.764.229)	14.474.566
Outros ativos intangíveis	152.026	(151.690)	336	152.026	(151.690)	336
Softwares em andamento	46.348	-	46.348	46.348	-	46.348
Total	**41.500.309**	**(12.213.318)**	**29.286.991**	**41.748.548**	**(12.245.489)**	**29.503.059**

A seguir apresentamos a composição dos ágios em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Controladora	Consolidado
Ajato Telecomunicação Ltda.	149	149
Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	-	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
Vivo Participações S. A. (d)	9.160.488	9.160.488
Total	**10.013.222**	**10.225.280**

(a) Ágio gerado da cisão parcial da empresa Spanish e Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.
(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.
(c) Ágio gerado na aquisição da Telefônica Televisão Participações (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.
(d) Ágio gerado na aquisição/incorporação da Vivo Part. ocorrida em 2011.

Em decorrência das incorporações das sociedades relacionadas aos ágios descritos acima, os valores dos ágios da controladora (exceto item (a) do quadro anterior), foram reclassificados do grupo de “Investimentos” para o “Intangível, Líquido”. Estes ágios são enquadrados como ativos intangíveis com vida útil indefinida e não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas para redução ao valor recuperável. Não houve a necessidade do reconhecimento de perdas para redução ao valor recuperável para os exercícios demonstrados acima.

13.b) Movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.13	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Amortização (a)	Saldo em 31.12.14
Ágio	10.013.222	-	-	-	-	10.013.222
Softwares	1.983.624	497.174	(124)	290.711	(761.328)	2.010.057
Carteira de clientes	1.358.442	-	-	-	(248.566)	1.109.876
Marcas e patentes	1.410.453	-	-	-	(84.207)	1.326.246
Licença	14.474.566	2.770.320	-	42.892	(741.180)	16.546.598
Outros ativos intangíveis	336	-	-	-	(223)	113
Softwares em andamento	46.348	267.339	-	(247.012)	-	66.675
Total	**29.286.991**	**3.534.833**	**(124)**	**86.591**	**(1.835.504)**	**31.072.787**

	Controladora						
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Amortização (a)	Incorporação / Cisão em 01.07.13	Saldo em 31.12.13
Ágio	10.013.222	-	-	-	-	-	10.013.222
Softwares	562.710	339.126	(115)	259.737	(498.161)	1.320.327	1.983.624
Carteira de clientes	1.607.009	-	-	-	(248.567)	-	1.358.442
Marcas e patentes	1.494.641	-	-	-	(84.188)	-	1.410.453
Licença	12.064.000	480.368	-	-	(611.002)	2.541.200	14.474.566
Outros ativos intangíveis	2.490	-	-	(216)	(588)	(1.350)	336
Softwares em andamento	-	94.412	-	(204.722)	-	156.658	46.348
Total	**25.744.072**	**913.906**	**(115)**	**54.799**	**(1.442.506)**	**4.016.835**	**29.286.991**

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.13	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Amortização (a)	Saldo em 31.12.14
Ágio	10.225.280	-	-	-	-	10.225.280
Softwares	1.987.634	497.730	(124)	290.711	(763.315)	2.012.636
Carteira de clientes	1.358.442	-	-	-	(248.566)	1.109.876
Marcas e Patentes	1.410.453	-	-	-	(84.207)	1.326.246
Licença	14.474.566	2.770.320	-	42.892	(741.180)	16.546.598
Outros ativos intangíveis	336	-	-	-	(223)	113
Softwares em andamento	46.348	267.339	-	(247.012)	-	66.675
Total	**29.503.059**	**3.535.389**	**(124)**	**86.591**	**(1.837.491)**	**31.287.424**

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.12	Adições	Baixas liquidas	Transferências líquidas	Amortização (a)	Saldo em 31.12.13
Ágio	10.225.280	-	-	-	-	10.225.280
Softwares	1.907.004	377.711	(127)	466.175	(763.129)	1.987.634
Carteira de clientes	1.607.009	-	-	-	(248.567)	1.358.442
Marcas e Patentes	1.494.641	-	-	-	(84.188)	1.410.453
Licença	14.711.844	483.249	-	-	(720.527)	14.474.566
Outros ativos intangíveis	8.877	-	-	3.085	(11.626)	336
Softwares em andamento	51.042	335.263	-	(339.957)	-	46.348
Total	**30.005.697**	**1.196.223**	**(127)**	**129.303**	**(1.828.037)**	**29.503.059**

(a) As adições dos custos e despesas de amortização estão apresentadas na linha de "Depreciação e Amortização" na nota 24.

13.c) Taxas de amortização

Em conformidade com o IAS 38/CPC 4, a Companhia realizou em conjunto com uma empresa especializada, avaliações da vida útil aplicada em seus ativos intangíveis com vida útil definida por meio do método comparativo direto de dados do mercado. Os trabalhos indicaram a necessidade de mudanças na vida útil e das taxas anuais de amortização de *softwares* de 10,00% para 20,00%.

Por se tratar de uma mudança de estimativa contábil, os efeitos dessa mudança foram registrados de forma prospectiva a partir de maio de 2014, gerando um aumento na despesa de amortização de R$3.248 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A seguir, apresentamos as taxas de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida da Companhia, que são amortizados de forma linear à taxa anual, como segue:

Descrição	Taxas anuais de amortização (%)	
	Anterior	Revisada
Softwares	10,00	20,00
Carteira de clientes	11,76	11,76
Marcas e patentes	5,13	5,13
Licenças	3,60 a 6,67	3,60 a 6,67
Outros ativos intangíveis	10,00 a 20,00	20,00

A taxa anual média de amortização foi de 13,69% em 2014 (19,01% em 2013).

14) PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Salários e remunerações	27.754	20.384	27.754	21.124
Encargos e benefícios sociais	267.736	226.448	271.082	228.099
Participação de empregados nos resultados	197.019	180.235	199.284	182.180
Planos de remuneração baseados em ações (nota 31)	18.793	18.698	18.793	18.698
Outras indenizações	193.297	-	193.297	-
Total	**704.599**	**445.765**	**710.210**	**450.101**
Circulante	585.770	427.067	591.381	431.403
Não circulante	118.829	18.698	118.829	18.698

15) FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Fornecedores diversos	6.521.830	5.651.304	6.794.000	5.884.332
Valores a repassar	103.016	160.653	102.915	160.552
Interconexão / interligação	445.192	412.180	445.192	412.180
Partes relacionadas (nota 29)	605.594	724.820	299.084	456.945
Total	**7.675.632**	**6.948.957**	**7.641.191**	**6.914.009**

16) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Tributos sobre a renda	-	**846**	**16.355**	**22.893**
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	-	846	16.355	22.893
Tributos indiretos	**1.277.709**	**1.320.511**	**1.332.444**	**1.367.345**
ICMS	968.800	992.600	969.953	992.813
PIS e COFINS	194.627	195.660	236.556	235.573
Fust e Funttel	35.975	35.982	35.975	35.982
ISS, CIDE e outros tributos	78.307	96.269	89.960	102.977
Total	**1.277.709**	**1.321.357**	**1.348.799**	**1.390.238**
Circulante	1.236.330	1.269.105	1.281.673	1.315.164
Não circulante	41.379	52.252	67.126	75.074

(a) Os valores de imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

17) EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, ARRENDAMENTO FINANCEIRO E DEBÊNTURES

17.1) Empréstimos, Financiamentos e Arrendamento Financeiro

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiro estão apresentados a valor justo, quando aplicável.

	Informações em 31 de dezembro de 2014			Controladora/Consolidado	
	Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	31.12.14	31.12.13
Financiamento – BNDES	URTJLP (a)	TJLP+ 0% a 9%	15/07/19	1.734.375	2.441.897
Financiamento – BNDES	UMBND (b)	ECM (c) + 2,38%	15/07/19	520.184	505.525
Financiamento – BNDES	R$	2,5% a 8,7%	15/01/23	308.398	171.683
Empréstimo – Mediocrédito	US$	1,75%	02/02/14	-	3.547
Empréstimos – BEI	US$	4,18%	02/03/15	716.963	885.176
Financiamento – BNB	R$	10,00%	30/10/16	122.058	224.958
Comissão BBVA		0,43%	28/02/15	275	276
Arrendamento Financeiro	R$		31/08/33	230.344	218.878
Total				**3.632.597**	**4.451.940**
Circulante				1.509.471	1.236.784
Não circulante				2.123.126	3.215.156

(a) URTJLP – Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo, utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento.
(b) UMBND – Unidade monetária, baseada em uma cesta de moedas utilizada pelo BNDES como moeda contratual nos contratos de financiamento que tenham como base recursos captados em moeda estrangeira.
(c) ECM é a taxa divulgada pelo BNDES trimestralmente e refere-se aos encargos de cesta de moedas.

Empréstimos e Financiamentos

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”)

- Em 23 de outubro de 2007, foi aprovado um crédito de R$2.034.717, sendo o subcrédito “A” no valor de R$1.926.309 (TJLP + 3,73% a.a.) e o subcrédito “B” no valor de R$108.408 (TJLP + 1,73% a.a.), prazo total de 8 anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de maio de 2010. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES e teve como finalidade o financiamento de investimentos de produtos e serviços de produção nacional.

  O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$170.536 (R$579.691 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 9 de agosto de 2007, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R$1.530.459 (TJLP + 4,30% a.a.), prazo total de 7 anos, com pagamento de principal em 60 prestações mensais e sucessivas, com um período de carência vencido em 15 de agosto de 2009. A totalidade destes recursos já foi sacada e teve como finalidade o financiamento de projetos de investimento para a implantação e ampliação da capacidade de rede móvel em todo território nacional.

  Em agosto de 2014, este contrato foi totalmente liquidado pela Companhia e o saldo em 31 de dezembro 2013 era de R$205.756.

- Em 14 de outubro de 2011, foi contratada uma linha de financiamento no montante de R$3.031.110, readequada em 2013 para R$2.152.098, sendo o subcrédito “A” no valor de R$1.360.455 (TJLP + 2,38% a.a.), subcrédito “B” no valor de R$406.206 (UMBND + 2,38% a.a.), subcrédito “C” no valor de R$282.149 (TJLP + 1,48% a.a.), subcrédito “D” no valor de R$80.948 (TJLP + 4,08% a.a.) e o subcrédito “E” no valor de R$22.340 (TJLP), prazo total de 8 anos, com um período de carência vencido em 15 de julho de 2014. Após esse período serão pagos juros e amortizações do principal em 60 prestações mensais e sucessivas, para contemplar novas negociações de linhas e modalidades de crédito com o banco. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia e os recursos foram destinados a investimentos na expansão e melhoria da rede atual, implantação de infraestrutura necessária para novas tecnologias, entre os anos de 2011 e 2013, além da construção de um *data center* em Tamboré (SP) e projetos sociais.

  Como dois dos cinco subcréditos que constituem esse financiamento têm taxas de juros inferiores às taxas praticadas no mercado (TJLP e TJLP + 1,48% a.a.), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2014 de R$13.517 (R$15.920 em 31 de dezembro de 2013), nota 20.

  O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$2.049.346 (R$2.158.016 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 1º de janeiro de 2010, foi aprovada uma linha de financiamento no montante de até R$319.927, com taxas de 4,5% e 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de março de 2012, após um período de 2 anos de carência. Estes recursos foram obtidos através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI), sendo utilizados em projetos de ampliação da capacidade de rede via aquisição de equipamentos nacionais previamente cadastrados (finamizáveis) junto ao BNDES e liberados conforme a comprovação de realização dos investimentos. Até 31 de dezembro de 2012 foram liberados R$184.489 e o saldo remanescente de R$135.438 foi cancelado.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (4,5% a 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente e diferida de acordo com a vida útil do ativo financiado, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2014 de R$13.614 (R$18.745 em 31 de dezembro de 2013), nota 20.

  O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$110.456 (R$128.413 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 24 de novembro de 2010 e em março de 2011, foram aprovadas linhas de financiamento no montante total de R$41.950, com taxas entre 5,0% e 8,7% a.a., prazo total de 5 anos, com pagamento de principal em 48 prestações mensais e sucessivas desde 15 de novembro de 2011, após um período de 1 ano de carência. Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovados mais R$9.493, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 36 meses, sendo 6 meses de carência de principal que foram totalmente liberados de acordo com a comprovação de realização de investimentos. A totalidade destas linhas de financiamento já foi sacada pela Companhia.

Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. e 5,5% a.a. pré-fixados), esta operação enquadra-se no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em um saldo até 31 de dezembro de 2014 de R$826 (R$1.858 em 31 de dezembro de 2013), nota 20.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$12.863 (R$27.303 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 1º de dezembro de 2010, foi aprovada linha de financiamento no montante de R$5.417, com taxa de 5,5% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento de principal em 96 prestações mensais e sucessivas desde 15 de fevereiro de 2013, após um período de 2 anos de carência, através do Programa de Sustentação do Investimento (BNDES PSI). A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (5,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 31 de dezembro de 2014 em R$242 (R$287 em 31 de dezembro de 2013), nota 20.

  O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$1.724 (R$1.720 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 28 de dezembro de 2012, foram aprovadas linhas de financiamento nos montantes de R$21.783 e R$331.698, com taxa de 2,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal que são liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. Até 31 de dezembro de 2014, foram liberados R$212.887 (R$18.184 em 31 de dezembro de 2013).

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (2,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 31 de dezembro de 2014 em R$31.286 (R$3.181 em 31 de dezembro de 2013), nota 20.

  O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$213.985 (R$15.020 em 31 de dezembro de 2013).

- Em 1º de agosto de 2013, foram aprovadas linhas de financiamento no montante de R$4.030, com taxa de 3,5% a.a., prazo de 60 meses, sendo 24 meses de carência de principal, que serão liberados conforme a comprovação de realização de investimentos. A totalidade desta linha de financiamento já foi sacada pela Companhia.

  Por se tratar de financiamento com taxa de juros inferior às taxas praticadas no mercado (3,5% a.a. pré-fixados), esta operação também se enquadra no escopo do IAS 20/CPC 7 e, dessa forma, a subvenção concedida pelo BNDES, foi ajustada a valor presente, resultando em 31 de dezembro de 2014 em R$737 (R$849 em 31 de dezembro de 2013), nota 20.

  O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$4.047 (R$3.186 em 31 de dezembro de 2013).

Médiocrédito

Empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás) e *Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine (Mediocredito Centrale)* no montante de US$45.546, com taxa de 1,75% a.a., amortizações semestrais, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso.

Em fevereiro de 2014, este contrato foi totalmente quitado pela Companhia e o saldo em 31 de dezembro de 2013 era de R$3.547.

Banco Europeu de Investimentos ("BEI")

Em 31 de outubro de 2007, foi contratada uma linha de financiamento no montante de €250 milhões (equivalente a US$365 milhões na data da contratação), com taxas de 4,18% e 4,47% a.a., prazo total de 7 anos com pagamento do principal em duas prestações. A primeira parcela de R$272.460 foi paga em 19 de dezembro de 2014 e a segunda parcela vence em 2 de março de 2015. Os juros são cobrados semestralmente de acordo com as datas de cada liberação. Os recursos foram liberados em duas parcelas sendo a primeira em 19 de dezembro de 2007 e a segunda em 28 de fevereiro de 2008. O contrato possui uma operação de *swap* atrelada que transforma o risco da variação cambial em percentual de variação do CDI.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$716.963 (R$885.176 em 31 de dezembro de 2013).

Banco do Nordeste ("BNB")

Em 29 de janeiro de 2007 e 30 de outubro de 2008, foram contratadas linhas de financiamento nos montantes de R$247.240 e R$389.000, respectivamente, com taxa de 10% a.a., prazo total de 10 anos, com pagamento do principal em 96 parcelas, após o prazo de 2 anos de carência. Estes recursos foram destinados a projetos de investimento na implantação e ampliação da capacidade de rede móvel celular dentro da região Nordeste.

O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2014 era de R$122.058 (R$224.958 em 31 de dezembro de 2013).

Arrendamento Financeiro

Arrendamentos mercantis financeiros, nos quais a Companhia obtém os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro na condição arrendatária, relacionados a: (i) aluguel de torres e *rooftops*, decorrentes de operações de venda e *leaseback* financeiro; (ii) aluguel de equipamentos de informática e; (iii) aluguel de infraestrutura e meios de transmissão decorrentes do projeto de construção conjunta com outra operadora, baseado em rede óptica associada à rede de transmissão de energia, interligando cidades na região norte do Brasil ao *backbone* nacional da Companhia. O valor residual dos ativos mencionados foi mantido inalterado até momento da venda, sendo reconhecido um passivo correspondente ao valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato.

Os montantes registrados no ativo imobilizado são depreciados pelo menor prazo entre a vida útil estimada dos bens e a duração prevista do contrato de arrendamento.

Os saldos dos valores a pagar referente às transações descritas acima, contemplam os seguintes efeitos:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.14	31.12.13
Valor nominal a pagar	653.240	646.159
Despesa financeira não realizada	(422.896)	(427.281)
Valor presente a pagar	**230.344**	**218.878**
Circulante	24.452	19.342
Não circulante	205.892	199.536

A seguir, apresentamos o cronograma dos valores a pagar do arrendamento mercantil em 31 de dezembro de 2014:

	Controladora/Consolidado	
	Valor nominal a pagar	Valor presente a pagar
Até um ano	26.311	24.452
Mais de um ano até cinco anos	104.349	71.849
Mais de cinco anos	522.580	134.043
Total	**653.240**	**230.344**

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

17.2) Debêntures

	Informações em 31 de dezembro de 2014			Controladora/Consolidado	
	Moeda	Remuneração	Vencimento	31.12.14	31.12.13
Debêntures (4ª emissão) – Série 2	R$	106,8% do CDI	15/10/15	655.738	748.233
Debêntures (4ª emissão) – Série 3	R$	IPCA+4,00%	15/10/19	31.185	95.351
Debêntures (1ª emissão) – Minas Comunica	R$	IPCA+0,50%	05/07/21	82.186	76.722
Debêntures (3ª emissão)	R$	100,00% do CDI + 0,75%	10/09/17	2.071.825	2.060.444
Debêntures (4ª emissão)	R$	100,00% do CDI + 0,68%	25/04/18	1.327.214	1.322.900
Custo de emissões	R$			(1.485)	(2.035)
Total				**4.166.663**	**4.301.615**
Circulante				755.047	286.929
Não circulante				3.411.616	4.014.686

<u>Debêntures 4ª Emissão – Séries 1, 2 e 3</u>

Em 4 de setembro de 2009, o Conselho de Administração aprovou a 4ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com prazo de 10 anos.

O valor total da emissão foi de R$810 milhões, cuja oferta base correspondeu a R$600 milhões, acrescida de R$210 milhões em virtude do exercício integral da opção de debêntures adicionais.

Foram emitidas 810.000 debêntures em 3 séries, sendo 98.000 debêntures na 1ª série, 640.000 na 2ª série e 72.000 na 3ª série. A quantidade de debêntures alocada em cada uma das séries foi decidida em comum acordo com o coordenador líder da oferta após a conclusão do procedimento de "*Bookbuilding*".

Os recursos obtidos por meio da emissão da oferta foram destinados ao pagamento integral do valor do principal da dívida representada pela 6ª emissão de notas promissórias comerciais e para reforço do seu capital de giro.

Em 15 de outubro de 2013, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 2ª série da Companhia de acordo com todas as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de setembro de 2013. O valor total repactuado foi de R$640 milhões a 106,80% do CDI, com novo prazo estabelecido até 15 de outubro de 2015.

Considerando a não aprovação das condições de repactuação pelos titulares das debêntures da 1ª Série (código VIVO14) da Companhia, divulgadas nos avisos aos debenturistas publicados, respectivamente, em 10 de setembro de 2014 e 3 de outubro de 2014, a Companhia, de acordo com o previsto na cláusula 4.2.2 da Escritura, exerceu seu direito de realizar o resgate da totalidade das debêntures da 1ª série em 14 de novembro de 2014, para posterior cancelamento, no valor de R$93.150.

Em 15 de outubro de 2014, ocorreu a primeira repactuação das debêntures da 3ª série (código VIVO34) da Companhia com remuneração de 4,0% ao ano, base de 252 dias úteis, calculada de acordo com a fórmula constante à cláusula 6.6.3 da Escritura, para o novo período de vigência da remuneração, a contar de 15 de outubro de 2014 até 15 de outubro de 2019, intervalo de tempo em que permanecerão inalteradas as condições de remuneração definidas, sendo que não haverá repactuação até o seu vencimento final, de acordo com as condições aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de setembro de 2014. O valor total repactuado foi de R$31.489, sendo que a Companhia resgatou as debêntures dos titulares dissidentes no valor de R$64.755 mantendo-as em tesouraria para posterior cancelamento.

Os custos de transação associados a estas emissões foram apropriados em sua totalidade (R$55 em 31 de dezembro de 2013), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão. A taxa efetiva desta emissão, considerando os custos de transação é de 112,13% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$686.923 (R$843.584 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 1ª Emissão – Minas Comunica

Em cumprimento ao Contrato de Prestação de SMP, em conformidade com a Seleção Pública nº 001/07, o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, se comprometeu a subscrever debêntures, no âmbito do Programa Minas Comunica, utilizando recursos do Fundo de Universalização do Acesso a Serviços de Telecomunicações (FUNDOMIC). Por este Programa, o atendimento com o SMP a 134 localidades das áreas de registro 34, 35 e 38 seria viabilizado.

Em contrapartida à certificação pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do atendimento a 15 localidades, em dezembro de 2007, foram emitidas 621 debêntures na 1ª série da 1ª emissão, no valor de R$6.210. Em março de 2008, pelo atendimento a 42 localidades, foram emitidas 1.739 debêntures na 2ª série da 1ª emissão, no valor de R$17.390. Em 31 de dezembro de 2008, pelo atendimento a 77 localidades, foram emitidas 3.190 debêntures na 3ª série da 1ª emissão, no valor de R$31.900, finalizando assim o programa de atendimento a 134 localidades dentro do Estado de Minas Gerais. Trata-se de debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, sem a emissão de cautelas e certificados, em até cinco séries.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$82.186 (R$76.722 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 3ª Emissão

Em 24 de julho de 2012 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no montante de até R$2 bilhões, com o prazo máximo de até 7 anos e com garantia firme de colocação.

Em 10 de setembro de 2012 foram emitidas 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária emitidas em série única, com valor nominal unitário de R$10.000,00, totalizando o montante de R$2 bilhões, realizada nos termos da Instrução CVM nº476 de 16 de janeiro de 2009, distribuição pública com esforços restritos.

A remuneração é de 100,00% do CDI acrescida de um *spread* de 0,75% ao ano, base de 252 dias úteis. Estas debêntures rendem juros com pagamentos semestrais e terão prazo de vigência de 5 anos, vencendo-se em 10 de setembro de 2017. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será integralmente amortizado em uma única parcela, na data de vencimento.

As debêntures não possuem repactuação programada.

Os recursos obtidos por meio da oferta restrita foram destinados para investimentos diretamente à telefonia móvel de 4ª geração (especificamente para liquidar o preço da autorização do leilão 4G) e para a manutenção de liquidez e prolongamento de outras dívidas já contraídas pela Companhia.
Os custos de transação associados a esta emissão cujo montante em 31 de dezembro de 2014 era de R$567 (R$780 em 31 de dezembro de 2013), foram apropriados em conta redutora do passivo como custos a incorrer e estão sendo reconhecidos como despesas financeiras, conforme os prazos contratuais desta emissão.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$2.071.825 (R$2.060.444 em 31 de dezembro de 2013).

Debêntures 4ª Emissão

Em 11 de abril de 2013 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a proposta de uma captação de recursos no mercado financeiro local através da emissão de debêntures simples não conversíveis no valor entre R$1,3 bilhão, como forma de garantir a liquidez da Companhia para compromissos futuros.

Os recursos líquidos obtidos com a emissão serão integralmente utilizados para amortização de dívidas futuras, ao Capex de projetos desenvolvidos e no reforço de liquidez.

Foram emitidas 130.000 debêntures, com valor nominal unitário equivalente a R$10.000,00. As debêntures possuem prazo de vencimento de 5 anos contados da respectiva data da emissão, 25 de abril de 2013, vencendo-se, portanto, em 25 de abril de 2018. O valor nominal unitário de cada uma das debêntures não será atualizado monetariamente. Sobre o saldo devedor do valor nominal unitário de cada uma das debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros (“DI”) de um dia, extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), acrescida de um *spread* equivalente a 0,68% ao ano, base 252 dias úteis (Remuneração). A remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a data de emissão ou a data de pagamento de remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. O Banco Itaú BBA S.A. foi o coordenador líder. Os custos de transação associados a esta emissão em 31 de dezembro de 2014 eram de R$918 (R$1.200 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo era de R$1.327.214 (R$1.322.900 em 31 de dezembro de 2013).

17.3) Cronograma de Pagamentos

Os montantes não circulantes de empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora / Consolidado			
Ano	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total
2016	583.366	-	19.526	602.892
2017	541.763	2.000.000	18.458	2.560.221
2018	491.379	1.339.076	17.428	1.847.883
2019	295.565	44.790	16.437	356.792
2020	5.039	13.875	15.526	34.440
2021 em diante	122	13.875	118.517	132.514
Total	**1.917.234**	**3.411.616**	**205.892**	**5.534.742**

17.4) Cláusulas Restritivas

Existem empréstimos e financiamentos e debêntures apresentados nos quadros das notas 17.1 e 17.2, respectivamente, que possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições listadas acima é caracterizada por descumprimento de *covenants*, descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Parte dos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 era de R$2.252.924 (R$2.943.462 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados semestral e anualmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos nos dois contratos vigentes foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, séries 1, 2 e 3, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de dezembro de 2014 era de R$686.923 (R$843.529 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 3ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de dezembro de 2014 era de R$2.071.256 (R$2.059.664 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures da 4ª emissão, série única, cujo saldo líquido dos custos de emissão em 31 de dezembro de 2014 era de R$1.326.296 (R$1.321.700 em 31 de dezembro de 2013), possuem índices econômicos e financeiros que devem ser apurados trimestralmente. Nesta mesma data, todos os índices econômicos e financeiros previstos foram atingidos.

As debêntures do Programa Minas Comunica, cujo saldo em 31 de dezembro de 2014 era de R$82.186 (R$76.722 em 31 de dezembro de 2013), possuem cláusulas restritivas quanto a pedidos de recuperação judicial e extrajudicial, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência ou decretação de falência, falta de pagamento, falta de cumprimento de obrigações não fiduciárias e cumprimento de determinados índices financeiros. Nesta mesma data, todas estas cláusulas restritivas foram cumpridas.

17.5) Garantias

Em 31 de dezembro de 2014, foram dadas garantias para parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia, conforme quadro a seguir:

Credores	Saldo do empréstimo / financiamento	Garantias
BNDES	R$1.734.375 (URTJLP) R$520.184 (UMBND) R$308.398 (PSI)	• Contrato (PSI) R$308.398: alienação dos ativos financiados. • Contrato (2011) R$2.254.559: Garantia em recebíveis referente a 15% do saldo devedor ou quatro vezes o valor da maior prestação, o que for superior.
BEI	R$716.963	• Risco comercial garantido pelo Banco BBVA Espanha.
BNB	R$122.058	• Fiança bancária concedida pelo Banco Bradesco S.A. no montante equivalente a 100% do saldo devedor do financiamento. • Constituição de um fundo de liquidez representado por aplicações financeiras no montante equivalente a três parcelas de amortização, referenciada pela prestação média pós-carência. Saldos de R$60.454 e R$59.913 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente.

17.6) Movimentação

A seguir, aprestamos a movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro.

	Controladora				Consolidado			
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Arrendamento financeiro	Total
Saldo em 31.12.12	**1.326.363**	**2.955.905**	**12.430**	**4.294.698**	**5.011.324**	**2.955.905**	**33.259**	**8.000.488**
Ingressos	271.138	1.940.000	204.821	2.415.959	289.134	1.940.000	204.821	2.433.955
Encargos financeiros	172.407	318.571	(1.833)	489.145	279.734	318.571	(1.770)	596.535
Atualização monetária e cambial	97.310	9.097	-	106.407	195.311	9.097	-	204.408
Baixas (pagamentos)	(1.194.746)	(921.958)	(16.175)	(2.132.879)	(1.542.441)	(921.958)	(17.432)	(2.481.831)
Cisão/incorporação em 01.07.13	3.560.590	-	19.635	3.580.225	-	-	-	-
Saldo em 31.12.13	**4.233.062**	**4.301.615**	**218.878**	**8.753.555**	**4.233.062**	**4.301.615**	**218.878**	**8.753.555**
Ingressos	255.309	31.489	8.269	295.067	255.309	31.489	8.269	295.067
Encargos financeiros	244.457	455.463	28.729	728.649	244.457	455.463	28.729	728.649
Atualização monetária e cambial	184.064	10.301	-	194.365	184.064	10.301	-	194.365
Baixas (pagamentos)	(1.514.639)	(632.205)	(25.532)	(2.172.376)	(1.514.639)	(632.205)	(25.532)	(2.172.376)
Saldo em 31.12.14	**3.402.253**	**4.166.663**	**230.344**	**7.799.260**	**3.402.253**	**4.166.663**	**230.344**	**7.799.260**

18) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO (JSCP)

A seguir, demonstramos os saldos a receber e a pagar de dividendos e juros sobre o capital próprio.

a) Composição dos saldos a receber:

	Controladora		Consolidado
	31.12.14	31.12.13	31.12.13
Aliança	-	1.140	1.140
TData	174.726	59.206	-
Total	**174.726**	**60.346**	**1.140**

b) Movimentação dos saldos a receber:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	**394.105**	**1.140**
Dividendos complementares de 2012	1.841.833	-
Dividendos e JSCP líquidos de IRRF	246.233	2.577
Recebimentos de dividendos e JSCP	(1.323.026)	(2.577)
Incorporação / Cisão em 01.07.13	(1.098.799)	-
Saldo em 31.12.13	**60.346**	**1.140**
Dividendos complementares de 2013	186.100	-
Recebimentos de dividendos e JSCP	(251.687)	(6.381)
Dividendos e JSCP líquidos de IRRF	179.967	5.241
Saldo em 31.12.14	**174.726**	-

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos de Controlada estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Investimentos".

c) Composição dos saldos a pagar:

	Controladora/Consolidado	
	31.12.14	31.12.13
Telefónica Internacional S.A.	316.008	192.990
SP Telecomunicações Participações Ltda	198.350	121.135
Telefónica S.A.	261.318	159.590
Telefónica Chile S.A.	626	382
Acionistas não controladores	719.019	713.459
Total	**1.495.321**	**1.187.556**

d) Movimentação dos saldos a pagar:

	Controladora/ Consolidado
Saldo em 31.12.12	**467.831**
Dividendos complementares de 2012	3.148.769
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	2.223.300
Prescrição de dividendos e JSCP	(116.825)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(4.535.519)
Saldo em 31.12.13	**1.187.556**
Dividendos complementares de 2013	1.175.538
Dividendos e JSCP intermediários (líquidos de IRRF)	1.778.200
Prescrição de dividendos e JSCP	(207.442)
Pagamentos de dividendos e JSCP	(2.446.621)
IRRF sobre acionistas isentos/imunes de JSCP	8.090
Saldo em 31.12.14	**1.495.321**

Os juros sobre o capital próprio e dividendos não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início do pagamento. Caso ocorra a prescrição de dividendos e juros sobre o capital próprio, os montantes são contabilizados em contrapartida ao patrimônio líquido para posterior distribuição.

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

19) PROVISÕES

a) Composição/Movimentação:

	Controladora					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	Total
Saldos em 31.12.12	**598.733**	**1.336.071**	**568.225**	**264.520**	**24.935**	**2.792.484**
Ingressos	378.177	79.735	222.633	-	15.236	695.781
Baixas por pagamento	(67.952)	(77.105)	(74.176)	-	-	(219.233)
Baixas por reversão	(81.507)	(23.817)	(75.127)	(6.127)	(11.967)	(198.545)
Atualização monetária	32.856	114.097	77.729	17.284	-	241.966
Incorporação /Cisão em 01.07.13	127.873	704.953	251.119	-	207.794	1.291.739
Saldos em 31.12.13	**988.180**	**2.133.934**	**970.403**	**275.677**	**235.998**	**4.604.192**
Ingressos	233.655	171.353	532.459	-	137.082	1.074.549
Baixas por pagamento	(199.668)	(67.632)	(229.341)	-	-	(496.641)
Baixas por reversão	(63.375)	(26.898)	(177.461)	(16.955)	(126.151)	(410.840)
Atualização monetária	54.334	169.141	101.411	18.886	-	343.772
Saldos em 31.12.14	**1.013.126**	**2.379.898**	**1.197.471**	**277.608**	**246.929**	**5.115.032**
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.379.898	647.794	277.608	246.929	4.440.756
Em 31.12.13						
Circulante	92.712	-	468.691	-	-	561.403
Não circulante	895.468	2.133.934	501.712	275.677	235.998	4.042.789

	Consolidado					
	Provisões para demandas judiciais					
	Trabalhista	Tributária	Cível e Regulatório	Passivo contingente (PPA) (a)	Provisão para desmantelamento (b)	Total
Saldos em 31.12.12	**717.247**	**1.952.050**	**795.294**	**264.520**	**221.316**	**3.950.427**
Ingressos	401.908	198.478	296.175	-	31.404	927.965
Baixas por pagamento	(77.137)	(97.177)	(102.948)	-	-	(277.262)
Baixas por reversão	(86.959)	(43.207)	(99.496)	(6.127)	(11.967)	(247.756)
Atualização monetária	33.121	138.656	81.378	17.284	-	270.439
Saldos em 31.12.13	**988.180**	**2.148.800**	**970.403**	**275.677**	**240.753**	**4.623.813**
Ingressos	233.655	171.366	532.459	-	137.082	1.074.562
Baixas por pagamento	(199.668)	(67.632)	(229.341)	-	-	(496.641)
Baixas por reversão	(63.375)	(26.898)	(177.461)	(16.955)	(126.151)	(410.840)
Atualização monetária	54.334	170.405	101.411	18.886	-	345.036
Saldos em 31.12.14	**1.013.126**	**2.396.041**	**1.197.471**	**277.608**	**251.684**	**5.135.930**
Em 31.12.14						
Circulante	124.599	-	549.677	-	-	674.276
Não circulante	888.527	2.396.041	647.794	277.608	251.684	4.461.654
Em 31.12.13						
Circulante	92.712	-	468.691	-	-	561.403
Não circulante	895.468	2.148.800	501.712	275.677	240.753	4.062.410

(a) Refere-se aos valores do passivo contingente decorrente do *Purchase Price Allocation* (PPA) gerados na aquisição do controle da Vivo Part. em 2011.

(b) Referem-se aos custos a serem incorridos na eventual necessidade de devolver aos proprietários os *sites* (localidades destinadas a instalações de rádios base, equipamentos e imóveis) nas mesmas condições em que se encontravam quando da assinatura do contrato inicial de locação.

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e a Controlada respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia e Controlada, baseadas na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

19.1) Provisões e Contingências Trabalhistas

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Provisões prováveis	1.013.126	988.180	1.013.126	988.180
Contingências possíveis	229.715	313.536	229.715	313.536

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (estes alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros: falta de pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial, complementos salariais de aposentadoria, remuneração por insalubridade, periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

A Companhia também figura no polo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados (“PAMA”), que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no plano médico dos aposentados. As ações, em sua maioria, aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e do Tribunal Superior do Trabalho. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus consultores jurídicos e nas recentes prestações jurisdicionais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ações Civis Públicas promovidas pelo Ministério Público do Trabalho cujos objetos versam essencialmente sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foram atribuídos valores ao grau de risco possível referente a estas Ações Civis Públicas no quadro acima, pois nestas fases processuais, na hipótese de perda, não há condições de estimar o prejuízo para a Companhia.

19.2) Provisões e Contingências Tributárias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Provisões prováveis	2.379.898	2.133.934	2.396.041	2.148.800
Federais	2.302.029	2.027.232	2.318.172	2.042.098
Estaduais	61.134	91.923	61.134	91.923
Municipais	16.735	14.779	16.735	14.779
Contingências possíveis	21.186.885	16.080.392	21.401.796	16.246.407
Federais	4.973.141	3.904.297	4.981.909	3.913.929
Estaduais	9.805.466	7.007.705	9.930.020	7.088.859
Municipais	658.468	579.556	660.084	580.853
Anatel	5.749.810	4.588.834	5.829.783	4.662.766

Provisões tributárias prováveis

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém discussões administrativas e judiciais relativas à (i) contribuições adicionais ao FGTS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela Companhia em nome dos empregados); (ii) manifestações de inconformidade decorrente de não homologação de pedidos de compensações e pedidos de restituição formulados pela Companhia; (iii) contribuições sociais referentes à suposta falta de retenção dos 11% sobre o valor de notas fiscais e faturas recebidas de prestadoras de serviços contratados mediante cessão de mão de obra; (iv) CIDE incidente sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (v) não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST; (vi) contribuição à Empresa Brasileira de Comunicação, criada pela Lei nº 11.652/08; (vii) Taxas Fistel (TFI e TFF) sobre estações móveis; (viii) IRRF sobre juros sobre capital próprio; (ix) Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração (PPNUM) pela ANATEL, instituído pela Resolução nº 451/06; (x) compensação de FINSOCIAL; (xi) falta de retenção da contribuição social incidente sobre serviços prestados, de remuneração, salários e outros salários de contribuição; (xii) COFINS, exigência decorrente da adoção de faturamento como base de cálculo sem o cômputo de receitas financeiras; (xiii) majoração da base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como majoração da alíquota da COFINS, exigidas por meio da Lei nº 9.718/98; e (xiv) Imposto sobre ILL.

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$2.318.172 (R$2.042.098 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém discussões tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, relativas à (i) créditos de ICMS sobre energia elétrica bem como outros créditos de ICMS com ausência de comprovação documental; (ii) serviços de telecomunicações não tributados pelo ICMS; (iii) glosa do ICMS sobre incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (iv) multa administrativa ambiental; (v) glosa de crédito de ICMS referente ao Convênio 39; e (vi) *cobilling*.

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$61.134 (R$91.923 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera judicial, relativas à (i) IPTU; (ii) ISS incidente sobre serviços de locação de bens móveis e atividades-meio e suplementares; e (iii) taxa de vigilância, controle e fiscalização ("TVCF").

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes consolidados provisionados totalizavam R$16.735 (R$14.779 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências tributárias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos de âmbito federal, estadual, municipal e com a ANATEL, descritos a seguir:

Tributos Federais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito federal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de pedidos de compensações formulados pela Companhia; (ii) INSS (contribuição previdenciária) sobre remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do "Plano Verão" e "Plano Bresser", SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE), fornecimento de refeições aos empregados, retenção de 11% (cessão de mão de obra); (iii) IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como *royalties*; (iv) PIS incidente sobre *roaming*; (v) CPMF incidente sobre operações decorrentes de convênio de cooperação técnica com a Secretaria do Tesouro Nacional ("STN") (compensação via SIAFI) e sobre contratos de câmbio simbólicos exigidos pelo Banco Central do Brasil; (vi) IRPJ e CSLL relativos a deduções das receitas de reversões de provisões; (vii) IRPJ e CSLL - glosa de custos e despesas diversas não comprovadas; (viii) deduções da COFINS de perda com operações de *swap*; (ix) PIS / COFINS regime de competência versus regime de caixa; (x) IRPJ devido em decorrência do excesso na destinação feita ao FINOR, FINAN ou FUNRES; (xi) IRPJ sobre operações com derivativos; e (xii) IRPJ e CSLL, glosa das despesas relacionadas ao ágio pago na aquisição da Celular CRT S.A. e decorrente do processo de privatização e reestruturações societárias da Vivo S.A. e ágio decorrente das operações de incorporação da Navytree e TDBH.

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$4.981.909 (R$3.913.929 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Estaduais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) sobre prestação de serviços de facilidades, utilidade e comodidade e locação de *modem* Speedy; (ii) ligações internacionais (DDI); (iii) creditamento indevido relativo à obtenção de bens destinados ao ativo fixo e falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; (iv) valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; (v) prestação de serviço fora de São Paulo com recolhimento do ICMS para o Estado de São Paulo; (vi) *co-billing*; (vii) substituição tributária com base de cálculo fictícia (pauta fiscal); (viii) aproveitamento de créditos provenientes da aquisição de energia elétrica; (ix) atividades meio, serviços de valor adicionado e suplementares (Convênio 69/98); (x) créditos do imposto relativo a impugnações/contestações sobre serviços de telecomunicação não prestados ou equivocadamente cobrados (Convênio 39/01); (xi) saídas de mercadorias com preços inferiores aos de aquisição (descontos incondicionais); (xii) cobrança diferida do ICMS interconexão (Documento de Declaração de Tráfego e de Prestação de Serviços - DETRAF); (xiii) créditos advindos de benefícios fiscais concedidos por outros entes federados; (xiv) glosa de incentivos fiscais relativos a projetos culturais; (xv) transferências de bens do ativo entre estabelecimentos próprios; (xvi) créditos do imposto sobre serviços de comunicação utilizados na prestação de serviços da mesma natureza; (xvii) doação de cartões para ativação no serviço pré-pago; (xviii) estorno de crédito decorrente de operação de comodato, em cessão de redes (consumo próprio e isenção de órgãos públicos); (xix) multa Detraf; (xx) consumo próprio; (xxi) isenção de órgãos públicos; (xxii) emissão de notas fiscais com valor do ICMS negativo pela concessão de descontos condicionais; (xxiii) reescrituração de livro fiscal sem autorização prévia do fisco; (xxiv) sobre assinatura; e (xxv) sobre serviços não medidos.

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$9.930.020 (R$7.088.859 em 31 de dezembro de 2013).

Tributos Municipais

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia ou Controlada mantém diversas ações administrativas e judiciais em âmbito municipal, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias.

Dentre as ações, destacam-se: (i) ISS de atividade meio, serviço de valor adicionado e suplementar; (ii) ISS retenção na fonte; (iii) IPTU; (iv) taxa de uso do solo; (v) diversas taxas municipais; (vi) tarifa de uso da rede móvel e locação de infraestrutura; (vii) serviços de publicidade; (viii) serviços prestados por terceiros; (ix) serviços de consultoria em áreas de gestão empresarial prestados pela Telefónica Internacional; (x) ISS incidente sobre prestação de serviço de identificador de chamadas e habilitação de celular; e (xi) ISS sobre prestação de serviços contínuos, provisões, estornos e notas fiscais canceladas.

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$660.084 (R$580.853 em 31 de dezembro de 2013).

ANATEL

Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST")

Mandados de Segurança impetrados para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão e exploração industrial de linha dedicada na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6° da Lei n.° 9.998/00, os quais aguardam julgamento de 2ª instância judicial.

Diversas notificações de lançamento de débito lavradas pela ANATEL em âmbito administrativo para constituição do crédito tributário relativo à interconexão, EILD e demais receitas que não são oriundas da prestação de serviços de telecomunicação.

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$3.139.254 (R$2.185.034 em 31 de dezembro de 2013).

Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL")

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e Controlada mantém ações administrativas e judiciais, as quais aguardam julgamento de 1ª instância administrativa e 2ª instância judicial. As referidas ações versam sobre a cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como receitas e despesas transferidas a outras operadoras (interconexão).

Em 31 de dezembro de 2014, os montantes consolidados envolvidos totalizavam R$716.369 (R$664.386 em 31 de dezembro de 2013).

Fundo de Fiscalização das Telecomunicações ("FISTEL")

Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado e das prorrogações do prazo de vigência do direito de uso de radiofrequência associadas à exploração do serviço móvel pessoal, a ANATEL realiza a cobrança da TFI.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que esta cobrança é indevida, a Companhia questiona em âmbito judicial a referida taxa.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores consolidados envolvidos totalizavam R$1.971.290 (R$1.811.104 em 31 de dezembro de 2013), sem o respectivo depósito judicial.

Preço Público Relativo à Administração de Recursos de Numeração ("PPNUM")

A Companhia em conjunto com as demais operadoras móveis do Brasil, possui ação judicial questionando a cobrança de PPNUM cobrado pela ANATEL em função da utilização pelas operadoras, os quais têm natureza de taxa. Por ocasião das cobranças, a Companhia efetuou o depósito judicial relativo aos valores devidos. Em 23 de abril de 2009 foi proferida sentença favorável às operadoras e o processo, atualmente, aguarda julgamento de 2ª instância judicial.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor consolidado envolvido totalizava R$2.870 (R$2.242 em 31 de dezembro de 2013).

19.3) Provisões e Contingências Cíveis e Regulatórias

	Valores envolvidos			
	Controladora		Consolidado	
Natureza/Grau de Risco	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Provisões prováveis	1.197.471	970.403	1.197.471	970.403
Cíveis	772.658	599.868	772.658	599.868
Regulatórias	424.813	370.535	424.813	370.535
Contingências possíveis	4.484.947	3.366.707	4.484.947	3.366.707
Cíveis	1.873.607	1.681.450	1.873.607	1.681.450
Regulatórias	2.611.340	1.685.257	2.611.340	1.685.257

Provisões cíveis prováveis

- A Companhia está envolvida em ações que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996 (processos de complementação de ações). Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Em 31 de dezembro de 2014 o montante consolidado provisionado era de R$138.654 (R$95.219 em 31 de dezembro de 2013).

- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de natureza consumidor nas esferas administrativa e judicial, que tem como objeto o não cumprimento dos serviços e/ou produtos vendidos. Em 31 de dezembro de 2014 o montante consolidado provisionado era de R$325.571 (R$203.212 em 31 de dezembro de 2013).

- A Companhia é parte em diversas demandas cíveis de naturezas não consumeristas nas esferas administrativa e judicial, todas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2014, o montante consolidado provisionado era de R$308.433 (R$301.437 em 31 de dezembro de 2013).

Provisões regulatórias prováveis

A Companhia figura como parte em processos administrativos perante a ANATEL, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2014, o montante consolidado provisionado era de R$424.813 (R$370.535 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências cíveis possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos cíveis, descritos a seguir:

- Plano Comunitário de Telefonia (“PCT”): Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total consolidado envolvido de aproximadamente R$336.758 em 31 de dezembro de 2014 (R$281.059 em 31 de dezembro de 2013). O Tribunal de Justiça de São Paulo (“TJSP”) reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para Telefonia do Município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

- Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da SISTEL (“ASTEL”) no Estado de São Paulo, pela qual os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no Plano de Assistência Médica dos Aposentados da Companhia (“PAMA”) e em apertada síntese, restabelecimento ao *“status quo”* anterior. O processo está ainda em fase recursal, em fase de decisão de 2º grau que modificou sentença de improcedência. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno as condições do plano anterior.

- Ações Civis Públicas propostas pela ASTEL no Estado de São Paulo e pela Federação Nacional das Associações de Aposentados, Pensionistas e Participantes em Fundos de Pensão do Setor de Telecomunicação (“FENAPAS”), ambas as propostas contra a Sistel, a Companhia e outras operadoras, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS, alegando em apertada síntese o “*desmonte do sistema de previdência complementar da Fundação Sistel*”, que originou diversos planos específicos PBS espelhos, e correspondentes alocações de recursos provenientes de *superávit* técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O valor é inestimável e os pedidos ilíquidos pela sua inexequibilidade, tendo em vista que envolve retorno a acervo cindido da Sistel relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

- O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Publico foi de R$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento.

  Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R$60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente a esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

- A Companhia é parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas que tem por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal, assim como, também é parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio. Em 31 de dezembro de 2014, o montante consolidado provisionado era de R$1.525.908 (R$1.383.932 em 31 de dezembro de 2013).

- A Companhia vem recebendo autuações referentes ao descumprimento do Decreto do Serviço de Atendimento ao Consumidor ("SAC"). Atualmente temos diversas ações (processos administrativos e judiciais). Em 31 de dezembro de 2014 um montante consolidado de R$10.941 (R$16.459 em 31 de dezembro de 2013).

- Propriedade Intelectual: Lune Projetos Especiais Telecomunicação Comércio e Ind. Ltda ("Lune"), empresa brasileira, propôs ação judicial em 20 de novembro de 2001 contra 23 operadoras de telecomunicações de serviço móvel alegando ser possuidora da patente do identificador de chamadas, bem como ser titular do registro da marca "Bina". Pretende a interrupção da prestação desse serviço pelas operadoras e indenização equivalente a quantidade paga pelos consumidores pela utilização do serviço.

  Houve sentença desfavorável para determinar que a Companhia se abstenha de comercializar telefones celulares com serviço de identificação de chamadas ("Bina"), com multa diária de R$10.000,00 em caso de descumprimento. Além disso, a sentença condena a Companhia ao pagamento de indenização por *royalties*, a ser apurado em liquidação de sentença. Opostos Embargos de Declaração por todas as partes, sendo acolhidos os embargos de declaração da Lune no sentido de entender cabível a apreciação da tutela antecipada nesta fase processual. Interposto Recurso de Agravo de Instrumento em face da presente decisão, que concedeu efeito suspensivo a tutela antecipada tornando sem efeito a decisão desfavorável até julgamento final do Agravo. Interposto Recurso de Apelação em face da sentença pendente de julgamento. Não há como determinar neste momento a extensão das responsabilidades potenciais com relação a esta reivindicação.

- Validade de plano pré-pago: A Companhia, em conjunto com outras operadoras de telecomunicações sem fio, são rés em várias ações movidas pelo Ministério Público e associações de defesa do consumidor que contestam a imposição de prazo para utilização de minutos pré-pagos. Os demandantes alegam que os minutos pré-pagos não devem expirar após prazo específico. Decisões conflitantes foram proferidas pelos tribunais sobre a matéria, apesar de acreditarmos que os nossos critérios para a imposição do prazo está em conformidade com as normas da ANATEL. Com base na opinião de consultores jurídicos, as ações coletivas tem a probabilidade de um resultado desfavorável considerada remota.

Contingências regulatórias possíveis

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nos processos envolvendo matéria regulatória, descritos a seguir:

- A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela ANATEL com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela ANATEL na esfera administrativa. Em 31 de dezembro de 2014 no montante consolidado de R$2.611.340 (R$1.685.257 em 31 de dezembro de 2013).

- Processos administrativos e judiciais que discutem o pagamento do ônus de 2% sobre as receitas de interconexão em decorrência da prorrogação das radiofrequências associadas ao SMP. De acordo com a cláusula 1.7 dos Termos de Autorização que outorgaram o direito de uso de radiofrequências associadas ao SMP, a prorrogação do uso destas radiofrequências implica o pagamento, a cada biênio, durante o período de prorrogação (15 anos), de um ônus correspondente a 2% da receita líquida decorrente da aplicação dos Planos de Serviço, Básico e Alternativos da prestadora, apurada no ano anterior ao do pagamento.

  Contudo, a ANATEL determinou que o ônus correspondente a 2% deveria contemplar, além das receitas decorrentes da aplicação dos Planos de Serviço, também as receitas de interconexão e outras receitas operacionais, o que não está previsto na cláusula 1.7 dos referidos Termos de Autorização.

Por considerar, com base no disposto nos Termos de Autorização, que as receitas de interconexão não devem integrar o cálculo da onerosidade de 2% na prorrogação do direito de uso das radiofrequências, a Companhia, no âmbito administrativo e judicial, impugnou todos esses lançamentos, recorrendo do posicionamento da ANATEL.

19.4) Garantias

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e Controlada concederam garantias aos processos de natureza tributária, cível e trabalhista, como segue:

	Consolidado					
	Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança	Imóveis e equipamentos	Depósitos e bloqueios judiciais	Cartas fiança
Cíveis, trabalhistas e tributárias	130.000	4.745.225	2.537.608	187.025	4.315.283	2.263.773
Total	**130.000**	**4.745.225**	**2.537.608**	**187.025**	**4.315.283**	**2.263.773**

Em 31 de dezembro de 2014, além das garantias citadas no quadro anterior, a Companhia e Controlada possuíam valores de aplicações financeiras bloqueadas judicialmente (exceto as aplicações relacionadas a empréstimos), no montante consolidado de R$64.899 (R$46.542 em 31 de dezembro de 2013).

20) RECEITAS DIFERIDAS

20.a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Receita de habilitação (a)	91.954	114.503	106.209	120.521
Serviços e mercadorias (b)	764.791	673.810	764.791	673.810
Alienação de ativos imobilizados (c)	124.247	123.063	124.247	123.063
Subvenções governamentais (d)	77.113	40.840	77.113	40.840
Programa de fidelização (e)	92.670	91.763	92.670	91.763
Doações de equipamentos (f)	8.947	11.076	8.947	11.076
Outras receitas (g)	25.824	10.139	25.824	10.139
Total	**1.185.546**	**1.065.194**	**1.199.801**	**1.071.212**
Circulante	704.589	812.843	717.019	817.551
Não circulante	480.957	252.351	482.782	253.661

(a) Refere-se ao diferimento da receita de habilitação (fixa) reconhecida no resultado ao longo do período estimado de permanência do cliente na planta.

(b) Refere-se aos saldos dos contratos de receitas de recargas de pré-pagos e operações de multielementos, que são apropriados ao resultado à medida que os serviços são prestados aos clientes. Inclui o montante do contrato que a Companhia celebrou para a exploração industrial de rede móvel, de sua propriedade, por outra operadora do SMP nas Regiões I, II e III do plano geral de autorizações, a qual se destina, exclusivamente, à prestação do SMP pela operadora a seus usuários.

(c) Refere-se aos saldos líquidos dos valores residuais da operação de alienação de torres e *rooftops* não estratégicos, que serão transferidos ao resultado quando do cumprimento das condições para reconhecimento contábil.

(d) Refere-se aos valores de subvenção governamental decorrentes de recursos obtidos de linha de financiamento junto ao BNDES, utilizados para a aquisição de equipamentos nacionais, com cadastro no BNDES (Finame), aplicação em projetos de ampliação da capacidade de rede e que estão sendo amortizados pelos prazos de vida útil dos equipamentos e subvenções decorrentes de projetos relativos a tributos estaduais, que estão sendo amortizados pelos prazos contratuais.

(e) Refere-se ao programa de pontos por fidelidade que a Companhia mantém, que permite aos clientes acumular pontos ao efetuar o pagamento das faturas referentes à utilização dos serviços oferecidos. O saldo representa a estimativa da Companhia para troca por pontos, por parte dos clientes, por mercadorias e/ou serviços no futuro.

(f) Refere-se aos saldos de doações de equipamentos de rede por fornecedores, os quais são amortizados pelos prazos de vida útil dos referidos equipamentos.

(g) Inclui valores do processo de ressarcimento pelos custos de desocupação das subfaixas de radiofrequência 2.500MHz a 2.690MHz em decorrência da desativação do Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal (MMDS).

20.b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31.12.12	**108.765**	**1.037.935**
Ingressos	7.109.599	13.301.730
Baixas	(7.100.537)	(13.268.453)
Incorporação / Cisão em 01.07.13	947.367	-
Saldo em 31.12.13	**1.065.194**	**1.071.212**
Ingressos	10.628.354	10.641.475
Baixas	(10.508.002)	(10.512.886)
Saldo em 31.12.14	**1.185.546**	**1.199.801**
Circulante	704.589	717.019
Não circulante	480.957	482.782

21) OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Retenções de terceiros	202.390	231.784	204.227	236.510
Valores a restituir a assinantes	41.260	52.418	43.445	56.746
Obrigações com partes relacionadas	296.961	257.519	119.803	105.164
Ônus de renovação de licenças	275.839	154.211	275.839	154.211
Outros credores	46.258	50.916	70.141	56.275
Total	**862.708**	**746.848**	**713.455**	**608.906**
Circulante	638.441	602.195	518.333	487.994
Não circulante	224.267	144.653	195.122	120.912

22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social realizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de R$37.798.110. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total Geral		
Acionistas	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%**	**Quantidade**	**%, inclui ações em tesouraria**	**%, exceto ações em tesouraria**
Telefónica Internacional S.A.	58.859.918	15,43%	271.707.098	36,52%	330.567.016	29,37%	29,43%
Telefónica S.A.	97.976.194	25,68%	179.862.845	24,17%	277.839.039	24,68%	24,73%
SP Telecomunicações Participações Ltda	192.595.149	50,47%	29.042.853	3,90%	221.638.002	19,69%	19,73%
Telefónica Chile S.A.	696.110	0,18%	11.792	0,00%	707.902	0,06%	0,06%
Total de empresas do grupo	**350.127.371**	**91,76%**	**480.624.588**	**64,60%**	**830.751.959**	**73,81%**	**73,96%**
Outros acionistas	31.208.300	8,18%	261.308.985	35,12%	292.517.285	25,99%	26,04%
Total de ações em circulação	**381.335.671**	**99,93%**	**741.933.573**	**99,72%**	**1.123.269.244**	**99,79%**	**100,00%**
Ações em tesouraria	251.440	0,07%	2.081.246	0,28%	2.332.686	0,21%	0,00%
Total de ações	**381.587.111**	**100,00%**	**744.014.819**	**100,00%**	**1.125.601.930**	**100,00%**	**100,00%**
Ações em circulação	**381.335.671**		**741.933.573**		**1.123.269.244**		
Valor Patrimonial por ação em circulação							
Em 31 de dezembro de 2014					40,02		
Em 31 de dezembro de 2013					38,19		

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 6 de novembro de 2014, foi aprovado o aumento do limite do capital autorizado da Companhia em 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, passando tal limite de 1.350.000.000 (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões) de ações para 1.850.000.000 (um bilhão, oitocentos e cinquenta milhões) de ações. O Conselho de Administração é o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a consequente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não obstante, a Lei das Sociedades Anônimas - Lei nº 6.404/76; art. 166; IV – estabelece que o capital social possa ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada para decidir sobre a reforma do Estatuto Social, caso a autorização para o aumento esteja esgotada.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se, entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, exceto nas hipóteses previstas nos artigos 9 e 10 do Estatuto Social, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei n° 6.404/76.

Ainda é concedido às ações preferenciais direito de voto pleno, quando a Companhia deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus, por 3 exercícios sociais consecutivos, direito que conservarão até o seu pagamento.

b) Prêmio na Aquisição de Participação de Acionistas Não Controladores

De acordo com as práticas contábeis brasileiras anteriores à adoção do IFRS/CPC, um ágio era registrado quando da aquisição de ações por valores superiores aos valores contábeis, gerado pela diferença entre o valor contábil das ações adquiridas e o valor justo da transação. Com a adoção do IAS 27R (IFRS 10 a partir de 2013)/CPCs 35 e 36, os efeitos de todas as transações de aquisição de ações de acionistas não controladores passaram a ser registrados no patrimônio líquido quando não houver alteração no controle acionário. Consequentemente, tais transações deixaram de gerar ágio ou resultados e os ágios previamente gerados nas aquisições de acionistas não controladores, foram ajustados em contrapartida ao patrimônio líquido da Companhia. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de R$70.448.

c) Reservas de Capital

c.1) Reserva Especial de Ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da Telefônica Data do Brasil Ltda. que será capitalizado em favor do acionista controlador após a realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de R$63.074.

c.2) Outras Reservas de Capital

Representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de R$2.735.930.

c.3) Ações em Tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria, provenientes dos processos: (i) de incorporação da TDBH (ocorrida no exercício de 2006); (ii) de incorporação das ações da Vivo Part. (ocorrido em 2011); e (iii) do programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era de R$112.107.

d) Reservas de Lucro

d.1) Reserva Legal

Esta reserva é constituída obrigatoriamente pela Companhia à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A Reserva Legal somente poderá ser utilizada para aumento do capital social e para compensar prejuízos acumulados. O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 era de R$1.532.630 (R$1.285.797 em 31 de dezembro de 2013).

d.2) Reserva para Incentivos Fiscais

Inclui o benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração para as áreas do Norte de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e para os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. A concessão deste incentivo decorre das incorporações da Vivo Part. e Vivo, e se estendeu até o exercício de 2013.

A Companhia possui um benefício fiscal relativo a ICMS do Estado do Espírito Santo, referente a um crédito outorgado vinculado à instalação de estação rádio base (ERB) de suporte ao SMP, em pleno funcionamento e operação, de acordo com as normas em vigor, que assegurem que as localidades relacionadas no edital, sejam inseridas na área de cobertura do SMP.

A parcela destes benefícios fiscais foi excluída do cálculo dos dividendos, podendo vir a ser utilizada somente nos casos de aumento de capital ou de absorção de prejuízos.

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2014 era de R$1.849 (R$1.699 em 31 de dezembro de 2013).

e) Dividendos Propostos e Intermediários

e.1) Dividendos Remanescentes Propostos – Exercício de 2013

Em 25 de fevereiro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a destinação de dividendos no montante de R$1.043.000, com base nos lucros existentes no balanço do 4º trimestre de 2013, equivalente a R$0,871008413012 por ação ordinária e R$0,958109254313 por ação preferencial, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 10 de março de 2014, inclusive.

Em 23 de abril de 2014, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a destinação de dividendos adicionais propostos do exercício de 2013, ainda não distribuídos, no montante de R$132.538, equivalente a R$0,110682844154 por ação ordinária e R$0,121751128569 por ação preferencial, aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 23 de abril de 2014, inclusive.

e.2) Dividendos e JSCP Intermediários – Exercícios de 2014 e 2013

Durante os exercícios de 2014 e 2013, a Companhia destinou dividendos e JSCP intermediários, os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório do exercício de 2014, conforme demonstrado a seguir:

Exercício de 2014

	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (a)	
Natureza	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	18/07/2014	31/07/2014	19/12/2014	94.899	203.101	298.000	80.664	172.636	253.300	0,211530	0,232683
JSCP	18/08/2014	29/08/2014	19/12/2014	95.340	204.045	299.385	81.039	173.438	254.477	0,212513	0,233765
JSCP	19/09/2014	30/09/2014	19/12/2014	79.666	170.501	250.167	67.716	144.926	212.642	0,177577	0,195334
JSCP	20/10/2014	31/10/2014	Até 31/12/15	97.374	208.398	305.772	82.768	177.138	259.906	0,217047	0,238752
JSCP	17/11/2014	28/11/2014	Até 31/12/15	147.522	315.725	463.247	125.394	268.366	393.760	0,328828	0,361711
JSCP	18/12/2014	30/12/2014	Até 31/12/15	151.402	324.027	475.429	128.692	275.423	404.115	0,337475	0,371223
Total				**666.203**	**1.425.797**	**2.092.000**	**566.273**	**1.211.927**	**1.778.200**		

Exercício de 2013

	Datas			Valor Bruto			Valor Líquido			Valor por Ação (a)	
Natureza	Aprovação	Crédito	Início do Pagamento	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais
JSCP	19/08/2013	30/08/2013	26/11/2013	70.060	149.940	220.000	59.551	127.449	187.000	0,156163	0,171779
JSCP	19/09/2013	30/09/2013	26/11/2013	70.060	149.940	220.000	59.551	127.449	187.000	0,156163	0,171779
JSCP	18/10/2013	31/10/2013	26/11/2013	171.328	366.672	538.000	145.629	311.671	457.300	0,381890	0,420079
Dividendos	18/10/2013	31/10/2013	26/11/2013	237.566	508.434	746.000	-	-	-	0,622983	0,685282
JSCP	18/12/2013	30/12/2013	14/03/2014	242.024	517.976	760.000	205.720	440.280	646.000	0,539474	0,593421
Total				**791.038**	**1.692.962**	**2.484.000**	**470.451**	**1.006.849**	**1.477.300**		

(a) Os valores de JSCP estão calculados e apresentados líquidos de imposto de renda retido na fonte (IRRF).

e.3) Dividendos e JSCP – Exercícios de 2014 e 2013

Os dividendos são calculados de acordo com o Estatuto Social da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações. Demonstramos a seguir o cálculo de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados para os exercícios de 2014 e 2013:

	2014	2013
Lucro líquido do exercício	4.936.659	3.715.945
Apropriação à reserva legal	(246.833)	(185.797)
Total	**4.689.826**	**3.530.148**
(-) Incentivos fiscais não distribuíveis	(150)	(1.699)
Lucro líquido ajustado	**4.689.676**	**3.528.449**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% do lucro líquido ajustado	1.172.419	882.112
Dividendos e JSCP distribuídos no ano:		
Juros Sobre Capital Próprio (bruto)	2.092.000	1.738.000
Dividendos Intermediários	-	746.000
Lucro disponível para distribuição	**2.597.676**	**1.044.449**
(+) JSCP / Dividendos Prescritos	207.442	116.825
(-) (Ganhos)/Perdas atuariais reconhecidas e efeito da limitação dos ativos dos planos superavitários, líquidos de impostos e outros movimentos	(36.526)	14.264
Dividendo adicional proposto	**2.768.592**	**1.175.538**

A forma proposta pela Administração para pagamento dos dividendos a deliberar foi:

Para o exercício de 2014: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ainda não destinados, no montante de R$2.597.676, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos em 2014 no montante de R$207.442 e menos outros resultados abrangentes no montante de (R$36.526) que totalizam o valor de R$2.768.592, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio liquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Para o exercício de 2013: O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 ainda não destinados, no montante de R$1.044.449, mais os dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos em 2013 no montante de R$116.825 e outros resultados abrangentes no montante de R$14.264 que totalizam o valor de R$1.175.538, foram classificados como dividendos adicionais propostos dentro do patrimônio liquido de acordo com a proposta da Administração para destinação do lucro do exercício, a qual foi submetida e aprovada na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, realizada em 23 de abril de 2014.

Total proposto para deliberação - por ação	2014	2013
Ações ordinárias	2,312048	0,981691
Ações preferenciais(1)	2,543253	1,079860

(1) 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme artigo 7º do Estatuto Social da Companhia.

e.4) Juros Sobre o Capital Próprio

Por proposta da Administração, nos exercícios de 2014 e 2013 foram creditados juros sobre o capital próprio aos acionistas de acordo com o art. 9º da Lei nº 9.249/95, líquidos de imposto de renda na fonte, da seguinte forma:

	2014	2013
Juros sobre o capital próprio bruto	2.092.000	1.738.000
Ações ordinárias	666.203	553.471
Ações preferenciais	1.425.797	1.184.529
Imposto de renda retido na fonte	(313.800)	(260.700)
Juros sobre o capital próprio líquido	**1.778.200**	**1.477.300**

Os acionistas imunes receberam os juros sobre o capital próprio integral, sem retenção de imposto de renda na fonte.

e.5) Dividendos Prescritos

Conforme o artigo nº 287, inciso II, item "a" da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados pelos acionistas prescrevem em 3 anos, contados a partir da data do início de pagamento. A Companhia reverte o valor de dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição.

f. Outros Resultados Abrangentes

Instrumentos financeiros disponíveis para venda: Refere-se às variações de valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. O saldo em 31 de dezembro de 2014 era de (R$7.702) e (R$2.658 em 31 de dezembro de 2013).

Operações com derivativos: Refere-se à parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço. O saldo em 31 de dezembro de 2014 era de R$227.821 (R$6.610 em 31 de dezembro de 2013).

Diferença de conversão de investimentos no exterior: Refere-se às diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras da Aliança (controlada em conjunto). O saldo em 31 de dezembro de 2014 era de R$12.346 (R$12.897 em 31 de dezembro de 2013).

A seguir, apresentamos a movimentação de outros resultados abrangentes:

	Consolidado			
	Instrumentos financeiros disponíveis para venda	Operações com derivativos	Diferença de conversão de investimentos no exterior	Total
Saldos em 31.12.12	**6.230**	**10.190**	**1.372**	**17.792**
Variação cambial	-	-	11.525	11.525
Contratos de futuros	-	(3.580)	-	(3.580)
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(8.888)	-	-	(8.888)
Saldos em 31.12.13	**(2.658)**	**6.610**	**12.897**	**16.849**
Variação cambial	-	-	(551)	(551)
Contratos de futuros	-	221.211	-	221.211
Perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	(5.044)	-	-	(5.044)
Saldos em 31.12.14	**(7.702)**	**227.821**	**12.346**	**232.465**

23) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Serviço de telefonia	26.151.012	18.852.873	26.150.961	26.428.677
Uso de rede	2.784.581	2.508.235	2.784.581	3.820.048
Dados e SVAs	16.424.131	10.290.965	18.355.330	16.294.856
Serviços de TV por assinatura	684.600	293.837	684.600	587.416
Outros serviços (a)	964.348	910.373	1.202.481	1.297.277
Venda de mercadorias e aparelhos	3.165.987	1.572.756	3.424.951	3.479.786
Receita operacional bruta	**50.174.659**	**34.429.039**	**52.602.904**	**51.908.060**
Tributos	(12.088.429)	(7.830.606)	(12.503.782)	(12.373.913)
Descontos e devoluções	(5.092.543)	(3.409.172)	(5.099.153)	(4.812.250)
Deduções da receita operacional bruta	**(17.180.972)**	**(11.239.778)**	**(17.602.935)**	**(17.186.163)**
Receita operacional líquida	**32.993.687**	**23.189.261**	**34.999.969**	**34.721.897**

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram de R$154.861 e R$73.391, respectivamente (nota 24).

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita operacional bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Todos os valores que compõem as receitas líquidas integram a base para o cálculo de imposto de renda e contribuição social.

24) CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora							
	31.12.14				31.12.13			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(529.724)	(1.679.412)	(443.630)	(2.652.766)	(392.830)	(940.628)	(394.147)	(1.727.605)
Materiais	(42.721)	(55.068)	(1.960)	(99.749)	(37.685)	(22.899)	(5.254)	(65.838)
Serviços de terceiros	(3.324.626)	(5.710.697)	(766.625)	(9.801.948)	(2.377.795)	(3.820.073)	(484.903)	(6.682.771)
Interconexão e uso de rede	(3.176.072)	-	-	(3.176.072)	(3.601.780)	-	-	(3.601.780)
Publicidade e propaganda	-	(940.952)	-	(940.952)	-	(518.319)	-	(518.319)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(1.550.111)	(140.912)	(173.720)	(1.864.743)	(966.981)	(72.307)	(120.454)	(1.159.742)
Impostos, taxas e contribuições	(1.669.844)	(3.128)	(39.950)	(1.712.922)	(935.897)	(6.099)	(27.110)	(969.106)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(832.184)	-	(832.184)	-	(480.373)	-	(480.373)
Depreciação e amortização	(4.045.175)	(893.901)	(334.180)	(5.273.256)	(3.182.369)	(676.235)	(277.064)	(4.135.668)
Custo das mercadorias vendidas	(1.944.548)	-	-	(1.944.548)	(959.212)	-	-	(959.212)
Outros custos e despesas operacionais	(3.493)	(146.917)	(13.517)	(163.927)	2.302	(54.471)	(4.433)	(56.602)
Total	**(16.286.314)**	**(10.403.171)**	**(1.773.582)**	**(28.463.067)**	**(12.452.247)**	**(6.591.404)**	**(1.313.365)**	**(20.357.016)**

	Consolidado							
	31.12.14				31.12.13			
	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Custo dos Serviços Prestados e Mercadorias Vendidas	Despesas com Comercialização	Despesas Gerais e Administrativas	Total
Pessoal	(549.353)	(1.684.431)	(445.483)	(2.679.267)	(522.085)	(1.397.550)	(612.313)	(2.531.948)
Materiais	(45.875)	(55.068)	(1.961)	(102.904)	(45.956)	(48.210)	(8.555)	(102.721)
Serviços de terceiros	(4.024.576)	(5.703.257)	(795.288)	(10.523.121)	(3.581.735)	(5.559.200)	(804.556)	(9.945.491)
Interconexão e uso de rede	(3.176.278)	-	-	(3.176.278)	(3.842.326)	-	-	(3.842.326)
Publicidade e propaganda	-	(940.952)	-	(940.952)	-	(837.801)	-	(837.801)
Aluguéis, seguros, condomínios e meios de conexão (a)	(1.556.418)	(140.912)	(173.688)	(1.871.018)	(1.428.040)	(130.466)	(185.024)	(1.743.530)
Impostos, taxas e contribuições	(1.692.116)	(3.128)	(39.482)	(1.734.726)	(1.721.434)	(7.547)	(34.077)	(1.763.058)
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber	-	(896.336)	-	(896.336)	-	(741.274)	-	(741.274)
Depreciação e amortização	(4.067.310)	(893.900)	(334.379)	(5.295.589)	(4.265.113)	(862.146)	(516.051)	(5.643.310)
Custo das mercadorias vendidas	(2.107.068)	-	-	(2.107.068)	(2.117.899)	-	-	(2.117.899)
Outros custos e despesas operacionais	(3.681)	(148.741)	(13.522)	(165.944)	(17.579)	(101.976)	(17.315)	(136.870)
Total	**(17.222.675)**	**(10.466.725)**	**(1.803.803)**	**(29.493.203)**	**(17.542.167)**	**(9.686.170)**	**(2.177.891)**	**(29.406.228)**

(a) Os montantes de contratos de *swap* de infraestrutura, enquadrados no conceito de agente e principal (CPC 30 e IAS 18), que não estão sendo divulgados como custos e receitas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram de R$154.861 e R$73.391, respectivamente (nota 23).

25) OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Multas e despesas recuperadas	390.377	224.978	418.139	327.724
Provisões trabalhistas, tributárias e cíveis, líquidas	(773.707)	(734.596)	(775.390)	(838.829)
Resultado líquido na alienação/perdas de ativos	(15.599)	54.649	(10.266)	124.142
Outras receitas (despesas)	(28.166)	24.237	(30.220)	3.568
Total	**(427.095)**	**(430.732)**	**(397.737)**	**(383.395)**
Outras receitas operacionais	482.788	379.922	510.628	575.959
Outras despesas operacionais	(909.883)	(810.654)	(908.365)	(959.354)
Total	**(427.095)**	**(430.732)**	**(397.737)**	**(383.395)**

26) RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	539.738	489.662	629.476	625.506
Ganho com operações de derivativos	641.296	304.014	641.296	454.828
Juros ativos	119.958	108.006	119.661	193.264
Variações monetárias/cambiais ativas	440.573	241.627	442.807	307.650
Outras receitas financeiras	127.766	99.800	150.146	167.029
	1.869.331	**1.243.109**	**1.983.386**	**1.748.277**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(811.639)	(666.100)	(813.210)	(825.621)
Perdas com operações de derivativos	(542.967)	(269.793)	(542.967)	(350.100)
Variações monetárias/cambiais passivas	(725.614)	(415.421)	(727.240)	(580.386)
Pis/Cofins sobre juros sobre o capital próprio recebidos	-	(21.461)	-	(21.461)
Outras despesas financeiras	(261.210)	(139.403)	(261.964)	(185.469)
	(2.341.430)	**(1.512.178)**	**(2.345.381)**	**(1.963.037)**
Resultado financeiro, líquido	**(472.099)**	**(269.069)**	**(361.995)**	**(214.760)**

27) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia e Controlada provisionam as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações financeiras são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Lucro antes dos tributos	4.374.054	4.045.952	4.753.974	4.662.364
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social	(1.487.178)	(1.375.624)	(1.616.351)	(1.585.204)
Diferenças permanentes e temporárias				
Equivalência patrimonial, líquida dos efeitos dos juros sobre o capital próprio recebidos	252.493	571.713	2.360	(22.684)
Dividendos prescritos	(17.860)	(9.241)	(17.860)	(9.241)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e juros sobre o capital próprio recebidos	(118.968)	(50.733)	(122.353)	(118.479)
Tributos diferidos reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporárias referente a exercícios anteriores	-	-	-	255.778
Tributos diferidos não reconhecidos nas subsidiárias sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-	-	(24.939)
Ajuste de tributos diferidos Lei 12973/14 (a)	1.195.989	-	1.195.989	-
Benefício fiscal relacionado aos juros sobre o capital próprio destinados	711.280	590.920	711.280	590.920
Outras (adições) exclusões	26.849	(57.042)	29.620	(32.570)
Despesa tributária	**562.605**	**(330.007)**	**182.685**	**(946.419)**
Taxa efetiva	-13%	8%	-4%	20%
IRPJ e CSLL corrente	(293.275)	-	(567.014)	(623.768)
IRPJ e CSLL diferido	855.880	(330.007)	749.699	(322.651)

(a) Após a entrada em vigor da Lei nº 12.973 (conversão da Medida Provisória nº 627/13), publicada em 14 de maio de 2014, a Companhia revisou as bases fiscais de certos intangíveis decorrentes de combinações de negócios, representando e reconhecendo um efeito líquido positivo no resultado na linha de imposto de renda e contribuição social diferidos no montante de R$1.195.989.

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

28) RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes a potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	Controladora	
	31.12.14	31.12.13
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas detentores de ações:	4.936.659	3.715.945
Ordinárias	1.572.094	1.183.354
Preferenciais	3.364.565	2.532.591
Número de Ações:	1.123.269	1.123.269
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	381.335	381.335
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	741.934	741.934
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	4,12	3,10
Ações preferenciais	4,53	3,41

29) TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos de ativos e passivos, com partes relacionadas decorrem de transações com empresas relacionadas com o grupo controlador, as quais foram realizadas em preços e demais condições comerciais acordadas em contrato entre as partes, e são como segue:

a) Serviços de telefonia fixa e móvel, prestados as empresas do Grupo da Telefónica;

b) Serviços de TV digital, prestados pela Media Networks Latino América;

c) Aluguel e manutenção de equipamento de segurança, prestados pela Telefônica Engenharia e Segurança do Brasil;

d) Serviços corporativos, repassados pelo custo efetivamente incorrido nesses serviços;

e) Serviços de desenvolvimento e manutenção de sistemas, prestados pela Telefónica Global Technology;

f) Infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviços de conexão, prestados pela Telefónica International Wholesale Brasil, Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;

g) Serviços de gestão administrativa (serviço financeiro, patrimônio, contabilidade e recursos humanos), prestados pela Telefônica Serviços Empresariais do Brasil;

h) Serviços de operador logístico, mensageria e *motoboy*, prestados pela Telefônica Transportes e Logística;

i) Serviços de provedor de conteúdo portal de voz, prestados pela Terra Networks Brasil;

j) Serviços de comunicação de dados e soluções integradas, prestados para Telefónica International Wholesale Services Espanha e Telefónica USA;

k) Serviços de chamada de longa distância e de *roaming* internacional, prestados por empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;

l) Reembolso de despesas (provenientes de honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos), pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas empresas pertencentes ao Grupo Telefónica;

m) Brand Fee, pela cessão de uso de direitos da marca pagos à Telefónica.

n) Plano de ações aos empregados da Telefônica Brasil e Telefônica Data, vinculado a aquisição de ações da empresa Telefónica;

o) *Cost Sharing Agreement (CSA)*, reembolso de gastos referente ao negócio digital para a empresa Telefónica Internacional;

p) Aluguel de prédios próprios onde está instalada a Telefônica Serviços Empresariais do Brasil e Telefônica Transportes e Logística;

Apresentamos, a seguir, um sumário dos saldos com partes relacionadas:

		Balanço Patrimonial - Ativo					
		Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
		Ativo circulante		Ativo não circulante	Ativo circulante		Ativo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos	Contas a receber, líquidas	Outros ativos	Outros ativos
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	l)	71	12.798	4.082	28	183	6.717
Telefónica Internacional	l)	-	877	13.264	-	154	38.386
Telefónica	l)	-	2.339	-	-	1.361	179
		71	**16.014**	**17.346**	**28**	**1.698**	**45.282**
Outras empresas do grupo							
Telefónica USA	f)	4.114	-	-	2.612	-	-
Telefónica Chile	k)	-	2.506	-	-	4.808	-
Telefónica de España	k)	-	-	-	230	-	-
Telefónica Peru	k)	485	-	-	1.573	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / d) / l)	602	608	350	1.320	1.903	472
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d)	5.633	476	76	6.966	139	344
Telefónica International Wholesale Services Espanha	j)	60.696	-	-	48.267	-	-
Telefónica Moviles España	k)	6.464	-	-	6.335	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / l) / p)	2.889	517	743	2.579	15.284	2.837
Telefônica Transportes e Logistica	a) / d) / l) / p)	678	169	84	530	146	64
Terra Networks Brasil	a) / d) / l)	4.483	7.434	19	2.561	5.682	106
Outras	a) / d) / k) / l)	28.933	10.517	16.183	25.352	5.372	13.611
		114.977	**22.227**	**17.455**	**98.325**	**33.334**	**17.434**
Total		**115.048**	**38.241**	**34.801**	**98.353**	**35.032**	**62.716**

		Balanço Patrimonial - Passivo					
		Em 31 de dezembro de 2014			Em 31 de dezembro de 2013		
		Passivo circulante		Passivo não circulante	Passivo circulante		Passivo não circulante
Empresas	Natureza da transação	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações	Fornecedores e contas a pagar	Outras obrigações	Outras obrigações
Controladoras							
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	3.759	2.062	6.029	50.120	-	6.483
Telefónica Internacional	l) / o)	59.069	-	-	214.523	-	-
Telefónica	m) / n)	271	86.081	13.522	1.772	84.754	2.035
		63.099	**88.143**	**19.551**	**266.415**	**84.754**	**8.518**
Outras empresas do grupo							
Telefónica USA	g)	-	77	137	716	31	121
Telefónica de España	k)	-	-	-	441	-	-
Telefónica Peru	k)	553	-	-	-	-	-
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	c)	3.281	-	8	3.550	-	8
Telefónica International Wholesale Services Brasil	d) / f) / l)	67.304	1.470	378	75.485	-	391
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / k)	46.271	6.638	-	17.842	9.986	-
Telefónica Moviles España	k)	6.859	-	-	5.468	-	-
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	g) / l)	7.000	24	560	11.701	36	-
Telefônica Transportes e Logistica	h)	20.816	270	259	25.163	1	270
Terra Networks Brasil	i)	2.439	78	769	883	-	266
Outras	b) / e) / k) / o)	81.462	827	614	49.281	146	636
		235.985	**9.384**	**2.725**	**190.530**	**10.200**	**1.692**
Total		**299.084**	**97.527**	**22.276**	**456.945**	**94.954**	**10.210**

Empresas	Natureza da transação	Demonstração dos Resultados 31.12.14 Receitas (Custos e Despesas)	31.12.13 Receitas (Custos e Despesas)
Controladoras			
SP Telecomunicações Participações	d) / l)	(18.292)	(41.366)
Telefónica Internacional	l) / o)	113.349	(181.731)
Telefónica	l) / m) / n)	(337.975)	(300.374)
		(242.918)	**(523.471)**
Outras empresas do grupo			
Telefónica USA	f)	1.692	(2.418)
Telefónica Chile	k)	(56)	1.181
Telefónica de España	k)	(79)	(1.053)
Telefónica Peru	k)	(793)	32
Telefônica Engenharia de Segurança do Brasil	a) / c) / d) / l)	(6.787)	(5.419)
Telefónica International Wholesale Services Brasil	a) / d) / f) / l)	(190.702)	(191.910)
Telefónica International Wholesale Services Espanha	f) / j) / k)	10.800	16.405
Telefónica Moviles España	k)	(2.464)	(1.329)
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil	a) / d) / g) / l) / p)	(59.523)	(75.660)
Telefônica Transportes e Logistica	a) / d) / h) / l) / p)	(78.500)	(87.127)
Terra Networks Brasil	a) / d) / l) / i)	6.323	3.296
Outras	a) /b) / d) / e) / k) / l) / o)	(89.237)	(31.688)
		(409.326)	**(375.690)**
Total		**(652.244)**	**(899.161)**

Remuneração dos Administradores

O montante de remuneração (consolidado) pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi de R$22.174 e R$32.436, respectivamente. Destes montantes, R$16.793 (R$28.022 em 31 de dezembro de 2013) correspondem a salários, benefícios e encargos sociais e R$5.381 (R$4.414 em 31 de dezembro de 2013) a remuneração variável.

Estes montantes foram contabilizados como despesas de pessoal, de acordo com a função nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24).

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

30) SEGUROS

A política da Companhia e Controlada, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A. As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, os limites máximos de indenização (estabelecidos conforme os contratos de cada sociedade consolidada pela Companhia) para os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes eram de R$679.810 para riscos operacionais (com lucros cessantes) e R$55.063 para responsabilidade civil geral (RCG).

31) PLANOS DE REMUNERAÇÃO BASEADOS EM AÇÕES

A controladora da Companhia, Telefónica S.A., mantém diferentes planos de remuneração baseados no valor de cotação de suas ações, os quais foram oferecidos também a dirigentes e empregados de suas controladas, entre elas a Telefônica Brasil e Controlada.

O valor justo das opções é estimado na data de concessão, com base em modelo binomial de precificação das opções que considera os prazos e condições da concessão dos instrumentos.

A Companhia reembolsa à Telefónica S.A. o valor justo do benefício entregue na data de concessão aos dirigentes e empregados.

Os principais planos em vigor em 31 de dezembro de 2014 e 2013 estão detalhados a seguir:

a) Plano de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Performance Share Plan* ("PSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 21 de junho de 2006, aprovou a aplicação de um plano de incentivos de longo prazo dirigido aos executivos da Telefónica S.A, e de suas controladas, que consiste na entrega aos participantes selecionados para esta finalidade, após cumprimento dos requisitos necessários fixados no mesmo plano, de um determinado número de ações da Telefónica S.A., como remuneração variável.

A duração total inicialmente prevista do plano é de sete anos. O plano está dividido em cinco ciclos, de três anos de duração cada um, iniciando-se cada um deles em 1º de julho ("Data de Início") e finalizando em 30 de junho do terceiro ano seguinte à Data de Início ("Data de Finalização"). No início de cada ciclo será determinado o número de ações que será objeto de entrega aos beneficiários do plano em função do grau de cumprimento dos objetivos fixados. Essa entrega ocorrerá, conforme o caso, uma vez transcorrida a Data de Finalização de cada ciclo. Os ciclos são independentes entre si, começando o primeiro ciclo em 1º de julho de 2006 (com entrega de ações em 1º de julho de 2009), e o quinto ciclo em 1º de julho de 2010 (com entrega de ações, conforme o caso, a partir de 1º de julho de 2013).

A entrega das ações está condicionada:

- À permanência na empresa durante os três anos de duração de cada ciclo, sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número concreto de ações a serem entregues ao final de cada ciclo dependerá do nível de êxito e do número máximo de ações atribuído a cada executivo. O nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista considerando cotação e dividendos (*Total Shareholder Return* - TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs correspondentes a um conjunto de sociedades cotadas do setor de telecomunicações que constitui o Grupo de Comparação. A cada empregado inscrito no plano é atribuído no início de cada ciclo um número máximo de ações, e o número concreto de ações que serão entregues no final do ciclo é obtido multiplicando esse número máximo pelo nível de êxito alcançado nessa data. Este será 100% caso a evolução do TSR da Telefónica seja igual ou superior ao do terceiro quartil do Grupo de Comparação, e de 30% caso essa evolução seja igual à mediana. Caso a evolução se mantenha entre ambos os valores será feita uma interpolação linear, e caso seja inferior à mediana nada será entregue.

Em 30 de junho de 2013 ocorreu o vencimento do quinto e último ciclo deste plano de incentivos, sendo que, por conta do não atingimento do mínimo estabelecido no programa para o TSR não foram entregues ações. Nesta mesma data, houve o encerramento deste plano.

b) Plano *Performance & Investment Plan* ("PIP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Diretivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas e poderão aumentar a quantidade de ações possíveis a receber no fim do plano se decidirem fazer um investimento conjunto em seu PIP. O co-investimento exige que o participante compre e mantenha até o final do ciclo o equivalente a 25% das ações iniciais atribuídas pela Telefónica S.A.. Sobre o co-investimento do participante a Telefónica S.A. incrementará as ações iniciais em mais 25%.

A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de julho de 2011 e se estendeu até 30 de junho de 2014. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;
- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré–definido:

- serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A. superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A. ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A. esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
- não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A. ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído nos ciclos em aberto em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

Ciclos	Quantidade de ações iniciais	Valor unitário em Euros	Data da finalização
1º ciclo 1º de julho de 2011	543.610	17,85	30 de junho de 2014 (a)
2º ciclo 1º de julho de 2012	485.040	9,65	30 de junho de 2015
3º ciclo 1º de julho de 2013	466.890	10,39	30 de junho de 2016
4º ciclo 1º de outubro de 2014	498.890	12,12	30 de setembro de 2017

(a) Como as condições de mercado não foram cumpridas, nenhum pagamento foi efetuado em 2014.

c) Plano *Talent for the Future Share Plan* ("TFSP")

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 2014, aprovou um programa de longo prazo com o objetivo de premiar o compromisso, o desempenho destacado e o alto potencial de seus Executivos em nível global com a atribuição de ações da Telefónica S.A.

Os participantes não precisam pagar por suas ações iniciais atribuídas. A duração total inicialmente prevista do plano é de três anos. O início do ciclo foi em 1º de outubro de 2014 e se estenderá até 30 de setembro de 2017. O número de ações é informado no início do ciclo e após o período de 3 anos da data da concessão, as ações serão transferidas para o participante se atingida a meta.

A entrega das ações está condicionada a:

- manter uma relação de trabalho ativa no Grupo Telefónica na data de consolidação do ciclo;
- atingir por parte da Telefónica, resultados que representem o cumprimento dos objetivos estabelecidos para o plano: o nível de êxito está baseado na comparação da evolução da remuneração ao acionista, considerando cotação e dividendos (TSR) da ação da Telefónica, em relação à evolução dos TSRs das empresas do Grupo de Comparação pré–definido:

➢ serão entregues 100% das ações se o TSR da Telefónica S.A. superar o TSR das empresas que representem 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
➢ serão entregues 30% das ações se o TSR da Telefónica S.A. ficar no mesmo nível ou acima do TSR das empresas que representam 50% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
➢ determinado por interpolação linear caso o TSR da Telefónica S.A. esteja entre 50% e 75% da capitalização na bolsa de valores do Grupo de Comparação.
➢ não serão entregues ações se o TSR da Telefónica S.A. ficar abaixo do TSR das empresas que representem 50% da capitalização na bolsa de valores de Grupo de Comparação.

O número máximo de ações atribuído no primeiro ciclo em aberto em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

Ciclo	Quantidade de ações iniciais	Valor unitário em Euros	Data da finalização
1º ciclo 1º de outubro de 2014	73.500	12,12	30 de setembro de 2017

d) Plano global de direitos sobre ações da Telefónica S.A.: *Global Employee Share Plan* (“GESP”)

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Telefónica S.A., celebrada em 18 de maio de 2011, aprovou um plano de compra incentivada de ações da Telefónica S.A. dirigido aos empregados do Grupo Telefónica em âmbito internacional, inclusive aos empregados da Telefônica Brasil e Controlada. Através deste plano, é oferecida a possibilidade de adquirir ações da Telefónica S.A. com o compromisso desta última de entregar gratuitamente aos participantes um determinado número de suas ações, sempre que forem cumpridos determinados requisitos.

A duração total inicialmente prevista do plano foi de dois anos. Os empregados inscritos no plano puderam adquirir ações da Telefónica S.A. mediante contribuições mensais de até 100 euros (ou o equivalente em moeda local), com um valor máximo de 1.200 euros ao longo de um período de doze meses (período de compra). A entrega de ações ocorreu, conforme o caso, após o período de aquisição de direito do plano, a partir de 1º de dezembro de 2014, e esteve condicionada:

- À permanência na empresa durante os dois anos de duração do programa (período de aquisição de direito), sujeito a determinadas condições especiais em relação às baixas.
- O número exato de ações a serem entregues ao final do período de aquisição de direito dependeu do número de ações adquiridas e mantidas pelos empregados. Assim, os empregados inscritos no plano, e que continuaram no Grupo, que tinham mantido as ações adquiridas por um período adicional de mais doze meses depois do fim do período de compra, tiveram direito a receber uma ação gratuita para cada ação que tinham adquirido e conservado até o fim do período de aquisição de direito.

A seguir, demonstramos as movimentações (quantidades) e preços médios ponderados dos planos de remunerações de ações descritos anteriormente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Quantidades						
	2014				2013		
	TFSP	PIP	GESP	Total	PSP	PIP	Total
Opções em aberto em 1° de janeiro de	-	**1.495.540**	-	**1.495.540**	**209.577**	**1.028.650**	**1.238.227**
Opções concedidas no exercício	73.500	498.890	135.659	708.049	-	466.890	466.890
Opções vencidas no exercício	-	-	-	-	(209.577)	-	(209.577)
Opções exercidas no exercício	-	-	(135.659)	(135.659)	-	-	-
Opções em aberto em 31 de dezembro de	**73.500**	**1.994.430**	-	**2.067.930**	-	**1.495.540**	**1.495.540**

	Preço médio ponderado (Euros)				
	2014			2013	
	TFSP	PIP	GESP	PSP	PIP
Opções em aberto em 1° de janeiro de	-	**12,63**	-	**15,66**	**13,75**
Opções concedidas no exercício	12,12	12,12	12,88	-	10,39
Opções vencidas no exercício	-	-	-	15,66	-
Opções exercidas no exercício	-	-	12,88	-	-
Opções em aberto em 31 de dezembro de	**12,12**	**12,38**	-	-	**12,07**

A Companhia registra as seguintes despesas de pessoal registradas nos grupos de Custos dos Serviços Prestados, Despesas com Comercialização e Despesas Gerais e Administrativas (nota 24), referentes aos planos de remuneração baseados em ações, conforme segue:

	Consolidado	
Planos	31.12.14	31.12.13
PSP	-	653
PIP	10.066	11.789
GESP	1.972	2.285
Total	**12.038**	**14.727**

32) PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS EMPREGO

A tabela a seguir descreve os planos que a Companhia patrocina com os devidos tipos de benefícios.

Plano	Tipo [1]	Entidade	Patrocinador
PBS-A	BD	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
PAMA / PCE	Assistência Médica	Sistel	Telefônica Brasil, solidariamente com as demais empresas de Telecomunicações originadas da privatização do Sistema Telebrás
CTB	BD	Telefônica Brasil	Telefônica Brasil
PBS	BD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil
PREV	Híbrido	VisãoPrev [2]	Telefônica Brasil
VISÃO	CD/Híbrido	VisãoPrev	Telefônica Brasil e Telefônica Data

[1] BD = Plano de Benefício Definido;
CD = Plano de Contribuição Definida;
Híbrido = Plano de benefícios que oferece tanto benefícios estruturados na modalidade de benefícios definidos como contribuições definidas.

[2] Exceto o plano CELPREV, administrado pela Sistel.

- Plano PBS Assistidos (PBS-A) e Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE)

  A Companhia, juntamente com outras empresas do antigo Sistema Telebrás, a custo compartilhado, patrocinam planos de benefícios previdenciários, o Plano PBS Assistidos (PBS-A) e de assistência médica, o Plano de Assistência Médica ao Aposentado e Programa de Coberturas Especiais (PAMA e PAMA-PCE) aos aposentados. Estes planos são administrados pela Fundação Sistel e têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

- Plano CTB

  A Companhia também administra e patrocina, individualmente, o Plano CTB, plano oferecido originalmente aos antigos empregados da Companhia Telefônica Brasileira ("CTB") que estavam na empresa em 1977, com os quais foi firmado contrato individual de concessão de aposentadoria para incentivar o desligamento desses empregados. Trata-se de um benefício informal de complementação de aposentadoria pago ao ex-empregado diretamente pela empresa. Em caso de falecimento do ex-empregado em gozo de benefício, o cônjuge fará jus a 50% do valor do benefício que o mesmo recebia, na data do falecimento. Estes planos têm status de planos fechados, não admitindo novas adesões.

- Planos PBS

  A Companhia patrocina, individualmente, planos de benefícios definidos de benefícios previdenciários, os Planos PBS, administrados pela Visão Prev. Os planos PBS incluem: (i) Plano PBS Tele Sudeste Celular; (ii) Plano PBS Telemig Celular; e (iii) Plano PBS Telefônica BD (antigo plano PBS Telesp, que alterou sua denominação para Plano PBS Telefônica BD após o processo de incorporação dos planos PBS Telesp Celular, PBS TCO e PBS Tele Leste Celular. O processo de incorporação destes planos foi aprovado pela PREVIC e publicado no DOU em 28 de janeiro de 2014).

As contribuições aos planos são determinadas com base em estudos atuariais preparados por atuários independentes, de acordo com as normas em vigor no Brasil. O regime de determinação do custeio é o de capitalização e a contribuição devida pela patrocinadora é fixada em percentual de desconto sobre a folha de salários dos seus empregados participantes do plano conforme segue:

Modalidade	%
Telefônica BD	11,57
PBS Tele Sudeste Celular	12,08
PBS Telemig Celular	6,11
PAMA	1,50

- Planos PREV

  A Companhia patrocina, individualmente, planos híbridos de benefícios definidos e de contribuição definida de benefícios previdenciários, os Planos PREV, administrados pela Visão Prev (exceto o plano Celprev Telemig, administrado pela Fundação Sistel). Os planos PREV incluem: (i) Plano Vivoprev; (ii) Plano Tcoprev; (iii) Plano Tcpprev; e (iv) Plano Celprev Telemig.

  As contribuições aos planos PREV são:

Plano Vivoprev: O participante pode fazer três tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição básica: percentual de 0% a 8% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica do participante; (ii) contribuição suplementar: percentual sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iii) contribuição esporádica: com valor e periodicidade definidos pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Plano Tcoprev: O participante pode fazer três tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição básica: percentual de acordo com a idade do participante, sendo: até 25 anos, de 3% a 8% do salário de participação; 26 a 30 anos, de 4% a 8% do salário de participação; 31 a 35 anos, de 5% a 8% do salário de participação; 36 a 40 anos, de 6% a 8% do salário de participação; 41 a 45 anos, de 7% a 8% do salário de participação; 46 ou mais anos, 8% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com o valor equivalente ao da contribuição básica do participante; (ii) contribuição voluntária: percentual do salário de participação de no máximo 22%, escolhido pelo participante, cujo percentual na contribuição básica seja de 8%, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iii) contribuição esporádica: com valor definido pelo participante, porém não inferior a 10% do valor vigente do salário teto de contribuições ao plano, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição variável, de caráter eventual, calculada a partir de percentual incidente sobre o valor da folha de salários dos participantes vinculados à patrocinadora.

Plano Tcpprev: O participante pode fazer três tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição básica: percentual mínimo de 1% sobre o salário de participação, adicionado de um percentual inteiro aplicado sobre a diferença entre o salário de participação e a parcela previdenciária de acordo com a opção e idade do participante, sendo: até 25 anos, de 1% a 4%; 26 a 30 anos, de 1% a 5%; 31 a 35 anos, de 1% a 6%; 36 a 40 anos, de 1% a 7% e 41 ou mais anos, de 1% a 8%, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica do participante; (ii) contribuição voluntária: percentual do salário de participação de no máximo 22%, escolhido pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iii) contribuição esporádica: de caráter eventual, correspondente a um percentual inteiro de escolha do participante, aplicável sobre o bônus, participação nos lucros e resultados e qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora em seu favor, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição variável, de caráter eventual, calculada a partir de percentual incidente sobre o valor da folha de salários dos participantes vinculados à patrocinadora.

Plano Celprev Telemig: O participante pode fazer três tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição normal básica: percentual de 0%, 0,5%, 1,0%, 1,5% ou 2% sobre o salário de participação, para esta contribuição do participante a patrocinadora contribui com a diferença entre a contribuição normal básica do participante e a contribuição obrigatória da patrocinadora para custeio do benefício de auxílio doença; (ii) contribuição normal adicional: percentual de 0% a 6% em múltiplo de 0,5% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 10 (dez) Unidades de Referência Padrão do plano, neste tipo de contribuição a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição adicional do participante; e (iii) contribuição voluntária: de caráter eventual, correspondente a um percentual inteiro de escolha do participante, aplicado sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição eventual, de caráter voluntário, calculada a partir da aplicação de percentual entre 50% e 150% sobre a soma das contribuições normal básica e normal adicional da patrocinadora.

- Planos VISÃO

Os planos VISÃO e o plano VISÃO MULTI, por sua similaridade, passarão a ser demonstrados a seguir conjuntamente sob a denominação VISÃO.

A Companhia e sua controlada patrocinam planos de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários, os Planos VISÃO, administrados pela Visão Prev. Os planos VISÃO incluem: (i) Plano Visão Telefônica; e (ii) Demais Planos Visão (Plano Visão Celular CRT, Plano Visão Telebahia Celular, Plano Visão Telerj Celular, Plano Visão Telergipe Celular e Plano Visão Telest Celular).

As contribuições aos planos VISÃO são:

Plano Visão Telefônica: O participante pode fazer cinco tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição básica: percentual de 2% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica do participante; (ii) contribuição adicional: percentual de 0% a 7% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição adicional do participante; (iii) contribuição esporádica: percentual inteiro de escolha do participante, aplicado sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; (iv) contribuição específica: percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (v) contribuição suplementar: com valor e periodicidade definidos pelo participante, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Demais planos Visão: O participante pode fazer quatro tipos de contribuição ao plano, sendo: (i) contribuição básica: percentual de 0% a 2% do salário de participação, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição básica do participante; (ii) contribuição adicional: percentual de 0% a 7% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano, onde a patrocinadora também contribui com 100% da contribuição adicional do participante; (iii) contribuição esporádica: percentual inteiro de escolha do participante, aplicado sobre o salário de participação, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora; e (iv) contribuição específica: percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora, no qual não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

Plano VISÃO MULTI: Em 2014 a Companhia, juntamente com outras patrocinadoras, assinou convênio de adesão ao plano VISÃO MULTI, sendo que os novos empregados contratados desde então passaram a ter direito de adesão a este plano. Este plano, tal como as características dos planos VISÃO, é um plano de contribuição definida com componentes de benefícios definidos (planos híbridos) de benefícios previdenciários e é administrado pela Visão Prev.

O participante pode fazer quatro tipos de contribuição ao plano VISÃO MULTI, sendo: (i) contribuição básica: percentual inteiro entre 1% e 2% do salário de participação; (ii) contribuição adicional: percentual de 0% a 5% sobre a parcela do salário de participação que exceder a 9 (nove) Unidades de Referência Padrão do plano; (iii) contribuição esporádica: percentual inteiro de escolha do participante; e (iv) contribuição específica: percentual inteiro aplicável sobre bônus, participação nos lucros e resultados ou qualquer outro pagamento efetuado pela patrocinadora.

A patrocinadora também contribui em contrapartida às contribuições básica e adicional dos participantes, em diferentes proporções, de acordo com o tempo de admissão do empregado, sendo: até 4 anos de serviço, contribuição de 50% das contribuições do participante; de 5 a 8 anos de serviço, contribuição de 100% das contribuições do participante; e acima de 8 anos de serviço, contribuição de 125% das contribuições do participante. Para as contribuições esporádica e específica não há contrapartida de contribuição da patrocinadora. Além destas contribuições, a patrocinadora pode realizar a contribuição voluntária, de caráter eventual, sendo rateada proporcionalmente à contribuição básica do participante.

A avaliação atuarial dos planos foi efetuada em dezembro de 2014 e 2013, com base no cadastro dos participantes de 31 de julho de 2014 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, ambos projetados para 31 de dezembro de 2014 e com base no cadastro dos participantes de 31 de agosto de 2013 para os planos administrados pela VisãoPrev e Sistel, respectivamente, ambos projetados para 31 de dezembro de 2013, tendo sido adotado o método do crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais gerados em cada exercício são reconhecidos de forma imediata no patrimônio líquido (em outros resultados abrangentes).

Os ativos dos planos estão posicionados em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente, sendo que para os planos multipatrocinados (PAMA e PBS-A), o rateio dos ativos dos planos foi feito com base no passivo atuarial da empresa em relação ao passivo atuarial total do plano.

Do total dos movimentos registrados no exercício de 2014 para os planos VISÃO, temos como efeitos originados pela adesão ao planos VISÃO MULTI os seguintes montantes: (i) Contribuição das patrocinadoras: R$129; Custo do serviço corrente: R$84; e Efeito limitador dos ativos: R$27. Estes movimentos produziram, isoladamente para o plano VISÃO MULTI, um superávit de R$18 em 31 de dezembro de 2014.

A obrigação de benefício definido é composta por diferentes componentes, de acordo com a característica de pensão de cada plano, podendo ser constituído pelo passivo atuarial de obrigações de complementação de aposentadoria, subsídio de assistência médica a aposentados e dependentes e indenizações por morte e invalidez dos participantes. Esta obrigação está exposta a riscos econômicos e demográficos, tais como: (i) reajustes nos custos médicos que possam impactar no custeio de planos de assistência médica; (ii) crescimento salarial; (iii) taxa de inflação de longo prazo; (iv) taxa nominal de desconto; e (v) expectativa de vida dos participantes e pensionistas.

O valor justo dos ativos dos planos é composto principalmente por investimentos em renda fixa (NTN's, LFT's, LTN's, Operações compromissadas, CDB's, Debêntures, Letras financeiras e Cotas FIDC) e investimentos em renda variável (ações de empresas de grande porte, com boa reputação no mercado e com alta liquidez, além de investimentos em índices de mercado). Devido à concentração dos investimentos em renda fixa e variável, os ativos dos planos estão expostos principalmente aos riscos inerentes ao mercado financeiro e ao cenário econômico, tais como: (i) risco de mercado nos setores econômicos onde os investimentos em renda variável estão concentrados; (ii) risco de eventos que impactem no cenário econômico e nos índices de mercado onde os investimentos em renda variável estão concentrados; e (iii) taxa de inflação de longo prazo que pode consumir a rentabilidade de investimentos em renda fixa de remuneração pré-fixada.

O passivo atuarial consolidado registrado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 era o seguinte:

	Consolidado	
Plano	31.12.14	31.12.13
CTB	59.475	49.158
PAMA	396.654	321.193
Total	**456.129**	**370.351**

a) Conciliação dos ativos e passivos

					Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.14	
	Valor presente de obrigação por benefício definido	Valor justo dos ativos dos planos	Passivo (ativo) líquido	Limitador dos ativos	Ativo não circulante	Passivo não circulante
PBS-A (i)	1.241.717	2.240.366	(998.649)	998.649	-	-
CTB	59.475	-	59.475	-	-	59.475
PAMA (i)	453.344	56.690	396.654	-	-	396.654
PBS	214.555	298.225	(83.670)	83.614	(56)	-
VISÃO	12.055	38.798	(26.743)	19.157	(7.586)	-
PREV	31.206	69.766	(38.560)	31.549	(7.011)	-
TOTAL	**2.012.352**	**2.703.845**	**(691.493)**	**1.132.969**	**(14.653)**	**456.129**

					Passivos (ativos), líquidos, em 31.12.13	
	Valor presente de obrigação por benefício definido	Valor justo dos ativos dos planos	Passivo (ativo) líquido	Limitador dos ativos	Ativo não circulante	Passivo não circulante
PBS-A (i)	1.208.268	2.125.944	(917.676)	917.676	-	-
CTB	49.158	-	49.158	-	-	49.158
PAMA (i)	387.460	66.267	321.193	-	-	321.193
PBS	205.949	281.127	(75.178)	70.458	(4.720)	-
VISÃO	9.634	44.788	(35.154)	28.480	(6.674)	-
PREV	28.247	79.844	(51.597)	45.082	(6.515)	-
TOTAL	**1.888.716**	**2.597.970**	**(709.254)**	**1.061.696**	**(17.909)**	**370.351**

(i) Refere-se à participação proporcional da Companhia e sua controlada nos ativos e passivos dos planos multipatrocinados PAMA e PBS-A.

b) Total de despesa reconhecida na demonstração dos resultados

	31.12.14			31.12.13		
	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o ativo / passivo atuarial líquidos	Total	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o ativo / passivo atuarial líquidos	Total
CTB	-	5.012	5.012	-	4.126	4.126
PAMA	90	34.590	34.680	139	30.811	30.950
PBS	436	(576)	(140)	644	(101)	543
VISÃO	1.121	(778)	343	4.148	(1.722)	2.426
PREV	1.001	(757)	244	4.270	(2.703)	1.567
TOTAL	**2.648**	**37.491**	**40.139**	**9.201**	**30.411**	**39.612**

c) Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes

	31.12.14			31.12.13		
	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes	(Ganhos) e perdas atuariais	Efeito limitador	Custo total reconhecido em outros resultados abrangentes
CTB	11.174	-	11.174	(482)	-	(482)
PAMA	40.811	-	40.811	(51.336)	-	(51.336)
PBS	(700)	5.568	4.868	47.542	(51.706)	(4.164)
VISÃO	11.444	(12.390)	(946)	(6.847)	19.045	12.198
PREV	17.824	(18.388)	(564)	5.336	19.684	25.020
TOTAL	**80.553**	**(25.210)**	**55.343**	**(5.787)**	**(12.977)**	**(18.764)**

d) Movimentação do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido

	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.13	Despesas em 2014	Contribuições das patrocinadoras em 2014	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.14	Ativo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.14	Passivo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.14
CTB	49.158	5.012	(5.869)	11.174	59.475	-	59.475
PAMA	321.193	34.680	(30)	40.811	396.654	-	396.654
PBS	(4.720)	(140)	(64)	4.868	(56)	(56)	-
VISÃO	(6.674)	343	(309)	(946)	(7.586)	(7.586)	-
PREV	(6.515)	244	(176)	(564)	(7.011)	(7.011)	-
TOTAL	**352.442**	**40.139**	**(6.448)**	**55.343**	**441.476**	**(14.653)**	**456.129**

	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.12	Despesas em 2013	Contribuições das patrocinadoras em 2013	Valores reconhecidos em outros resultados abrangentes	Valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido líquido em 31.12.13	Ativo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.13	Passivo atuarial reconhecido no balanço em 31.12.13
CTB	50.652	4.126	(5.138)	(482)	49.158	-	49.158
PAMA	341.617	30.950	(38)	(51.336)	321.193	-	321.193
PBS	(958)	543	(141)	(4.164)	(4.720)	(4.720)	-
VISÃO	(17.838)	2.426	(3.460)	12.198	(6.674)	(6.674)	-
PREV	(29.252)	1.567	(3.850)	25.020	(6.515)	(6.515)	-
TOTAL	**344.221**	**39.612**	**(12.627)**	**(18.764)**	**352.442**	**(17.909)**	**370.351**

e) Movimentação do passivo de benefício definido

	Passivo de benefício definido em 31.12.13	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participantes vertidas no exercício	(Ganhos) perdas atuariais ajustados pela experiência	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas demográficas	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas financeiras	Passivo de benefício definido em 31.12.14
PBS-A	1.208.268	-	124.566	(112.414)	-	17.108	-	4.189	1.241.717
CTB	49.158	-	5.012	(5.869)	-	10.808	-	366	59.475
PAMA	387.460	90	40.833	(19.229)	-	44.716	-	(526)	453.344
PBS	205.949	436	21.382	(15.206)	146	1.419	-	429	214.555
VISÃO	9.634	1.121	947	(464)	188	565	-	64	12.055
PREV	28.247	1.001	2.891	(1.412)	66	332	-	81	31.206
TOTAL	**1.888.716**	**2.648**	**195.631**	**(154.594)**	**400**	**74.948**	**-**	**4.603**	**2.012.352**

	Passivo de benefício definido em 31.12.12	Custo do serviço corrente	Juros sobre o passivo atuarial	Benefícios pagos no exercício	Contribuição de participantes vertidas no exercício	(Ganhos) perdas atuariais ajustados pela experiência	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas demográficas	(Ganhos) perdas atuariais ajustados por premissas financeiras	Passivo de benefício definido em 31.12.13
PBS-A	1.376.229	-	115.001	(106.210)	-	28.268	32.649	(237.669)	1.208.268
CTB	50.652	-	4.127	(5.138)	-	7.075	1.417	(8.975)	49.158
PAMA	437.241	139	38.759	(15.664)	-	(2.297)	27.808	(98.526)	387.460
PBS	229.119	644	19.520	(14.181)	190	1.706	10.962	(42.011)	205.949
VISÃO	34.666	4.148	2.807	(324)	341	(8.580)	(19.799)	(3.625)	9.634
PREV	53.559	4.270	4.456	(1.707)	171	(7.038)	(17.983)	(7.481)	28.247
TOTAL	**2.181.466**	**9.201**	**184.670**	**(143.224)**	**702**	**19.134**	**35.054**	**(398.287)**	**1.888.716**

f) Movimentação do valor justo dos ativos dos planos

	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.13	Benefícios pagos no exercício	Contribuições dos participantes vertidas no exercício	Contribuições do patrocinador vertidas no exercício	Receitas de juros sobre os ativos dos planos	Retorno sobre os ativos dos planos, exceto receitas de juros	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.14
PBS-A	2.125.944	(112.414)	-	-	223.400	3.436	2.240.366
PAMA	66.267	(19.229)	-	30	6.243	3.379	56.690
PBS	281.127	(15.206)	146	64	29.545	2.549	298.225
VISÃO	44.788	(464)	188	309	4.793	(10.816)	38.798
PREV	79.844	(1.412)	66	176	8.503	(17.411)	69.766
TOTAL	**2.597.970**	**(148.725)**	**400**	**579**	**272.484**	**(18.863)**	**2.703.845**

	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.12	Benefícios pagos no exercício	Contribuições dos participantes vertidas no exercício	Contribuições do patrocinador vertidas no exercício	Receitas de juros sobre os ativos dos planos	Retorno sobre os ativos dos planos, exceto receitas de juros	Valor justo dos ativos do plano em 31.12.13
PBS-A	2.136.722	(106.210)	-	-	180.936	(85.504)	2.125.944
PAMA	95.624	(15.664)	-	38	7.948	(21.679)	66.267
PBS	342.323	(14.181)	190	140	29.538	(76.883)	281.127
VISÃO	61.189	(324)	341	3.462	5.279	(25.159)	44.788
PREV	106.150	(1.707)	171	3.849	9.218	(37.837)	79.844
TOTAL	**2.742.008**	**(138.086)**	**702**	**7.489**	**232.919**	**(247.062)**	**2.597.970**

g) Resultados previstos para o exercício de 2015

	Custo do serviço corrente	Juros líquidos sobre o valor de passivo / ativo de benefício definido líquido	Total
CTB	-	6.313	6.313
PAMA	82	44.859	44.941
PBS	319	(19)	300
VISÃO	1.231	(917)	314
PREV	1.131	(847)	284
Total	**2.763**	**49.389**	**52.152**

h) Contribuições das patrocinadoras previstas para o exercício de 2015

	Contribuições das patrocinadoras	Benefícios pagos diretamente pelo patrocinador	Total
CTB	-	6.419	6.419
PAMA	33	-	33
PBS	131	-	131
VISÃO	1.253	-	1.253
PREV	1.142	-	1.142
Total	**2.559**	**6.419**	**8.978**

i) Duração média ponderada da obrigação de benefício definido

Plano	31.12.14	31.12.13
PBS-A	9,8 anos	12,75 anos
CTB	8,77 anos	11,32 anos
PAMA	14,45 anos	16,01 anos
PBS	11,53 anos	15,01 anos
VISÃO	7,3 anos	8,29 anos
PREV	10,88 anos	13,62 anos

j) Premissas atuariais

	31.12.14									
Plano	Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em invalidez	Rotatividade
PBS	11,28%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
VISÃO	11,17%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
PREV	11,17%, exceto para o plano TCOPrev, onde é utilizada a taxa de 11,29%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A, exceto para o plano TCOPrev, onde é utilizada RP-2000 Disabled Masculina	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
CTB	11,22%	6,69%	N/A	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A
PAMA	11,31%	N/A	8,15%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subseqüente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A
PBS-A	11,26%	N/A	N/A	5,0%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A

Além das premissas acima, para 2014 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 5,0%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Crescimento dos custos médicos por idade (*aging factor*): 4%; e
- Método atuarial: PUC

	31.12.13								
Plano	Taxa de crescimento salarial futuro	Taxa de crescimento dos custos médicos	Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários	Idade prevista para a elegibilidade ao uso dos serviços médicos	Idade prevista para aposentadoria	Tábua de mortalidade de válidos	Tábua de mortalidade de inválidos	Tábua de entrada em invalidez	Rotatividade
PBS	6,18%	N/A	4,5%	N/A	57 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	RP-2000 Disabled Feminina, suavizada em 40%	Mercer Disability	N/A
VISÃO	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
PREV	6,18%	N/A	4,5%	N/A	60 anos	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 50%	N/A, exceto para o plano TCOPrev, onde é utilizada RP-2000 Disabled Masculina	Light-Fraca, suavizada em 30%	Experiência pela rotatividade observada nos planos VISÃO (2008 a 2011)
CTB	6,18%	N/A	4,5%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A
PAMA	N/A	7,64%	N/A	5% ao atingir 52 anos e 10 anos de participação; 3% a cada ano subseqüente; 100% na elegibilidade à aposentadoria normal	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A
PBS-A	N/A	N/A	4,5%	N/A	N/A	AT-2000 Basic segregada por sexo, suavizada em 10%	N/A	N/A	N/A

Além das premissas acima, para 2013 foram adotadas outras premissas comuns a todos os planos, como segue:

- Taxa de inflação de longo prazo: 4,5%;
- Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido: 10,77%;
- Fator de capacidade para salários e benefícios: 98%;
- Crescimento dos custos médicos por idade (*aging factor*): 4%; e
- Método atuarial: PUC

k) Mudanças em premissas atuariais em relação ao exercício anterior

Com o intuito de adequar algumas premissas atuariais à realidade econômica e demográfica, foi realizado estudo de aderência para os planos administrados pela Visão Prev, o qual aprovou as novas premissas em seu Conselho Deliberativo.

As premissas financeiras que sofreram alterações em relação ao exercício anterior e que interferem no passivo de benefício definido são: (i) Taxa de crescimento salarial futuro; (ii) Índice nominal anual de reajuste dos benefícios previdenciários; (iii) Taxa para desconto a valor presente do passivo de benefício definido; e (iv) Taxa de inflação de longo prazo.

A seguir, demonstramos os impactos sobre o passivo de benefício definido dos planos em função das alterações nas premissas atuariais:

	Passivo de benefício definido, com base nas premissas atuariais vigentes	Passivo de benefício definido, com base nas mesmas premissas atuariais do exercício anterior	Variação observada pela alteração das premissas atuariais
PBS-A	1.241.717	1.237.528	4.189
CTB	59.475	59.109	366
PAMA	453.344	453.870	(526)
PBS	214.555	214.126	429
VISÃO	12.055	11.992	63
PREV	31.206	31.124	82
Total	**2.012.352**	**2.007.749**	**4.603**

l) Análise de sensibilidade de premissas atuariais

A Companhia julga que a premissa atuarial significativa, com possibilidade razoável de variações frente aos cenários demográficos e econômicos, e que poderia alterar significativamente o montante da obrigação de benefício definido é a taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido.

Segue análise de sensibilidade sobre a obrigação de benefício definido para os cenários de aumento de 0,5% e redução de 0,5% na taxa de desconto utilizada para ajuste a valor presente do passivo de benefício definido:

	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente pela taxa atual	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente considerando-se uma taxa aumentada em 0,5%	Passivo de benefício definido, descontado a valor presente considerando-se uma taxa reduzida em 0,5%
PBS-A	1.241.717	1.191.099	1.296.399
CTB	59.475	57.256	61.867
PAMA	453.344	428.060	481.132
PBS	214.555	204.287	225.785
VISÃO	12.055	11.793	12.331
PREV	31.206	29.879	32.657
Total	**2.012.352**	**1.922.374**	**2.110.171**

m) Alocação dos ativos dos planos

	31.12.14					31.12.13				
	PBS-A	PAMA	PBS	VISÃO	PREV	PBS-A	PAMA	PBS	VISÃO	PREV
Investimentos com valor de mercado cotados em mercado ativo:										
Investimentos em renda fixa										
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	1.489.843	50.613	176.123	24.494	42.594	1.302.601	53.876	266.580	32.353	55.710
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	125.236	4.048	-	1.547	2.691	126.428	204	-	396	682
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	-	-	-	1.387	2.411	15.205	164	8.066	1.664	2.865
Operações Compromissadas	-	-	121.176	2.065	3.591	-	-	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	62.954	2.029	-	1.081	1.879	75.815	12.023	-	759	1.307
Debêntures	-	-	-	1.954	3.398	-	-	-	2.969	5.112
Letras Financeiras	-	-	-	2.150	3.740	-	-	-	1.877	3.231
Cotas FIDC / Outros	-	-	-	1.138	1.979	-	-	5.420	1.209	2.081
Investimentos em renda variável										
Investimentos no setor de alimentos e bebidas	99.696	-	-	268	662	88.886	-	-	367	902
Investimentos no setor aeroespacial	70.572	-	-	-	-	44.836	-	-	-	-
Investimentos no setor de energia	197.152	-	-	237	585	206.876	-	-	241	592
Investimentos no setor de mineração	4.481	-	-	230	568	7.866	-	-	300	738
investimentos em diversos setores da economia (*)	-	-	-	1.823	4.513	-	-	-	2.060	5.066
Investimentos em índice de mercado (IBrX-50)	11.202	-	-	-	-	44.857	-	-	-	-
Investimentos estruturados	3.137	-	-	9	21	10.630	-	-	-	-
Investimentos em imóveis	152.569	-	-	-	-	170.076	-	-	-	-
Empréstimos a participantes	23.524	-	-	-	-	31.868	-	-	-	-
Investimentos com valor de mercado não cotados em mercado ativo:										
Empréstimos a participantes	-	-	926	415	1.134	-	-	1.061	593	1.558
Total	**2.240.366**	**56.690**	**298.225**	**38.798**	**69.766**	**2.125.944**	**66.267**	**281.127**	**44.788**	**79.844**

(*) Investimentos em renda variável nos setores de petróleo, gás e biocombustível; telefonia; siderurgia e metalurgia; construção e engenharia; comércio e distribuição; transporte; madeira e papel; educação; serviços financeiros e instituições bancárias; imobiliário, fumo, *holdings*, entre outros.

n) Calendário de vencimentos dos pagamentos de benefícios futuros

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
PBS-A	109.760	114.061	118.362	122.590	126.848	4.371.699	4.963.320
CTB	6.419	6.422	6.415	6.405	6.395	193.600	225.656
PAMA	20.294	22.438	24.776	27.311	30.066	3.530.315	3.655.200
PBS	16.075	16.794	17.545	18.312	19.109	1.125.805	1.213.640
VISÃO	1.985	2.023	2.062	2.108	2.149	34.084	44.411
PREV	3.110	3.198	3.381	3.497	3.613	177.991	194.790
Total	**157.643**	**164.936**	**172.541**	**180.223**	**188.180**	**9.433.494**	**10.297.017**

33) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia procedeu uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto à seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não identificou reduções significantes e prolongadas no valor recuperável de seus instrumentos financeiros.

Os quadros a seguir apresentam a composição dos ativos e passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Controladora

Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 31.12.14	Saldo contábil 31.12.13	Valor justo 31.12.14	Valor justo 31.12.13
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		3.835.304	6.311.299	3.835.304	6.311.299
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		6.470.764	5.541.023	6.470.764	5.541.023
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.218	893	2.218	893
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	611.721	88.606	611.721	88.606
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		190.288	160.478	190.288	160.478
Participações societárias (nota 11)	Disponível para venda	Nível 1	79.805	86.349	79.805	86.349
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	152.843	329.652	152.843	329.652
Total de ativos financeiros			**11.342.943**	**12.518.300**	**11.342.943**	**12.518.300**

Controladora

Passivos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 31.12.14	Saldo contábil 31.12.13	Valor justo 31.12.14	Valor justo 31.12.13
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.675.632	6.948.957	7.675.632	6.948.957
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 17.1)	Custo amortizado		1.509.471	1.236.784	1.646.869	1.417.911
Debêntures (nota 17.2)	Custo amortizado		755.047	286.929	1.053.265	588.116
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	568	871	568	871
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	22.443	43.592	22.443	43.592
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 17.1)	Custo amortizado		2.123.126	3.215.156	1.899.755	2.923.290
Debêntures (nota 17.2)	Custo amortizado		3.411.616	4.014.686	3.077.269	3.698.203
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	24.133	24.807	24.133	24.807
Total de passivos financeiros			**15.522.036**	**15.771.782**	**15.399.934**	**15.645.747**

Consolidado

Ativos Financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	Saldo contábil 31.12.14	Saldo contábil 31.12.13	Valor justo 31.12.14	Valor justo 31.12.13
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Empréstimos e recebíveis		4.692.689	6.543.936	4.692.689	6.543.936
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		6.724.061	5.802.859	6.724.061	5.802.859
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	2.218	893	2.218	893
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	611.721	88.606	611.721	88.606
Não Circulante						
Contas a receber, líquidas (nota 5)	Empréstimos e recebíveis		299.405	257.086	299.405	257.086
Participações societárias (nota 11)	Disponível para venda	Nível 1	79.805	86.349	79.805	86.349
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	152.843	329.652	152.843	329.652
Total de ativos financeiros			**12.562.742**	**13.109.381**	**12.562.742**	**13.109.381**

Consolidado						
		Hierarquia de	Saldo contábil		Valor justo	
Passivos Financeiros	Classificação por categoria	valor justo	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Circulante						
Fornecedores (nota 15)	Custo amortizado		7.641.191	6.914.009	7.641.191	6.914.009
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 17.1)	Custo amortizado		1.509.471	1.236.784	1.646.869	1.417.911
Debêntures (nota 17.2)	Custo amortizado		755.047	286.929	1.053.265	588.116
Operações com derivativos (nota 33)	Mensurado a valor justo por meio do resultado	Nível 2	568	871	568	871
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	22.443	43.592	22.443	43.592
Não Circulante						
Empréstimos, financiamentos e arrendamentos financeiros (nota 17.1)	Custo amortizado		2.123.126	3.215.156	1.899.755	2.923.290
Debêntures (nota 17.2)	Custo amortizado		3.411.616	4.014.686	3.077.269	3.698.203
Operações com derivativos (nota 33)	Cobertura	Nível 2	24.133	24.807	24.133	24.807
Total de passivos financeiros			**15.487.595**	**15.736.834**	**15.365.493**	**15.610.799**

Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia administra sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Com esse objetivo, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui na estrutura de dívida líquida os saldos de: empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamento financeiro (nota 17) operações com derivativos (nota 33), deduzidos caixa e equivalentes de caixa (nota 4) e aplicações financeiras em garantia ao financiamento do BNB.

Os índices de endividamento líquido consolidado sobre o patrimônio líquido da Companhia são compostos das seguintes formas:

	Consolidado	
	31.12.14	31.12.13
Caixa e equivalentes de caixa	4.692.689	6.543.936
Empréstimos, financiamentos, debêntures, arrendamento financeiro e operações com derivativos (líquidos de aplicações financeiras em garantia à divida)	(7.019.168)	(8.343.761)
Endividamento líquido	**2.326.479**	**1.799.825**
Patrimônio líquido	44.950.095	42.894.442
Índice de endividamento líquido	**5,18%**	**4,20%**

Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

a) Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, 15,9% da dívida financeira eram denominadas em moeda estrangeira. A Companhia contrata operações de derivativos (*hedge* cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R$1.237.422 e R$1.394.523 em 31 de dezembro de 2014 e 2013, respectivamente). Desta forma, a totalidade do endividamento nestas datas era coberta por posições ativas de operações de *hedge* cambial com *swap* para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

Foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US$29.676 mil e €20.700 mil a pagar em 31 de dezembro de 2014 e US$34.500 mil e €2.490 mil a pagar em 31 de dezembro de 2013) para minimizar seus riscos cambiais.

b) Risco de Taxa de Juros e Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as despesas financeiras decorrentes da parcela das debêntures referenciadas ao CDI e das posições passivas em derivativos (*hedge cambial*, IPCA e TJLP) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional, que se manteve em 6,0% a.a. de julho de 2009 a junho de 2012. De julho a dezembro de 2012, a TJLP foi de 5,5% a.a. e foi reduzida para 5,0% a.a. a partir de janeiro de 2013.

O risco de taxa de inflação decorre das debêntures da 1ª Emissão – Minas Comunica, indexadas ao IPCA, que pode afetar negativamente as despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável neste indexador.

Para reduzir a exposição à taxa de juros variável local (CDI), a Companhia investe o excesso de disponibilidade de R$4.628.679 (R$6.442.015 em 31 de dezembro de 2013), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI. Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

A Companhia estrutura os vencimentos dos contratos financeiros não derivativos, conforme demonstrado na nota 17, e de seus respectivos derivativos conforme demonstrado no cronograma de pagamentos divulgado nesta nota, de modo a não afetar a sua liquidez.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

d) Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes e das vendas de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados para a rede de distribuidores.

O risco de crédito com as contas a receber é diversificado e minimizado por um controle estrito da base de clientes. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber de serviços pós-pagos e limitam o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida. A base de clientes móveis é predominantemente na modalidade pré-pago, a qual requer o carregamento antecipado e, portanto, não representa risco de crédito. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

O risco de crédito na venda de aparelhos e cartões pré-pagos pré-ativados é administrado por uma política conservadora na concessão de crédito, por meio de métodos modernos de gestão, que envolvem a aplicação de técnicas de *credit scoring*, análise de demonstrações e informações financeiras e consulta as bases de dados comerciais, além da solicitação de garantias.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de clientes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha, conforme política de crédito de contrapartes financeiras vigente.

Derivativos e Política de Gestão de Risco

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia tem o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, proteção ao risco de variação da inflação de sua debênture e de arrendamento mercantil indexados ao IPCA e proteção ao risco de variação da TJLP de uma parcela da dívida com o BNDES. Desta forma, eventuais variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (*hedged*).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia calcula a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de *hedge accounting.*

A Companhia firmou contratos de *swap* em moeda estrangeira a diversas taxas de câmbio para cobertura de seus ativos e passivos em moeda estrangeira. Além disso, a Companhia contratou operações a termo de moeda estrangeira (NDF) para a cobertura do pagamento da parcela à vista, em Euros, referente a uma transação prevista altamente provável assumida no Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças, por meio do qual a totalidade das ações de emissão da GVT será adquirida pela Companhia, conforme o fato relevante divulgado pela Companhia em 18 de setembro de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não possuía contratos de derivativos embutidos.

Os contratos de derivativos possuem cláusulas específicas para penalidade em caso de quebra de contrato. A quebra de contrato prevista nos acordos efetuados com as instituições financeiras é caracterizada por descumprimento de cláusula contratual, resultando na liquidação antecipada do contrato.

Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para *swaps*, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

	Consolidado					
					Efeito acumulado do valor justo	
	Valor de referência		Posição líquida a valor justo		Valor a receber (a pagar)	
Descrição	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Contratos de *swaps*						
Ponta Ativa						
Moeda estrangeira	12.427.490	1.339.270	13.530.831	1.843.346	759.118	393.232
US$ (a) (b)	913.635	1.137.843	1.377.413	1.552.367	326.625	318.096
EUR (a) (b)	85.671	18.394	87.018	18.394	690	-
LIBOR US$ (a) (b)	164.572	179.533	266.687	264.615	92.424	75.136
JPY (a) (b)	5.065	3.500	4.781	7.970	-	-
EUR (f)	11.258.547	-	11.794.932	-	339.379	-
Taxa pós	1.182.466	736.169	1.125.282	713.292	2.294	4.438
CDI	40.799	36.169	40.925	36.287	21	89
TJLP (d)	1.141.667	700.000	1.084.357	677.005	2.273	4.349
Índices de inflação	217.472	232.714	231.938	251.282	5.370	21.481
IPCA (c) (e)	217.472	232.714	231.938	251.282	5.370	21.481
Ponta Passiva						
Taxa Pré	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)	-
NDF PRÉ	(11.258.547)	-	(11.458.807)	-	(3.254)	-
Taxa pós	(2.358.445)	(2.083.238)	(2.396.771)	(2.148.818)	(41.714)	(66.145)
CDI	(2.358.445)	(2.083.238)	(2.396.771)	(2.148.818)	(41.714)	(66.145)
Moeda estrangeira	(210.118)	(224.911)	(312.834)	(309.221)	(2.176)	(3.125)
US$ (a) (b)	(25.444)	(39.669)	(25.935)	(38.795)	(491)	(373)
EUR (a) (b)	(20.102)	(5.709)	(20.247)	(5.811)	(7)	(65)
LIBOR US$ (a) (b)	(164.572)	(179.533)	(266.652)	(264.615)	(1.678)	(2.687)
			Ponta ativa		766.782	419.151
			Ponta passiva		(47.144)	(69.270)
			Valores a receber, líquidos		**719.638**	**349.881**

(a) *Swap* de moeda estrangeira (Dólar) x CDI e Termos de Moeda (JPY) (R$1.278.936) – operações de *swap* contratadas com vencimentos variados até 2019, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor contábil da dívida financeira de R$1.237.422).

(b) *Swap* de moeda estrangeira (Euro e Dólar) e (CDI x EUR) (R$144.129) – operações de *swaps* contratadas com vencimentos até 28 de agosto de 2014, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores líquidos a pagar em Euro e Dólar (valor contábil de R$78.825 em dólar e R$66.755 em Euro).

(c) *Swap* IPCA x percentual do CDI (R$29.364) – operações de *swap* contratadas com vencimentos anuais até 2014 com o objetivo de proteger o fluxo idêntico ao das debêntures (4ª emissão – 3ª série) indexadas ao IPCA (saldo contábil de R$31.185).

(d) *Swap* TJLP x CDI (R$1.084.357) – operações de *swap* contratadas com vencimentos até 2019 com o objetivo de proteger o risco de variação da TJLP da operação de empréstimo com o BNDES (valor contábil da dívida financeira de R$1.164.590).

(e) *Swap* IPCA x CDI (R$202.574) – operações de *swap* contratadas com vencimentos em 2033 com o objetivo de proteger o risco de variação do IPCA de arrendamento financeiro (saldo contábil de R$203.361).

(f) NDF EUR x R$ (R$11.793.932) – operações a termo contratadas com vencimentos em 2015 com o objetivo de proteger a exposição em Euros de uma transação prevista altamente provável assumida na operação de compra da GVT. O valor exato do pagamento será baseado no balanço da GVT, após a aprovação das autoridades competentes, portanto a data de pagamento também é incerta.

A seguir detalhamos os saldos das operações com derivativos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
Descrição	31.12.14	31.12.13	31.12.14	31.12.13
Ponta Ativa				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	**14.657.305**	**2.641.449**	**14.657.305**	**2.641.449**
Hedges de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	11.794.932	-	11.794.932	-
Swaps	266.687	231.061	266.687	231.061
Fair Value Hedge				
Swaps	2.595.686	2.410.388	2.595.686	2.410.388
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	**230.746**	**166.471**	**230.746**	**166.471**
Derivativos não designados como *hedge*				
Contrato a termo de moeda estrangeira	4.781	7.970	4.781	7.970
Swaps	225.965	158.501	225.965	158.501
Ativo circulante	**13.288.592**	**768.353**	**13.288.592**	**768.353**
Ativo não circulante	**1.599.459**	**2.039.567**	**1.599.459**	**2.039.567**
Ponta Passiva				
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos em outros resultados abrangentes	**13.938.826**	**2.291.590**	**13.938.826**	**2.291.590**
Hedges de fluxo de caixa				
Contrato a termo de moeda estrangeira	11.458.807	-	11.458.807	-
Swaps	174.263	157.746	174.263	157.746
Fair Value Hedge				
Swaps	2.305.756	2.133.844	2.305.756	2.133.844
Instrumentos financeiros a valor justo, reconhecidos no resultado	**229.586**	**166.449**	**229.586**	**166.449**
Derivativos não designados como *hedge*				
Contrato a termo de moeda estrangeira	5.271	8.167	5.271	8.167
Swaps	224.315	158.282	224.315	158.282
Passivo circulante	**12.691.155**	**723.317**	**12.691.155**	**723.317**
Passivo não circulante	**1.477.257**	**1.734.722**	**1.477.257**	**1.734.722**

A seguir demonstramos a distribuição de vencimentos dos contratos de *swap* em 31 de dezembro de 2014:

Contrato de *swap*	Vencimento em 2015	2016	2017	2018 em diante	Valor a receber (pagar) em 31.12.14
Moeda Estrangeira x CDI	273.364	28.172	39.464	75.976	416.976
CDI x Moeda Estrangeira	13	-	-	-	13
Foward	335.635	-	-	-	335.635
TJLP x CDI	(16.151)	(9.486)	(3.558)	1.793	(27.402)
IPCA x CDI	(1.933)	(1.853)	(1.472)	(326)	(5.584)
Total	**590.928**	**16.833**	**34.434**	**77.443**	**719.638**

Para fins de preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de *hedge* para os seus *swaps* de moeda estrangeira x CDI, IPCA x CDI e TJLP x CDI destinados a cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

A ineficácia em 31 de dezembro de 2014 foi de R$2.195 (R$965 em 31 de dezembro de 2013).

O valor registrado em outros resultados abrangentes referente aos *swaps* e contratos a termo de moeda estrangeira designados como *hedge* de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2014 foi positivo de R$335.169 (negativo de R$5.424 em 31 de dezembro de 2013). Essas operações de *hedge* de fluxo de caixa geraram um resultado positivo de R$19.742 em 31 de dezembro de 2014 (positivo de R$17.897 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as operações com derivativos geraram resultados positivos consolidados (líquidos) de R$98.329 e R$104.728, respectivamente, conforme nota 26.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação (IFRS 7) devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida consolidada, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado a seguir:

Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

		Consolidado		
Operação	Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	716.963	896.949	1.077.237
Dívida em US$	Dívidas (Risco varolização US$)	(716.963)	(896.949)	(1.077.237)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	66.392	83.003	99.623
Contas a pagar em EUR	Dívida (Risco valorização EUR)	(73.890)	(92.362)	(110.835)
Contas a receber em EUR	Dívida (Risco desvalorização EUR)	7.135	8.919	10.703
	Exposição Líquida	(363)	(440)	(509)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização EUR)	11.932.100	14.915.126	17.898.151
Compromisso firme em EUR	Dívida EUR (Risco valorização EUR)	(11.932.100)	(14.915.126)	(17.898.151)
	Exposição Líquida	-	-	-
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco desvalorização US$)	77.310	96.719	116.170
Contas a pagar em US$	Dívida (Risco valorização US$)	(160.446)	(200.558)	(240.669)
Contas a receber em US$	Dívida (Risco desvalorização US$)	81.621	102.026	122.431
	Exposição Líquida	(1.515)	(1.813)	(2.068)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda IPCA)	231.938	253.796	279.779
Dívida em IPCA	Dívidas (Risco aumento IPCA)	(232.149)	(254.027)	(280.034)
	Exposição Líquida	(211)	(231)	(255)
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda UMBND)	561.939	713.437	869.746
Dívida em UMBND	Dívidas (Risco aumento UMBND)	(561.353)	(712.644)	(868.719)
	Exposição Líquida	586	793	1.027
Hedge (ponta ativa)	Derivativos (Risco queda TJLP)	1.084.357	1.149.822	1.219.342
Dívida em TJLP	Dívidas (Risco aumento TJLP)	(1.084.398)	(1.149.868)	(1.219.392)
	Exposição Líquida	(41)	(46)	(50)
Hedge (ponta CDI)				
Hedge USD (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(458.730)	(458.653)	(458.579)
Hedge USD e EUR (ponta passiva e ativa)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(11.601.250)	(11.601.223)	(11.601.197)
Hedge UMBND (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(405.356)	(410.789)	(415.695)
Hedge TJLP (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(1.111.759)	(1.113.020)	(1.114.177)
Hedge IPCA (ponta passiva)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(237.522)	(237.605)	(237.679)
	Exposição líquida	(13.814.617)	(13.821.290)	(13.827.327)
Exposição líquida total em cada cenário		**(13.816.161)**	**(13.823.027)**	**(13.829.182)**
Efeito líquido na variação do valor justo atual		**-**	**(6.866)**	**(13.021)**

Premissas para a Análise de Sensibilidade

Variável de Risco	Provável	Deterioração 25%	Deterioração 50%
USD	2,6562	3,3203	3,9843
EUR	3,2249	4,0311	4,8373
JPY	0,0222	0,0278	0,0333
IPCA	6,41%	8,01%	9,61%
UMBND	0,0518	0,0648	0,0777
URTJLP	1,9741	2,4676	2,9611
CDI	11,57%	14,46%	17,36%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de dezembro de 2014, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

34) COMPROMISSOS E GARANTIAS (ALUGUÉIS)

A Companhia e Controlada alugam equipamentos, instalações e lojas, prédios administrativos e *sites* onde se encontram instaladas estações rádio base, por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2014, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos, eram de R$5.423.902 e R$9.919.638, na controladora e consolidado, respectivamente, conforme prazos a seguir:

	Controladora	Consolidado
Até um ano	951.002	1.285.313
Um ano até cinco anos	2.929.412	4.405.839
Mais de cinco anos	1.543.488	4.228.486
Total	**5.423.902**	**9.919.638**

35) EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 30 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a destinação de dividendos intermediários no montante de R$2.750.000, com base nos lucros existentes do balanço de 31 de dezembro de 2014, equivalente a R$2,296522661346 por ação ordinária e R$2,526174927480 por ação preferencial. O pagamento destes dividendos intermediários será realizado até o final do exercício de 2015, em data a ser definida pela Diretoria, sendo creditados individualmente aos acionistas, obedecida a posição acionária constante dos registros da Companhia ao final do dia 10 de fevereiro de 2015, inclusive.